

Prefácio de
**ANTÓNIO
COSTA**

As soluções para
retirar a Europa
de uma das mais
profundas crises
de sempre

À PROCURA DE RESPOSTAS

FELIPE GONZÁLEZ

«Quando observo a situação em Portugal, pergunto-me se alguém acredita, de boa fé, que a situação social, económica ou política melhorou com as políticas *austericidas* dos resgates.»

© Fundación Felipe González, 2014
Direitos de tradução de Thinking Heads Literary Agency

Todos os direitos reservados,
incluindo os direitos de reprodução total ou parcial em qualquer suporte.

Edição portuguesa
© 2015, Matéria-Prima Edições
Av. Miguel Bombarda, 42, 1.º C
1050-127 Lisboa
Telefone: 213 563 284
geral@mpedicoes.com
www.mpedicoes.com

Título original: *En Busca de Respuestas*

Título: *À Procura de Respostas*

Autor: Felipe González

Tradução: João Govern

Revisão: Pedro Prostes da Fonseca

Paginação: Maria João Gomes

Capa: Pedro Fernandes

Impressão e acabamento: Caflesa – Soluções Gráficas, Lda.
1.ª edição: fevereiro de 2015

ISBN: 978-989-769-008-2

Depósito legal: 386629/15

3

A CRISE: UM DEBATE CONFUSO

Lamento ter que preveni-lo: se eu falar demasiado claro, é provável que não me compreenda de todo.

Alan Greenspan (1926),
economista e ex-presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos

Tudo se mistura numa cacofonia incompreensível para os cidadãos. Exigências dos «mercados», sem identificar quem são; exigências da União Europeia, de Bruxelas e da Alemanha; respostas de líderes europeus que atuam como galgos a correr atrás de uma lebre mecânica manejada por terceiros e que acaba sempre por escapar... Uma charada e uma cerimónia da confusão. E toda esta confusão e todo este desconcerto no meio de uma crise que está a mudar, a uma velocidade vertiginosa, a economia e as relações de poder no planeta. E, com ela, a nossa forma de viver. Mas o que se passa no mundo? O que se passa na Europa? O que se passa em Espanha? E, sobretudo, onde estão os líderes que nos orientem, que nos animem, que nos deem esperança?

Vários anos depois da implosão do sistema financeiro dos Estados Unidos e da União Europeia, com os efeitos de recessão económica e de estagnação que todos conhecemos, continuamos sem ver o verdadeiro alcance da emergência que vivemos, ou vemo-lo compulsivamente em cada puxão da lebre mecânica que alguns pensaram conseguir apanhar desta vez, mas que acaba sempre por nos escapar. E os galgos estão cada vez mais esgotados!

Entretanto, indefeso, ao Estado o único fator de controlo que parece restar é o de resgatar, com os impostos dos seus cidadãos, as

entidades financeiras vítimas dos seus próprios erros e das suas arriscadas manobras especulativas no casino financeiro global.

A estabilidade orçamental é uma condição necessária para garantir, a médio e a longo prazo, um crescimento económico sustentado. Os desequilíbrios permanentes, com défices estruturais e dívidas acumuladas que se tornam impagáveis, arruinam as perspectivas de crescimento e reduzem a confiança de todos os atores. A consequência disto é inexorável: não se podem manter as políticas de coesão social que definem o nosso modelo. Esta exposição não é, não deve ser, ideológica, mas da responsabilidade dos governantes.

Mas o mantra do défice zero é um disparate. Uma demonstração de radicalismo ideológico que elimina toda a margem de manobra diante do vaivém dos ciclos económicos. Uma receita dos teóricos fundamentalistas que, para desgraça de todos, às vezes ocupam responsabilidades políticas. O défice zero impede uma atuação política que contrarie as graves consequências da contração económica. E isso tampouco deveria ser um planeamento ideológico, mas sim igualmente pragmático.

No fundo desta crise financeira e, por consequência, económica e social, está a produzir-se uma evidente movimentação nas relações de poder a nível global com grande alcance histórico. Vivemos a viagem entre o domínio hegemónico de um Ocidente em declive e o auge nascente de um Oriente em desenvolvimento rápido; a mudança do eixo de poder dos países centrais, endividados até aos cabelos, para os emergentes, que produzem e poupam o que os primeiros devem; o esbatimento das fronteiras entre o Norte (países centrais) e o Sul (países periféricos); a passagem das sociedades industriais dominantes que impunham preços de matérias-primas e de manufaturas para as sociedades emergentes que recebem os investimentos que se deslocizam das anteriores; a transformação de uma economia baseada na indústria para outra baseada no conhecimento, que está a alterar as fronteiras do desenvolvimento e que cria novos espaços no mundo global...

Neste percurso, as re-
sua recuperação e a nossa it
respeitar, como condição
capaz de controlar os défic
disposta a aproveitar a ma
síveis ciclos futuros de bo
Esse é o objetivo da esta
única coisa que precisa de
Mas, com tudo isto, q
mente com o mundo, qu
será que sabemos?

O ESTADO DE ESPÍRITO

Não há globalidade que s

Explicar-se o que se
importante para con
co vai situar-se e a p
permita descobrir p
sagens e novos pro
Novos líderes a qu
A globalização
em todas as socie
se um crescimento
nui a pobreza, m
riqueza. Nas soc
o sacrifício de fa

Neste percurso, as respostas dos nossos países para garantir a nossa recuperação e a nossa inserção no novo cenário global têm que respeitar, como condição necessária, uma macroeconomia saudável, capaz de controlar os défices excessivos e a acumulação da dívida, e disposta a aproveitar a margem de manobra obtida durante os possíveis ciclos futuros de bonança nos posteriores momentos de crise. Esse é o objetivo da estabilidade orçamental. Logicamente, não é a única coisa que precisa de fazer-se, mas é imprescindível que se faça.

Mas, com tudo isto, continuamos sem saber o que se passa realmente com o mundo, qual é realmente o seu estado de espírito. Ou será que sabemos?

○ ESTADO DE ESPÍRITO DO MUNDO

Não há globalidade que sirva sem localidade que valha.

Carlos Fuentes (1928-2012),
escritor e intelectual mexicano

Explicar-se o que se está a passar no mundo é extraordinariamente importante para compreender a nossa realidade, em que o líder político vai situar-se e a partir da qual irá atuar. Ademais, pode ser que nos permita descobrir porque não surgem novos líderes com novas mensagens e novos projetos pelos quais nos deixemos seduzir e arrastar. Novos líderes a quem apoiar.

A globalização divide o crescimento e o acerto de forma desigual em todas as sociedades. Na maior das emergentes, está a produzir-se um crescimento significativo – às vezes espetacular – que diminui a pobreza, mas aumenta as desigualdades na redistribuição da riqueza. Nas sociedades ocidentais desenvolvidas, a crise redistribui o sacrifício de forma também desigual, colocando o maior peso do

Na América Latina, só o Brasil coincide no estado de espírito com a Ásia. Não importa qual seja o coeficiente de Gini, não importa quais sejam as suas atuais desigualdades, nem qual o seu PIB *per capita*: o ânimo brasileiro é, para este efeito, asiático. Os do Chile, do Peru e da Colômbia tampouco são maus. Em contraste, o do México, apesar do seu enorme potencial, não podia ser pior.

Podemos seguir o percurso e deter-nos nos Estados Unidos, que estiveram na origem da implosão do sistema financeiro, mas que continuam a ser um país capaz de inventar «novas fronteiras», com um espírito que não se resigna. Sem dúvida, os norte-americanos estão afetados pela sua perda de importância relativa, mas continuam a ter a convicção de que vão superar a prova.

Na peculiar Rússia, com um imenso potencial e grandes problemas, o estado de espírito é sereno, com o sentimento de que pouco mudou e pouco mudará, de que algumas coisas se perderam e não se recuperarão, ainda que os russos confiem nesse enorme potencial nas mãos das oligarquias que fazem os seus jogos, sem se preocuparem em redistribuir a imensa riqueza que acumulam, e menos ainda de desenvolver e modernizar a sociedade russa.

Em resumo, um panorama muito diverso submetido a uma crise sistémica e global que, talvez pela primeira vez nos últimos séculos, afeta mais o núcleo central ocidental do que a periferia do Ocidente e do Sul. Uma viragem tão profunda e espetacular que a sua última manifestação, cada vez mais difícil de apreciar, é a crise da governação mundial.

UMA CRISE SISTÉMICA E GLOBAL

Durante os anos prósperos, os banqueiros estavam sempre ao nosso lado, mas nos maus tempos desapareceram a toda a velocidade.

Lee A. Iacocca (1924),
ex-conselheiro delegado da Chrysler Co.

Os espanhóis da minha idade viveram com paixão juvenil uma época de luta contra a ditadura, de transição democrática, de ameaças ao novo sistema parlamentar e de tudo o que ele trouxe aparelhado. Mas, com a lembrança de tudo isto ainda fresca na nossa memória, nenhum de nós viveu jamais um momento, à escala mundial ou global, mais apaixonante e arriscado do que este. Nunca, mesmo que não nos demos conta dele. É um momento histórico fascinante – obviamente, não quer dizer próspero nem idílico – porque nele se concentram mais riscos, mas também mais oportunidades do que nunca. A atualidade é, em si mesma, um mundo muito pouco previsível.

Esta crise é a primeira ou a mais profunda que sofre o mundo já globalizado e a primeira que sofre o sistema capitalista sem contar com uma referência alternativa. Como é evidente, em todas as crises do século passado, incluindo a de 1929, podia sempre aduzir-se: «Sim, é um horror aquilo que aconteceu, mas diante de vós está um modelo que ainda é pior». Hoje, esse outro modelo alternativo já não existe. Trata-se, assim, de uma crise financeira sistémica e global, que afeta de uma forma diferente a totalidade do planeta, sem alternativa credível à vista. Portanto, sem comparações nem contrastes com o que quer que seja, diante dos seus fracassos e das suas falhas. E pela primeira vez, como já disse antes, a imagem que o espelho devolve do sistema e ao sistema é feia e decepcionante, uma imagem de madrasta que exige correções contundentes.

Até agora, as crises dos países emergentes eram pagas pelos cidadãos menos favorecidos. Nos países desenvolvidos, pagavam-nas também os que poupavam, aqueles que tinham o seu dinheiro em ações. Mas esta crise tem a particularidade de ser paga por quase todos – escapam sempre as minorias que vivem da crise –, desigualmente é certo, mas quase todos.

As crises profundas e duradouras começam por devastar as periferias, as zonas menos favorecidas, as empresas mais pequenas e dependentes, para depois avançarem até ao coração da burguesia mais abastada. Esta crise já chegou aqui, ao coração, e com uma paisagem

inédita: até os que possuem muito património, mas não têm liquidez, acabam por passar mal. Depois, além disso, quem tem muita liquidez, independentemente de ter ou não património, não sabe o que fazer com ela para garantir o futuro, porque o juro que lhe pagam ou é miserável, ou está submetido a um enorme risco de rendimento variável, ou não só obtém uma fraca retribuição pelos depósitos como ainda vive na incerteza de poder perdê-los. Só os fundos «abutre» parecem obter vantagens da situação.

O mundo já mudou profundamente sem que nós, europeus, nos déssemos conta; como se tivéssemos estado distraídos. E o mal disto é que nem todos, ao menos no que se refere aos políticos, parecem dispostos a mudar em igual medida para recuperar o tempo perdido. São muitos os que mantêm o mesmo discurso de há 25 anos, mas aplicado agora a uma realidade que nada tem de ver com a de então. Isto é preocupante e, em certos momentos, angustiante. Ainda assim, não deve levar-nos a uma rápida conclusão pessimista. Os que pautaram a sua atuação numa certa rebeldia, em especial no que diz respeito a eles próprios, não poderão conformar-se. Chegou o momento em que é preciso dizer às pessoas que «sim, podemos». Com base na minha experiência de cidadão do mundo, ou pelo menos de andarilho, continua a ser verdade que, para quem tem meios, Espanha continua a ser um dos melhores países do planeta para viver. O problema é que não estão a deixar-nos viver e que, nos últimos cinco anos, aumentaram a angústia, o sofrimento e a pobreza, em todas as suas aceções.

Muitos políticos progressistas cometeram o erro de se comprometerem mais com os instrumentos do que com os próprios fins. Mas aquilo a que é preciso ser leal é ao que nos define, que, em resumo, é um impulso de solidariedade; um impulso pela liberdade ligada à igualdade de oportunidades. Sabemos que, quando uma ideologia se converte numa meta paradisíaca, se transforma numa religião, numa louvação ao paraíso prometido que, logicamente, nunca chega. Não queremos criar religiões, já há as suficientes. O importante é saber percorrer o caminho mantendo a lealdade aos objetivos que perseguimos,

mesmo recorrendo à renovação dos instrumentos, porque o mundo mudou. O importante é continuar a acreditar que a nossa tarefa reside em combater a injustiça e propiciar a maior igualdade e o maior bem-estar possíveis aos seres humanos, mas substituindo as ferramentas caducas e as proclamações envelhecidas que há quatro décadas tinham a ver com o mundo em que vivíamos e hoje são pura naftalina.

Esta crise sistémica e global tem, além do mais, outra característica curiosa: não há marcha atrás no fenómeno da globalização. Portanto, o sistema está obrigado a reformar-se em profundidade se não quer entrar numa perversa espiral destrutiva. Por isso, este é o momento certo para fazer uma declaração de princípios: face à globalização da economia, das finanças e, em geral, da comunicação entre seres humanos, deveríamos lançar as bases para a globalização do progresso e da participação em todos os setores sociais. A globalização não é o mal, mas apenas o desafio, e temos que conseguir que os excedentes que se criam nesta nova realidade se redistribuam com maior justiça social. Esse é o objetivo: fazer mais solidária a já irreversível globalização.

Mas, de momento, a única certeza é que a globalização não tem retrocesso e não se lhe deu alternativa a um desenvolvimento injusto.

O que está a passar-se supõe a rutura das fronteiras de tudo o que estávamos habituados como seres históricos: à democracia, à soberania, à economia financeira, à hegemonia do mercado... É uma crise que afeta o governo do Estado-nação, sem que os elementos de poder supranacionais – como a União Europeia – estejam em condições de substituir as lacunas. E menos ainda existem mecanismos credíveis de governação global.

Mas voltemos atrás por um momento e tratemos de compreender o que realmente se passou com esta crise que nos assola.

EM PRIMEIRO LUGAR

Estamos no centro de uma grande mudança e que, no fundo, corresponde a alguma forma, é o fracasso do modelo neoconservador, a Reagan a música – ou, pelo menos, o sistema financeiro global e o possível que, sendo esta uma mudança do pensamento neoconservador, seja precisamente dar a um paradoxal que uma parte decisiva dos protagonistas do modelo, a razão principal seja que esta é uma via baseada na resistência a uma saída de outra natureza.

A esquerda trata de proporcionar o exercício devia ser ao contrário das pessoas antes de nos armarmos se saber com precisão o que se passa com a crise.

A queda do muro de Berlim é um requisito incontornável para propor o tempo de uma revolução e agora interligados.

EM PRIMEIRO LUGAR, UM DIAGNÓSTICO PRECISO

Se pudessemos saber primeiro onde estamos e aonde nos dirigimos, poderíamos julgar melhor o que fazer e como fazer as coisas.

Abraham Lincoln (1809-1865),
Presidente dos Estados Unidos

Estamos no centro de uma grave crise global, que não quisemos ver chegar e que, no fundo, corresponde a uma mudança de civilização. De alguma forma, é o fracasso *post mortem* do thatcherismo. O triunfo do modelo neoconservador, a que a senhora Thatcher deu a letra e Reagan a música – ou, pelo menos, o ruído –, rebentou com a crise do sistema financeiro global e o entulho caiu-nos em cima. Mas como é possível que, sendo esta uma crise devida em grande parte à hegemonia do pensamento neoconservador, ultraliberal, a resposta dos cidadãos seja precisamente dar a maioria aos seus responsáveis? Torna-se paradoxal que uma parte decisiva dos votantes tenha buscado refúgio nos protagonistas do modelo, mais do que noutras alternativas. Talvez a razão principal seja que estas só são capazes, por agora, de oferecer uma via baseada na resistência, que é algo de muito diferente face a uma saída de outra natureza.

A esquerda trata de procurar a resposta em si mesma e creio que o exercício devia ser ao contrário: há que tomar consciência da perceção das pessoas antes de nos analisarmos a nós mesmos. Já disse que esse é um requisito incontornável de todas as lideranças modernas: sem se saber com precisão o que preocupa a sociedade, não será possível saber o que se passa connosco e, muito menos, que solução alternativa temos para propor.

A queda do muro de Berlim, como símbolo, e a irrupção arrasadora de uma revolução tecnológica e comunicacional que liquidou o tempo e o espaço na comunicação entre os seres humanos, a partir de agora interligados em tempo real, mudaram tudo. Portanto, conviria

deixar claro que, se mantemos a opção por continuar a fazer o que vimos fazendo até agora, continuaremos também a conseguir exatamente o mesmo que vimos alcançando. Ou, dito de outro modo, com palavras de Albert Einstein: «Se procuras resultados distintos, não fazas sempre o mesmo».

Centrando-nos em Espanha, porque sofremos uma crise muito mais dura que alguns dos nossos vizinhos? Mais concretamente, porque será que outros países, com recessões parecidas, não registam taxas de desemprego como a nossa? Basta recordar, ainda que o facto seja surpreendente, que, em 2009, a Alemanha caiu mais do que a Espanha, no que toca ao Produto Interno Bruto. O que se passa especificamente no nosso país? Há que colocar esse tipo de perguntas e dar-lhes respostas, porque da compreensão das suas raízes derivará uma redução nos milhões de desempregados e, assim sendo, a possibilidade de mitigar muitos dramas e de suavizar muitos sofrimentos. Em poucas palavras, a grande diferença de Espanha ou Portugal face aos nórdicos ou aos alemães é que nós não resolvemos os nossos problemas estruturais para convergir com as economias mais equilibradas e competitivas.

É certo que cumpríamos melhor do que a Alemanha ou a França o Pacto de Estabilidade em que se baseou a União Monetária. A nossa bonança, baseada no crédito fácil e barato – que chegava abundantemente do exterior –, dedicava-se ao consumo interno, sobretudo à construção massiva e irracional de habitações a preços especulativos. Não se dedicava a melhorar o nosso aparelho produtivo para competir numa economia aberta. A nossa balança de pagamentos e a nossa balança comercial já davam sinais ruidosos de tudo isto, anos antes da crise.

E o problema dos problemas está em que, depois de ceder todos os instrumentos de ajustamento (política monetária, política de despesa, política de investimento...) a um centro comum, supranacional, de que fazemos parte – seja o Banco Europeu, para as questões monetárias, seja Bruxelas, para as influências, seja o Conselho Europeu... –, as únicas variáveis de ajustamento que ficaram disponíveis são o

emprego e os salários...
 demos nem devermos...
 vez de desvalorizar a moeda...
 uma grande destruição de...
 nos salários em relação aos...
 cidade no poder de compra e...
 um círculo dramaticamente...
 Ficámos sem outros instrum...
 nível possível de ajustamento...
 forma selvagem. Numa conjunt...
 alemães optaram pela redistribu...
 as empresas e os sindicatos def...
 percentagem de trabalhadores a...
 reduziam os horários laborais e...
 perder a competitividade. Prefe...
 o horário e compensando par...
 do que o Estado poupava em...
 a aplicar-se no pagamento de...
 receber os trabalhadores em...
 receber agora, com a redução...
 maiores custos e as pessoas e...
 dos centros de emprego.
 O nosso diferencial na t...
 utilizámos a variável empre...
 lar essa estrutura do que ve...
 muito mais dinamismo ao m...
 estamos condicionados por...
 dente do tijolo e do cimen...
 sectores fundamentais d...
 Fizeram-se reforma...
 de uma intervenção ev...
 dos – previsíveis, sem...
 da destruição d...

emprego e os salários. Não podemos desvalorizar a moeda; não podemos nem devemos declarar uma suspensão dos pagamentos... Em vez de desvalorizar a moeda, desvalorizámos os custos laborais, com uma grande destruição de postos de trabalho e uma perda adicional nos salários em relação aos preços. Com isto, perdemos muita capacidade no poder de compra e ninguém consome nada, criando assim um círculo dramaticamente vicioso.

Ficámos sem outros instrumentos e, ainda por cima, essa única variável possível de ajustamento, o emprego, está a ser utilizada de uma forma selvagem. Numa conjuntura similar de recessão, em 2009, os alemães optaram pela redistribuição do emprego. O governo alemão, as empresas e os sindicatos definiram duas opções: ou se despedia a percentagem de trabalhadores afetados pela queda da produção ou se reduziam os horários laborais e os salários correspondentes, para não perder a competitividade. Preferiam manter o emprego mas ajustando o horário e compensando parcialmente esta medida com uma parte do que o Estado poupava em subsídios de desemprego, que passava a aplicar-se no pagamento de um diferencial entre o que deveriam receber os trabalhadores em horário completo e o que passavam a receber agora, com a redução dos períodos laborais. O Estado evitava maiores custos e as pessoas evitavam sofrimentos e angústias nas filas dos centros de emprego.

O nosso diferencial na taxa de desemprego explica-se porque só utilizámos a variável emprego, mas faltou-nos – e falta-nos – articular essa estrutura do que veio a chamar-se «flexisegurança», que daria muito mais dinamismo ao mercado de trabalho espanhol. É óbvio que estamos condicionados por um aparelho produtivo demasiado dependente do tijolo e do cimento, com a perda de competitividade noutros sectores fundamentais da nossa economia.

Fizeram-se reformas nas relações laborais, disse-se que a procura de uma intervenção evitaria destruir tantos empregos, mas os resultados – previsíveis, sem a propaganda enganosa – foram uma aceleração da destruição do emprego e um incremento da precariedade naquele

que se cria. É óbvio que há um problema estrutural, e esta errada e falida reforma laboral não serviu para nada – ou pelo menos nada de bom –, salvo para aumentar o uso dos eufemismos, tais como «diminuição do ritmo da destruição de emprego», que ocultam o fenómeno lógico de que esse ritmo de destruição do emprego chegará ao ponto zero quando não houver trabalho para ninguém.

A situação é tão má, e com tão poucas perspectivas, que provavelmente chegámos à ocasião de parar um momento e de fazer perguntas sérias, mais do que continuar a improvisar respostas, ditadas por solicitações externas, como vimos fazendo. Mas como é que se para de fazer perguntas quando há tantas respostas para dar a uma situação tão dramática? Como se consegue o tempo necessário para colocar essas perguntas tão prementes?

Apesar de tudo, a desorientação é tão dramática que usar tempo para a reflexão e para fazer perguntas vai ser inevitável. Aqui e, de forma geral, na Europa, vão-se atropelando as respostas, na maioria erróneas e descoordenadas. E nunca se reconhece o erro de base. Na Comissão Europeia, dizia Durão Barroso¹, estamos a fazer de «bombeiros e arquitetos ao mesmo tempo». E é verdade, mas, quando entram em campo os bombeiros, chegam tão tarde que já ardeu tudo; na vez dos arquitetos, não se consegue ver que estrutura dá forma, e a que ritmo, a esta União Monetária sem União Monetária e Fiscal, sem União Bancária a sério, sem Banco Central que se pareça com a Reserva Federal, com o Banco do Japão ou com o de Inglaterra.

No que diz respeito a Espanha, recordo-lhes um dado que vai surpreendê-los e também explicar porque tudo está tão mal. O PIB de 2007, ano anterior ao começo da crise, para nós, foi de 1,53 biliões de euros. No ano de 2012, cinco anos depois da chegada da crise, foi de 1,49 biliões de euros. A conta é fácil, mas explicar o dramatismo das consequências é muito difícil. Perdemos quatro mil milhões de euros no PIB; o que equivale a dizer menos de meio ponto percentual. O verdadeiro e incompreensível drama está na forma como foi repartido o custo desta perda. A brutal desigualdade nesta repartição tem de nos

levar a regresso. Imagina
- que já damos por perdida
dos bancos em dificuldades.
A escala mundial, a destruição
de coordenação, mas com
mento, que a crise se converteu
o que nos teria conduzido
ter o que está para vir. Para
parece que o produto bruto
dizer que se evitou a recessão
são mundial, que só mudar
A partir daí toda a gente
ritmo acelerado na máquina
Guerra Mundial. A guerra
Em termos gerais, resp
ca. Com mais conhecimen
sar para trás a recessão, m
Temos que mudar o
modelo produtivo não po
o caso, o que significa r
muito mais na variável e
no, e não esquecer que e
I+D+i (Investigação+D
banais com poder, a ún
o modelo produtivo, m
mente à caça como se n
vestir. Mais: fazem-no
de tecnologia do conh
que nos poderia salvar
poucas possibilidades
lecimento da educac
contrário do que e

levar a reagir. Imaginem – sem cair na tentação de fazer demagogia – que já damos por perdidos uns 40 mil milhões de euros no resgate dos bancos em dificuldades. Ou seja, dez vezes mais do que o valor da perda no PIB entre 2007 e 2012.

À escala mundial, a notícia positiva é que, numa ação com falhas de coordenação, mas com bom nível nos consensos, evitou-se, de momento, que a crise se convertesse numa recessão planetária duradoura, o que nos teria conduzido à depressão, ainda que seja difícil de prever o que está para vir. Para o dizer com toda a transparência: já não parece que o produto bruto mundial continue a cair, o que permite dizer que se evitou a recessão. Na crise de 1929, entrou-se em recessão mundial, que só mudaria com a aplicação da economia de guerra. A partir daí toda a gente voltou a estar empregado, trabalhando em ritmo acelerado na maquinaria de destruição que se usaria na Segunda Guerra Mundial. A guerra acabou com a depressão.

Em termos gerais, respondemos melhor agora do que nessa época. Com mais conhecimento do que então. Parece que estamos a deixar para trás a recessão, mas a crise mantém-se bem à nossa frente.

Temos que mudar o modelo produtivo? Sim, mas a transição do modelo produtivo não pode fazer-se de um dia para o outro. Em todo o caso, o que significa mudar o modelo produtivo? Há que insistir muito mais na variável estratégica que importa, que é o capital humano, e não esquecer que este se alimenta da formação, da educação e do I+D+i (Investigação+Desenvolvimento+inovação). Para os políticos banais com poder, a única coisa que está clara é que é preciso mudar o modelo produtivo, mas não sabem para qual, andam desesperadamente à caça como se nalgum local se vendesse um modelo pronto-vestir. Mais: fazem-no de forma contraditória – destroem a estrutura de tecnologia do conhecimento e da inovação, que é justamente o que nos poderia salvar, o que nos podia libertar do atoleiro. Uma das poucas possibilidades que temos está no apoio a I+D+i, no fortalecimento da educação e da formação profissional. Precisamente o contrário do que está a ser feito. Tais políticos não compreendem que

a única coisa que nos permitiria a integração na economia global é a defesa e a melhoria das nossas marcas – com o nível de excelência que os outros não são capazes de alcançar e que nós podemos continuar a desenvolver –, assim como o apoio decidido à investigação e à inovação, de onde poderíamos continuar a competir com a nossa principal matéria-prima: o talento.

Não me refiro a um sector concreto da economia. A inovação é um instrumento de melhoria da oferta turística ou de mudança nos parâmetros da construção, só para assinalar duas das suas aplicações. A inovação é uma maneira de nos aproximarmos de um modelo produtivo em que a variável estratégica seja a inteligência aplicada, a capacidade criativa que melhora processos produtivos ou gera outras formas de produzir que mudam as anteriores. Estamos a fazer algo que vá nesse sentido, em Espanha ou na Europa? Desgraçadamente, a resposta é não. Estamos a fazer algo que não sabemos em que direção segue, mas que já percebemos que não é a atrás referida.

Para não deixarmos o nosso contexto ocidental, dir-se-á que os Estados Unidos acertarão ou não na saída da crise, mas, apesar de terem sido o seu epicentro e de terem aquilo que os economistas consideram bases mais frágeis do que as europeias, estão a sofrer muito menos do que a Europa: gerem melhor a crise e também projetam muito melhor, com mais inteligência, as mudanças estruturais de que necessitam para sobreviver num mundo globalizado. Enfim, estão a fazer algo que, por aqui, nem sequer se concebeu. Nos Estados Unidos, encara-se a reindustrialização do país não no sentido de recuperar as atividades tradicionais obsoletas, ainda que sem as esquecer, mas sim em termos de mudança: deram-se conta que só podem salvar o seu país através da inovação, da sua capacidade para pôr em circulação capital de risco que estimule a inovação, a criatividade e o I+D+i. Os norte-americanos estão conscientes de que, por cada dez projetos inovadores que criem, haverá, na melhor das hipóteses, sete que ficarão pelo caminho, mas o verdadeiramente importante é que já não estão a encarar a inovação como uma atividade sectorial na qual se investe.

*É sabido que a única
a fazer com que fique
sem pondo em marcha
para competir no mundo
salmente em todo o seu
que sejam capazes de resistir
Assim sendo, em Espanha – e na
lo produtivo, mas sempre tendo
trazer o essencial destas, necessitam
desenvolvimento e de mais inovação,
civiro distinto. Não se trata apenas d
fize-lo de modo a que elas próprias s
tiva formação. Não se trata apenas d
vem estudante, seja melhor: trata-se c
se treine para saber o que pode fazer
oferece a sociedade diante das habi
valor acrescentado tem para os outr
-se, uma vez alcançado o diploma, c
parafraseando Kennedy, o que po
lhe oferece, onde está o seu lugar p
cultura e o nosso sistema falham.
Voltarei a este tema mais adiant
consideração sobre a crise.
autêntica mudança de civiliza
esquecida ao atirar todas as c
não são inocentes –, foi um
vindo a funcionar nos últi
mundial, semelhante a tod
regras estabelecidas. Enc
problema de fundo não
a superar esta crise, ma*

E sabem que a única forma de salvar todo o aparelho produtivo está em fazer com que fique mergulhado em inovação. Portanto, não estão a projetar a reindustrialização do país em moldes protecionistas, mas sim pondo em marcha um novo modelo que parta da base de que, para competir no mundo globalizado, é preciso introduzir transversalmente em todo o seu aparelho produtivo os elementos inovadores que sejam capazes de resistir ao embate da economia de baixos custos dos países emergentes.

Assim sendo, em Espanha – e na Europa – há que mudar o modelo produtivo, mas sempre tendo presentes as prioridades. E, para satisfazer o essencial destas, necessitamos de mais investigação, de mais desenvolvimento e de mais inovação, assim como de um modelo educativo distinto. Não se trata apenas de formar as pessoas: trata-se de fazê-lo de modo a que elas próprias saibam o que fazer com a respetiva formação. Não se trata apenas de que o diploma, obtido pelo jovem estudante, seja melhor: trata-se de que, nos seus anos formativos, se treine para saber o que pode fazer com esse conhecimento, o que oferece a sociedade diante das habilidades e destrezas obtidas e que valor acrescentado tem para os outros. O jovem não deve perguntar-se, uma vez alcançado o diploma, o que faz por ele a sociedade, mas, parafraseando Kennedy, o que pode ele fazer pela sociedade, o que lhe oferece, onde está o seu lugar pessoal e profissional. Nisto, a nossa cultura e o nosso sistema falham.

Voltarei a este tema mais adiante, mas antes quero fazer uma última consideração sobre a crise. Se é bem verdade que esta acarreta uma autêntica mudança de civilização, a sua origem, que agora começa a ser esquecida ao atirar todas as culpas sobre os governos – que, desde logo, não são inocentes –, foi uma implosão do sistema financeiro que tinha vindo a funcionar nos últimos 20 anos como um casino financeiro mundial, semelhante a todos os convencionais, onde se joga, mas sem regras estabelecidas. Enquanto isto não for encarado, enquanto este problema de fundo não for olhado de frente, é possível que se chegue a superar esta crise, mas estaremos apenas a incubar a seguinte. Já o

disse antes: se não se muda de caminho, acabaremos por chegar outra vez ao mesmo ponto. Até que mudemos o essencial do sistema, pode afirmar-se que estamos a viabilizar uma réplica desta crise financeira, que ninguém sabe ao certo que magnitude poderá alcançar.

Os governos de todo o mundo, seja qual for a sua cor ideológica, fizeram um enorme esforço para reabilitar e reestruturar os bancos, porque o sistema financeiro é instrumental e, se não cumpre a sua função, as empresas não têm crédito, não têm fluidez, e veem-se condenadas a fechar, sejam quais forem as suas perspectivas de negócio. Se se derruba uma empresa industrial, é só ela que cai; mas, se se derruba um banco, caem ele e as empresas industriais a que dava sustento financeiro. Como o emprego continua a ser dado pelos empregadores, quanto mais empresas caírem, menos trabalho haverá. Esta não é uma opinião, nem um pensamento de esquerda; é uma conclusão tão lógica que bem podia ser apresentada por La Palisse.

Tudo aponta para a saída desta crise sem a reforma do sistema financeiro. Mas se assim não fosse e houvesse vontade de o fazer, seria preciso, antes de mais, acertar no coração daquilo que é preciso mudar. Os paraísos fiscais são uma vergonha, hoje como no momento em que nasceram, e continuam a constituir-se como o estaleiro do dinheiro negro e opaco do mundo, aquele que provém de atividades criminosas e o que se esconde para fugir ao fisco. Mas não causaram esta crise, ainda que isso não obste a que se deveria ter acabado com eles há 20 anos e ainda seja preciso fazê-lo agora. No entanto, seria errar o tiro acreditar que, com essa medida, o futuro estaria resolvido.

A crise não resulta sequer do abuso imoral de bónus, de gratificações e prémios, de contratos blindados. Mesmo que reparássemos todas estas falhas, continuaríamos a ter o mesmo modelo de banca, os mesmos agentes financeiros e estaríamos a incubar a próxima crise. Podemos condenar moralmente estas situações de abuso, mas a sua incidência na crise é pouco relevante, tal como a atenção que nos prestarão. O Lehman Brothers² era um paraíso fiscal em si mesmo, tal e qual como as SICAV (Sociedades de Investimento de Capital Variável).

O problema não é para não dizer vergonhosas. inventam produtos e dos seus resgates. Com os derivados, os pacotes estruturados para continuar em v. A única grande diferença é mudar as regras do jogo. Dom Quixote a Sancho Pança. «Não façam muitas promessas e, sobretudo, que se mantenham. A única forma de interpretar boas leis que se cumpram, e nos políticos não é fazer discursos moralizadores, mas resolvam os problemas e fa. Diante da gravidade da crise, discursos moralizadores, ma à escala europeia nos pomos da atividade financeira seja operam globalmente, as cri

A QUEDA DO CASINO FIN

Jogar na Bolsa é como fazer o no aceso; o segundo passa-o até que o último, o bobo, que

O problema mais grave para todos é o funcionamento irregular, para não dizer vergonhoso, dos agentes que, num mercado sem regras, inventam produtos que são lixo. As grandes corporações bancárias não mudaram um centímetro depois das suas reestruturações e dos seus resgates. Continuam a vender os mesmos produtos de antes. A única grande diferença é que agora não dão créditos, ou dão-nos carregados de restrições. O fluxo de crédito está cortado mas os derivados, os pacotes estruturados e todos esses produtos que eram fumaça pura continuam em vigor. Nada disso mudou, porque não mudaram as regras do jogo. Não se trata de reclamar um maior intervencionismo na regulamentação, mas sim de aplicar o conselho de Dom Quixote a Sancho Pança, para seu governo na ilha Baratária: «Não faças muitas promessas e, se as fizeres, procura que sejam boas e, sobretudo, que se mantenham e se cumpram».

A única forma de interpretar a moral pública está na existência de boas leis que se cumpram, e não de muitas que se ignorem. O que cabe aos políticos não é fazer discursos morais, mas sim criar normas que resolvam os problemas e fazer com que essas normas se respeitem. Diante da gravidade da crise, estamos mais uma vez a refugiar-nos em discursos moralizadores, mas não reformamos a banca. Nem sequer à escala europeia nos pomos de acordo em que a moldura reguladora da atividade financeira seja igual para todos. Se é certo que os bancos operam globalmente, as crises pagam-se a nível nacional.

A QUEDA DO CASINO FINANCEIRO

Jogar na Bolsa é como fazer o jogo dos fósforos: o primeiro passa ao segundo o fósforo aceso; o segundo passa-o ao terceiro, o terceiro ao quarto e assim sucessivamente, até que o último, o bobo, queima os dedos.

John Pierpont Morgan (1837-1913),
financeiro norte-americano

Esta é, assim, a crise financeira global mais séria da nova era e seguramente de todos os tempos. É o último e mais potente estouro da «exuberância irracional» dos mercados, em palavras pronunciadas há quase 20 anos pelo antigo presidente da Reserva Federal norte-americana, Alan Greenspan, que, apesar do rigor da sua análise, não pôde, não soube ou não quis corrigir desde logo a situação que tão bem diagnosticou.

Olhando um pouco além do que está a acontecer – e que decerto vai durar mais tempo do que se diz –, é de temer que tentemos regressar à senda considerada como um êxito nos últimos anos do século passado e nos primeiros do atual, como alguns pediram repetidamente. Se olharmos para a economia real, que se pressupõe servir a economia financeira, podemos ver como o estouro da imensa bolha financeira a está a esmagar. E assim voltará a suceder se não se mudar o modelo. Temos que fazer com que as intervenções sobre o sistema financeiro tenham como finalidade não apenas evitar agora a recessão ou a depressão, mas também o preparar do acordo global para impedir que se repitam no futuro.

Por fim reconhecemos, em unísono, que o mercado, por si só, convertido num sistema autorregulado pela famosa «mão invisível» – que nos esbofeteia com fúria –, não pode solucionar tudo. Sem dúvida que é assim, mas há que anular a tentação contrária, que nos levaria até à anulação do papel do mercado e à sua substituição por uma intervenção direta do Estado, em funções e tarefas que não são suas e que não sabe desempenhar. O Estado não costuma ser um empresário nem um financeiro eficiente, exceto quando cuida e gere serviços-chave como a Saúde, razão pela qual deve evitar-se que ganhe gorduras e clientelismos desnecessários, com a mesma energia que deve evitar o seu enfraquecimento como regulador e como representante dos interesses gerais dos cidadãos. Para tanto, volta a ser hora da política, como tantas vezes se insiste. O paradoxo é que ela foi reclamada, quando o sistema financeiro se afundou, pelos mesmos que haviam lutado por afastá-la com a sua mão invisível.

Nos países de
maior renda-se ao sistema
riqueza real e de empresa
como puramente financeira
Houve falhas dos agentes
meios e veículos de intervenção
para a evolução da economia real
curso descontrolado, uma «exuberância»
instituições financeiras a servir-se dos
produtos ao invés de servirem os clientes
depósitos, as suas poupanças, os seus
Houve falhas dos organismos
agentes? Sem dúvida, também. Falhas
tação às novas realidades, ainda que
os países, pela própria natureza dos
laissez faire para não intervir de acordo
havia que cumprir; e, outras vezes,
para avaliar as operações financeiras
dos produtos criados. Além do mais
regular o global, que escapa às suas
ceiros operam no espaço global.
Houve falhas dos organismos
Fundo Monetário Internacional? E
sificam os riscos? Sem dúvida. (2)
muito acima das necessidades da
mes para evitar um estouro dos mercados
ções fora de balanço, da multiplicação
controlo. É evidente que os agentes
Nem tão pouco funcionaram as
graves conflitos de interesses.
O que falhou principalmente
ção da mesma? É difi-

Nos países desenvolvidos, partimos de um erro de base. A economia rendeu-se ao sistema financeiro. A gestão industrial, a criação de riqueza real e de emprego cederam os seus lugares à valorização e ao controlo puramente financeiros.

Houve falhas dos agentes? Sem dúvida. O sem número de instrumentos e veículos de intervenção, imaginativos, que se inventaram, escaparam a todas as contabilidades e mantinham pouca ou nenhuma relação com a evolução da economia real das empresas e das famílias. Um percurso descontrolado, uma «exuberância irracional», levaram as distintas instituições financeiras a servir-se dos clientes para colocarem os seus produtos ao invés de servirem os clientes, gerindo com prudência os seus depósitos, as suas poupanças, os seus investimentos ou os seus créditos.

Houve falhas dos organismos nacionais de controlo e dos seus agentes? Sem dúvida, também. Falharam sobretudo pela sua inadaptação às novas realidades, ainda que com diferenças evidentes entre os países, pela própria natureza dos falhanços. Às vezes, abusou-se do *laissez faire* para não intervir de acordo com as normas reguladoras que havia que cumprir; e, outras vezes, houve uma grande dificuldade real para avaliar as operações financeiras pela complexidade e opacidade dos produtos criados. Além do mais, a partir do local não se pode regular o global, que escapa às suas competências, e os agentes financeiros operam no espaço global.

Houve falhas dos organismos internacionais e especialmente do Fundo Monetário Internacional? Ou das agências de *rating*, que classificam os riscos? Sem dúvida. Quando a economia financeira cresce muito acima das necessidades da economia real, devem soar os alarmes para evitar um estouro dos movimentos especulativos, das operações fora de balanço, da multiplicação dos esquemas financeiros sem controlo. É evidente que os organismos internacionais não o viram. Nem tão pouco funcionaram as agências de *rating*, comprometidas por graves conflitos de interesses.

O que falhou principalmente? A regulação ou a falta de aplicação da mesma? É difícil decidir, porque não se trata de valorizar a

quantidade de normas de regulação, mas sim a sua qualidade para facilitar a transparência e o seu âmbito local para fazer frente aos movimentos globais. As mais extensas (FMI) revelam-se insuficientes para um sistema financeiro que funciona 24 horas por dia, sem interrupção, em distintos cenários de todo o planeta.

Vai resolver-se tudo com a intervenção massiva e com o endurecimento da regulação? Não será suficiente. Em primeiro lugar, porque, como acabamos de ver, o problema está no funcionamento global do sistema financeiro, enquanto os poderes políticos reguladores, incluindo os mais poderosos, são locais. Em segundo lugar, porque o carácter obsoleto dos organismos internacionais de controlo é mais que evidente. Por conseguinte, haveria que combinar um novo sistema de funcionamento, como condição necessária e inevitável. Deve, desde logo, estabelecer-se um diagnóstico partilhado da profundidade da crise, porque se os remédios acabam por nos devolver a um caminho já trilhado, reiniciar-se-á o processo até chegarmos ao mesmo resultado dentro de alguns anos. Se se toma por bom o modelo atual, galoparemos até à próxima crise. E então voltaremos a falar de «crise cíclica», ainda que cíclica seja apenas a estupidez humana e a voracidade do dinheiro fácil, alheio à economia produtiva.

Há que aceitar que, depois da queda do sistema comunista, a ideia do mercado apareceu-nos homologada e homogeneizou-nos globalmente, a todos, indo além da estrutura política de cada um. É desta realidade crua e indiscutível que derivam as dificuldades, mas também as possíveis soluções. Homogeneizar comportamentos e estabelecer uma coordenação séria entre sistemas políticos tão diversos vai ser muito complicado. Até quando são relativamente iguais, como na União Europeia, tende a predominar o «salve-se quem puder... e como puder!», tal como já pudemos comprovar. Apesar disso, se se partir da ideia de que o funcionamento do sistema financeiro é global e interdependente, e se se definirem as razões profundas do fracasso, poder-se-á atuar com sentido e alguma eficácia.

Se se compre-
são provocados pela
choira ou hája seca. Fv
das intervenções e dos
outros tenham sido inevitáveis.
existe melhor modelo de funcionamento
da, nem há erro pior do que com
creio da mão invisível. Quando se
desprezando a política. Quando se
que não lhe cabe. Como adiante to
sociedade de mercado, não.
A crise do sistema financeiro es
ramente porque a economia finan
como deveria ser a sua função bá
de intermediação que tinha o siste
fim em si mesmo. Neste cenário,
do as ações entre os atores clássic
emergentes com peso no produt
pança e com demografias determ
significa que China, Índia, Rússia
África do Sul e outros hão de faz
ou inclusivamente o G-25 – tem
contar com todos para tornar re
Necessitamos de molduras regu
anais, homogeneizadas em todo
os distintos produtos deste sis
previsíveis os comportamentos
operadores a apresentarem
o uso de instrumentos
a qualquer contabilidade
controlo que existem p
FMI, passando pelo B
ciso revê-los e ader

Se se compreende que os ciclos em que se enquadram as crises são provocados pela falta de uma governação global adequada porque chova ou haja seca, poderá começar-se a raciocinar além da urgência das intervenções e dos resgates multimilionários, ainda que umas e outros tenham sido inevitáveis. Há que partir do princípio de que não existe melhor modelo de funcionamento económico do que o mercado, nem há erro pior do que considerar que este se autorregula pelo efeito da mão invisível. Quando se diz que o mercado resolverá tudo, desprezando a política, está-se a atribuir-lhe uma função de sistema que não lhe cabe. Como adiante insistirei, economia de mercado, sim; sociedade de mercado, não.

A crise do sistema financeiro está a esmagar a economia real, seguramente porque a economia financeira se desligou dela e não a serviu, como deveria ser a sua função básica. Passámos da prudente função de intermediação que tinha o sistema financeiro para o converter num fim em si mesmo. Neste cenário, é preciso agir no global, coordenando as ações entre os atores clássicos, mas somando agora alguns países emergentes com peso no produto mundial, com excedentes de poupança e com demografias determinantes para o futuro do mundo. Isto significa que China, Índia, Rússia, Brasil, México, os países do Golfo, África do Sul e outros hão de fazer parte da resposta global. O G-20 – ou inclusivamente o G-25 – tem de liderar as respostas, e é necessário contar com todos para tornar real o multilateralismo que se reclama. Necessitamos de molduras reguladoras muito mais eficazes do que as atuais, homogeneizadas em todos os mercados e que tratem de abarcar os distintos produtos deste sistema financeiro global. Há que tornar previsíveis os comportamentos dos agentes financeiros, obrigando os operadores a apresentarem relatórios e contas claros, e até proibindo o uso de instrumentos perigosos que distorçam a realidade e escapem a qualquer contabilidade. Uma vez que falharam os organismos de controlo que existem para o sistema financeiro – desde Basileia até ao FMI, passando pelo Banco Mundial e pelos bancos regionais –, é preciso revê-los e adequá-los à situação atual dos mercados globalizados.

Há que contornar, ainda assim, a tentação liquidatária, porque será muito mais difícil construir organismos novos do que reformar os que temos. A finalidade última deste incremento da governação global não tem de derivar para uma interferência constante dos responsáveis políticos no normal funcionamento dos mercados, mas sim lograr uma maior eficácia dos mecanismos de controlo e uma vigilância ágil do funcionamento do sistema. Não pode repetir-se o desconhecimento da contabilidade efetiva dos operadores financeiros que criaram organismos sem controlo, produtos que nascem da imaginação especulativa e, às vezes, do puro engano.

Existe unanimidade na ideia de que é preciso salvar o sistema financeiro, mesmo havendo diferenças nas receitas propostas. É necessário evitar, seja como for, que a operação sirva para premiar os inúteis e os vorazes, à custa dos contribuintes ou dos que foram mais previdentes e sérios. Ficarão menos entidades financeiras, e há que procurar que sejam as melhores. Além do mais, não se pode esquecer que todos os resgates terão de ser feitos – e haveria que tê-los feito – ao serviço da economia produtiva, do emprego e da criação de riqueza real. Isto tem uma urgência extrema, porque disparou o massacre de empresas viáveis, por falta de financiamento, sendo massivamente destruído o emprego.

Em 1999, propus aos dirigentes social-democratas reunidos num congresso, em Paris, com a presença do então diretor do Fundo Monetário Internacional, a implantação de um sistema de semáforos. Nessa época, se a economia real crescia no mundo cerca de três por cento ao ano, provei que os fluxos financeiros, que se supõe serem os que alimentam essa economia real, estavam a crescer acumulativamente a um ritmo superior a 60 por cento. O desfasamento entre o crescimento da economia produtiva e real e o incremento do fluxo de movimentos de capital não pode ser tão grande e, obviamente, estava a criar-se uma imensa bolha sem relação com a economia real, com o emprego, com a distribuição de riqueza, com o comércio, etc.. Hoje conhecemos as consequências dessa implosão da bolha financeira.

*É admissível que
sejam baseadas superiores
proporções na realidade. tem de
que não sou tão absurdo. tem de
que não repita que qualquer
mercados cresçam três ou até quatro
provalina. Ou seja, se a economia
que sugeri foi que os fluxos financeiros
armada de alerta no painel de controlo
para que se vigie e apure porque esta
justificação. E que se o crescimento
incremento e alcançar os 20 ou 25 p
vermelha de alarme e se proceda à i
internacional. Já assinalei que, quan
cia, a taxa de crescimento superava
capital em circulação, 87 por cento
ras que se realizavam em menos de
a curto prazo, e outras puramente
13 por cento superavam as 72 ho
taxa de incremento do fluxo fina
horas, excede os 90 por cento. E
sistema de acompanhamento, ale
Não há vontade de o fazer.
locias. Por exemplo, o governo
sua regulação, porque estes mo
principal na City³. O mesm
poterosos em jogo. N
Presidente Eisenhower
a democracia provir da
distância militar, capaz. C
deveriam represen*

É admissível que os fluxos de financiamento da economia real sejam bastante superiores ao próprio crescimento da economia real, porque, na realidade, tem de financiar-se antecipadamente o futuro. Por isso soa tão absurdo – embrulhado num falso «senso comum» – que Rajoy repita que qualquer família sabe que não pode gastar mais do que aquilo que recebe. Digamos que se justifica que os fluxos financeiros cresçam três ou até quatro vezes mais do que a economia produtiva. Ou seja, se a economia real cresce três por cento, seria lógico esperar que os fluxos financeiros crescessem 12 por cento. Mas o que sugeri foi que, no caso da chegada a essa taxa, se acenda uma luz amarela de alerta no painel de controlo do funcionamento do sistema, para que se vigie e apure porque está a crescer nessa medida, qual é a justificação. E que se o crescimento do fluxo de capitais seguir o seu incremento e alcançar os 20 ou 25 por cento anuais, se acenda uma luz vermelha de alarme e se proceda à intervenção no mercado financeiro internacional. Já assinalei que, quando propus este sistema de vigilância, a taxa de crescimento superava os 60 por cento, e dessa massa de capital em circulação, 87 por cento correspondia a transações financeiras que se realizavam em menos de 72 horas – as chamadas operações a curto prazo, e outras puramente especulativas –, enquanto apenas 13 por cento superavam as 72 horas. Acontece que, agora mesmo, a taxa de incremento do fluxo financeiro mundial é maior e, em poucas horas, excede os 90 por cento. E continuamos sem implantar nenhum sistema de acompanhamento, alerta e controlo.

Não há vontade de o fazer. Prevalecem os interesses sectários e locais. Por exemplo, o governo britânico nem sequer pretende que haja regulação, porque estes movimentos de capitais têm o seu centro principal na City³. O mesmo se passa em Wall Street⁴. E há interesses poderosos em jogo. Na sua época, nos finais da década de 1950, o Presidente Eisenhower advertiu para o facto de a maior ameaça para a democracia provir do crescente poder e influência do complexo industrial militar, capaz de submeter aos seus interesses as decisões que deveriam representar os interesses gerais dos cidadãos. Agora, essa

ameaça, como bem sabemos, provém do crescente poder e influência do complexo financeiro, capaz de condicionar as decisões políticas para seu próprio benefício ou de impedir que exista um quadro regulador que torne previsíveis e controláveis os movimentos de capital.

NOTAS:

1 Durão Barroso, nascido a 23 de março de 1956, licenciado em Direito, chegou ao governo português em 1985. Em 1992, ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Como líder do PSD (Partido Social-Democrata), partido vencedor das eleições de 2002, foi chamado à chefia do governo. Em 2004, trocou-a pela presidência da Comissão Europeia, posto em que se manteve até 2014.

2 Instituição bancária e financeira norte-americana fundada em 1850. Em 2008, quando era considerado o quarto maior banco de investimento naquele país, declarou falência, situação considerada por muitos como o grande sinal para o que se passaria a seguir: a crise financeira.

3 A City (ou *the City*) centro nevrálgico do mundo financeiro londrino. Menos de três quilómetros quadrados, onde se movimentam montantes difíceis de entender.

4 Mil e cem metros e oito quarteirões são o coração da zona financeira de Nova Iorque. Wall Street tornou-se um heterónimo deste universo de fortunas e falências.

UMA NOVA

*Em tempos de mudança,
conquistarão o futuro, e
irão bem equipados para*

UMA NOVA ERA GLOBAL

Em tempos de mudança, aqueles que estiverem abertos à aprendizagem conquistarão o futuro, enquanto aqueles que acreditam saber tudo estarão bem equipados para um mundo que já não existe.

Eric Hoffer (1902-1983),
pensador norte-americano

Não sou um pensador nem um analista; sempre fui um ativista político. Não por vocação, mas sim por rebeldia moral diante de uma ditadura que não me agradava. Quando atravessava a fronteira com a França, sentia-me livre num país estrangeiro, e quando regressava ao meu país sentia-me oprimido, prisioneiro e sem liberdade. Pensei que tal situação não tinha razão de ser, que havia que recuperar as liberdades. Como era possível que tivesse que sair do meu país para respirar e que me faltasse o ar quando regressava? Não foi, assim, um compromisso político-ideológico, mas sim moral, o que me levou ao ativismo. Depois, escolher onde me situar concretamente no espectro político era um problema secundário face àquela rebeldia de base. Ora bem, como ativista político que sou, impaciento-me. E à medida que a velhice avança, e diminui o meu horizonte de vida, vou-me tornando cada vez mais impaciente.

A passagem da sociedade agrícola à da revolução industrial produziu-se ao longo de um século e meio; a da inteligência analógica para a digital vai verificar-se numa só geração. A velocidade da mudança tem os seus próprios efeitos e, sobre todas as fraturas sociais da sociedade industrial de há 40 anos, vão acumular-se agora outras, que se poderiam descrever em termos muito simples: pessoas que acederão à tecnologia ligada à Internet, e assim à revolução que esta trouxe consigo,

em destaque o seu principal ativo: o capital humano, a criatividade, o desejo de inovar.

A característica fundamental da mudança que estamos a viver é a velocidade e a vertigem a ela associada. Estamos a passar vertiginosamente de uma era industrial ainda não concluída para uma nova civilização derivada das novas tecnologias. Não apenas a tecnologia de informação – com a sua nova forma de comunicar –, mas também da biotecnologia e de muitas outras. Esta alucinante mudança de era resolveu, por si só, um dos desafios mais formidáveis do ser humano: a possibilidade de comunicar em tempo real e num espaço virtual com o resto do mundo, gerando novas formas de interdependência, em que o Código Comercial foi substituído pelo *software*, elaborado por engenheiros e não por advogados ou juristas. Cada vez que surge um *software* novo, revolucionam-se as relações comerciais, mercantis e civis entre os seres humanos, sem que exista uma codificação e uma regulamentação estáveis. Ora a ausência de regras produz angústia e um número crescente de abusos, como ocorre com a propriedade intelectual.

Não faço uma qualificação, do ponto de vista ético, desta mudança de era. Como sempre, toda a mudança tecnológica tem um caráter neutro. A sua aplicação – humana, em todos os momentos – é que deve ser valorada. É verdade que se está a verificar uma grande aceleração na competitividade e na inovação. E é verdade que a inovação e a iniciativa começam a ser cada vez mais cooperantes, na medida em que o exige o trabalho em rede facilitado pela tecnologia. Hoje, já é inimaginável que um físico trabalhe isoladamente no seu laboratório e espere dois anos para apresentar os seus sucessos num congresso, aguardando impaciente para ver se alguma das suas descobertas o poderá fazer merecedor do prémio Nobel. Hoje, provavelmente, os dez melhores físicos do mundo trabalham em rede, contínua e permanentemente – de facto, foram eles que desenvolveram o germe da *World Wide Web* –, iluminando a cada instante os caminhos por onde segue o processo de investigação. Como podemos chamar a esse novo método

de colaboração aplicado à criatividade cultural, ao espírito empreendedor ou ao trabalho das ONG? Talvez tivéssemos que chamar-lhe «competitividade cooperante» e, nesse sentido, solidária.

O PARADOXO DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

A civilização ocidental? Bom, seria uma excelente ideia.

Mahatma Gandhi (1869-1948),
líder espiritual indiano

O grande paradoxo que deve ser sublinhado neste contexto é que o mundo ocidental desenvolvido triunfa e, ao mesmo tempo, perece: vence na economia de mercado, que se torna aceitável para todos; e impõe a revolução tecnológica, induzida pela capacidade acumulada de criatividade e de inovação do mundo ocidental. Mas, uma vez conseguido tudo isto, o Ocidente desenvolvido pretende que o efeito não seja aproveitado por ninguém, além de quem o criou. Mesmo considerando esta cegueira e esta mesquinhez evidentes, o que é costume criticar-se não são estas situações, mas sim os comportamentos competitivos da China ou dos países emergentes, que são vistos como ameaças pelos velhos países industrializados. Em primeiro lugar, porque as empresas se deslocaram em busca de economizar nos custos, naquilo a que se chamou deslocalização de investimentos: os investimentos industriais dos países industrializados, com custos muito mais altos, fugiram para países emergentes. Em segundo lugar, porque a nova tecnologia, a derivada da rede, tem uma potencialidade de expansão e uma quase impossibilidade de controlo que permitem que os emergentes sejam, ao mesmo tempo, a fábrica industrial do mundo e aproveitem direta e imediatamente, sem terem que esperar transferências, todos os avanços derivados dos moldes da revolução do

conhecimento. Isto
ocidental que resta ser
nacionais, com os efeitos dev
realidade, o mundo ocidental dev
matérias-primas, salvo os movimen
preços. Assim, o Ocidente descrev
curvas, por ser curto de vista, foi C
enquanto os seus valores e os seus
de paradoxo.
Nos últimos dois séculos, o âmb
cia representativa foi o Estado-na
que nos defrontamos e as respec
nesse território natural. Votamos
gracia, que é o Estado-nação, mas
global, do comércio internacion
tencem já a outra dimensão. Est
para compreender a realidade.
Além do âmbito do Estado-
fracasso crítico da União Europ
crítica que satisfaça sociedade a
democracia representativa estão
escolher uns representantes, u
controlo as decisões que são vi
to. Ninguém pode negar que
espaço partilhado a que chama
a burocracia de Bruxelas nos
como nossos representantes
de que não foram eleitos.
E se as estruturas de deci
democracia representativa, d
tal fenómeno: as pessoas ser
central e tratam de re
tam que a repr

conhecimento. Isto teve como consequência que a única hegemonia ocidental que resta seja a do controlo dos circuitos financeiros internacionais, com os efeitos devastadores que ainda estamos a sofrer. Na realidade, o mundo ocidental já nem sequer comanda o mercado de matérias-primas, salvo os movimentos especulativos que alteram os preços. Assim, o Ocidente desenvolvido das democracias representativas, por ser curto de vista, foi construindo o seu próprio fracasso enquanto os seus valores e os seus métodos triunfavam. Esse é o grande paradoxo.

Nos últimos dois séculos, o âmbito de concretização da democracia representativa foi o Estado-nação. Mas, hoje, os problemas com que nos deparamos e as respetivas respostas já não se encontram nesse território natural. Votamos no domínio de realização da democracia, que é o Estado-nação, mas os problemas do sistema financeiro global, do comércio internacional e das estruturas das empresas pertencem já a outra dimensão. Esta é uma ideia absolutamente decisiva para compreender a realidade.

Além do âmbito do Estado-nação – criação resgatada em fase do fracasso crítico da União Europeia –, não existe representação democrática que satisfaça sociedade alguma. Mas todos os cidadãos de uma democracia representativa estão hoje conscientes de que votam para escolher uns representantes, uns dirigentes, que não têm sob o seu controlo as decisões que são vitais para o seu próprio desenvolvimento. Ninguém pode negar que o principal problema que temos, neste espaço partilhado a que chamamos Europa, é não considerarmos que a burocracia de Bruxelas nos represente. Não vemos tais burocratas como nossos representantes eleitos, principalmente pela razão óbvia de que não foram eleitos.

E se as estruturas de decisão e de poder escapam ao controlo da democracia representativa, deparamo-nos com um duplo e paradoxal fenómeno: as pessoas sentem-se demasiado distantes do governo central e tratam de recuperar a territorialidade da sua *comunitas*, tentam que a representatividade fique tão próxima quanto possível da

sua realidade; mas, ao mesmo tempo, estão cada vez mais conscientes de que o seu destino já não depende das decisões do seu governo e do seu Parlamento. O que vai o senhor Draghi² fazer com o Banco Central Europeu? O que vai fazer a senhora Merkel³, depois de há já algum tempo ter substituído *de facto* a Comissão Europeia no processo de tomada de decisões? O que vai fazer a Europa? Este é o segundo grande paradoxo, que se inscreve no primeiro.

Nesse contexto, é indiscutível que a Europa mantém, ainda assim, o melhor sistema de coesão social do mundo, ainda que esteja a atravessar uma grave crise, mas é ainda menos discutível que a União Europeia não avançou como potência económico-tecnológica, nem em relação aos Estados Unidos, nem face ao que se apresenta como a ameaça da China e de outros países emergentes. No meio de uma crise de governação à escala mundial, de uma crise imediata do sistema financeiro internacional e de uma crise de segurança, ouvimos falar muito do «poder brando» da Europa, que, na verdade, não é mais do que o poder limitado de usar o livro de cheques para pagar o que outros irresponsavelmente destroçam. Um poder decrépito que evoca aquele que pretendem ter os cavalheiros com a minha idade, que, depois de perderem o seu *sex appeal*, acreditam que podem recuperar mediante a entrada em cena do *check-appeal*.

Há alguns anos, ouvi Henry Kissinger⁴ refletir, de forma muito gráfica, sobre esta inoperância europeia, dizendo: «Sim, fala-se muito da Europa, mas poderiam dizer-me para que telefone devo ligar para convocar a Europa? É que eu sei para onde ligar para convocar a Alemanha, a França ou a Grã-Bretanha». Tinha razão nessa época e ainda tem mais nos dias de hoje. Quem governa define quem responde à chamada telefónica, mas não há um só telefone através do qual se fique a saber o que pensa Europa sobre um tema que nos toque a todos. Pelo contrário, há 27 telefones, tantos quantos os países, mais os da Comissão, mais os do Parlamento... Isto implica problemas de gestão política, mas sobretudo um desafio complexo que obriga a redefinir não só a liderança e o papel da política, mas também o próprio

Estado-nação que
plamente ultrapassado
a nível internacional pelo
aproximar mais da cidadania
A tudo isto, como já
financeiro à escala global
sua coincidência no tempo
apoiado no tijolo e no cimento
exterior. Espanha construiu
do que Alemanha e França
vezes a nossa população
cedo do que tarde, essa
catastróficas.
A decadência do p
o estouro do sistema fi
la... Tudo isto junto e
uma nova. Um começo
liquidação de um siste
confronto. Como é sa
queda do muro de Be
la nova situação con
mais que, na realidade
Estamos nos alvore
acabou. O mundo q
cos é mais complex
fluência, era mais pr
a outra. As duas gr
porque sabiam que
destruição mútua a
temas em confront
duas placas tectóni
já nas margens, na
o sofrimento im-

Estado-nação que, como quadro da realização de tudo, está hoje duplamente ultrapassado: a nível supranacional pela tensão globalizante; a nível internacional pela redistribuição do poder, como forma de o aproximar mais da cidadania.

A tudo isto, como já disse, há que somar a implosão do sistema financeiro à escala global. Que, em Espanha, nos afetou duplamente a sua coincidência no tempo com um aparelho produtivo demasiado apoiado no tijolo e no cimento, e demasiado dependente do crédito exterior. Espanha construía mais habitação e consumia mais cimento do que Alemanha e França juntas, ainda que elas somem mais de três vezes a nossa população. Era inevitável e previsível que um dia, mais cedo do que tarde, essa bolha rebentasse, acarretando consequências catastróficas.

A decadência do predomínio europeu, a crise do Estado-nação, o estouro do sistema financeiro, a queda da economia local espanhola... Tudo isto junto equivale ao final de uma era e ao princípio de uma nova. Um começo que assenta sobre dois grandes eixos. Um é a liquidação de um sistema baseado em dois modelos alternativos e em confronto. Como é sabido, Francis Fukuyama⁵ disse, na sequência da queda do muro de Berlim, com mais brilho do que acerto, que aquela nova situação constituía «o fim da História»; todavia, eu acredito mais que, na realidade, o que a situação pressupunha era o começo. Estamos nos alvares de uma História radicalmente diferente; nada acabou. O mundo que emergiu depois do desaparecimento dos blocos é mais complexo. Aquele outro mundo, repartido em zonas de influência, era mais previsível: ou se estava com uma das partes, ou com a outra. As duas grandes potências viviam com relativa tranquilidade porque sabiam que o equilíbrio se baseava no terror que supunha a destruição mútua assegurada. No centro nevrálgico daqueles dois sistemas em confronto, à semelhança do que acontece no epicentro de duas placas tectónicas em choque contínuo, não havia grandes riscos; já nas margens, nas zonas de fricção, os choques eram sistemáticos e o sofrimento imenso.

Esse sistema já está terminado. E também superámos – pela força dos factos – a tentativa de o substituir pelo poder unilateral dos Estados Unidos, por essa pretensa «polícia do mundo» de que tanto se falava não há muito tempo. A tentação desapareceu depois do retumbante fracasso no Próximo Oriente, da destruição do Iraque e da contaminação do Afeganistão, que continuam a não ter solução e que ainda ameaçam estender os problemas a outros países da zona. Hoje todos clamamos pelo multilateralismo, porém não somos capazes de criar uma nova ordem que nele se baseie.

Simultaneamente, enquanto se produzia a queda do sistema de blocos, surgia – talvez como consequência – outro grande fator de mudança, o segundo eixo a que me referi anteriormente: a revolução tecnológica, que trouxe a globalização da comunicação, do sistema financeiro e da economia.

Por isso falo do grande paradoxo do Ocidente desenvolvido. O seu sistema triunfou sobre o alternativo sistema comunista, que desapareceu. A sua revolução tecnológica sem precedentes estendeu-se a todo o planeta. A consequência é que o Ocidente de que falamos está em decadência, como se fosse uma vítima do seu próprio triunfo

REPTOS E DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO

Podemos ser a favor da globalização e contra o seu rumo atual, da mesma forma que podemos ser a favor da eletricidade e contra a cadeira elétrica.

Fernando Savater (1947),
filósofo espanhol

Ser contra ou a favor da globalização como fenómeno global não é o problema. À luz dos dias de hoje, significa o mesmo que ocorreu com a revolução industrial. A globalização é um dado da realidade que

assinala uma nova era marcada pela revolução tecnológica. Vistas as coisas assim, o desafio está em mudar o rumo atual, para que o progresso e o crescimento mundial que induz cheguem à grande maioria dos seres humanos com maior justiça e equidade.

A atual revolução tecnológica há de ser vista em perspectiva como um êxito – com consequências económicas, financeiras, comerciais, políticas, culturais e de todo os tipos – pelo qual o ser humano lutou desde que se pôs em pé de forma inteligente. Supõe o cumprimento do seu afã de comunicar com os outros, que ao longo da História se manifestou às vezes através da conquista, outras através do comércio, do turismo ou da aventura.

Ainda que hoje quase ninguém a veja dessa maneira, a globalização foi olhada inicialmente como uma nova forma de imperialismo ou de hegemonia. Se, nesta altura, ocorresse a alguém dizer que o Renascimento impôs uma nova forma de domínio, de poder e de império, todos esboçaríamos um sorriso. Algo de semelhante se passaria se alguém mantivesse a tese de que a revolução industrial, que há dois séculos definiu o Estado-nação moderno, foi uma nova forma de imperialismo, embora ao tempo da sua ocorrência até a Santa Madre Igreja condenasse as máquinas perversas, que eram inventos do diabo. Hoje, com a distância histórica, vemos a revolução industrial como um fenómeno que dividiu o mundo entre países que puderam incorporar-se nela e países que dela ficaram desligados.

Coincidentemente, a primeira reação típica de uma parte da esquerda diante da nova realidade da nossa época foi ver a globalização como uma nova forma de hegemonia imperialista. Era assim que a classificavam, há dez anos, ativíssimos e hoje quase esquecidos movimentos antiglobalizadores, que recusavam aquilo que designavam por «imperialismo da globalização». A realidade demonstrou exatamente o contrário: o grande triunfo do Ocidente, depois da derrota do comunismo e da revolução tecnológica, dois produtos ocidentais, atraiu vertiginosamente a sua própria decadência. Hoje, parece evidente que os países emergentes estão a impor-se aos centrais, que o Oriente

triunfa sobre o Ocidente e que o Sul avança mais rapidamente do que o Norte. Portanto, a ameaça imperialista da globalização voltou-se contra os seus próprios criadores, porque aqueles que mais aproveitaram foram, afinal, os globalizados.

Como já prognosticava, há muitos anos, Marshall McLuhan⁶, «a nova independência eletrónica recria o mundo na imagem de uma aldeia global». O mito do país ensimesmado, presumivelmente feliz, com uma cultura própria e descontaminada, com uma economia segura e a salvo de inimigos e de vírus externos, passou à história, salvo para o interesseiro argumentário nacionalista. A revolução da comunicação teve como resultado a mundialização da política, da economia e da cultura. Já é um facto irreversível, pelo que de nada serve deitar as mãos à cabeça e carregar de culpa o nosso futuro com a globalização. Como todos os fenómenos desta envergadura, a globalização tem efeitos positivos e negativos, e a obrigação dos responsáveis políticos é aproveitar tanto quanto possível os primeiros e minimizar ao máximo os segundos.

O problema é o carácter dos impacientes ativistas como eu: todas as mudanças históricas, como aconteceu na Idade Média com o Renascimento, como aconteceu à sociedade agrícola com a industrial, têm um enorme custo, do ponto de vista humano. Só com a perspectiva fornecida pelos séculos pode esquecer-se este preço imenso e olhar o processo como um passo positivo que pôde ser aproveitado pela maioria da humanidade. Mas, agora, agitados pelo vaivém deste novo movimento histórico, o problema é assimilar os duríssimos custos da transição de um período para o outro. O esforço da política deveria ser encurtar e diminuir o sofrimento, organizando as possibilidades que oferece uma nova era. Essa seria a verdadeira liderança, em busca de uma nova ordem mundial, que substituísse a atual desordem.

UMA NOVA (DES)ORDEM

Se a sua única possibilidade é...

O mundo continua a mudar a...

implantou de forma reconheciv...

mento, aquilo que temos é uma...

go George Bush – o pai, que o...

– que dizia, depois da queda...

divididos da paz». Mas o pag...

Bush sénior atrasou-se e poden...

cordo muitos dos meus colega...

gem da bipolarização ao multib...

lismo não gerou um novo equi...

Europa, rebentaram sem cont...

nem é provável que exista pro...

Haverá, portanto, que me...

mos agora. A Organização d...

tração, mas é insubstituível.

profunda e encarregá-la da b...

mas de cooperação internac...

minhos novos para a sua co...

plo, ainda não sabemos com...

direito de ingerência por raz...

uma espécie de companhia...

sinistros, incluído o melho...

mas é difícil que tal se co...

gar as suas quotas. Daí q...

companhia de seg...

UMA NOVA «DESORDEM» MUNDIAL

Se a sua única possibilidade consiste em ficar tal como está, então não se trata de uma oportunidade.

Margaret Thatcher (1925-2013),
primeira-ministra britânica

O mundo continua a mudar a grande velocidade e, todavia, não se implantou de forma reconhecível uma nova ordem mundial. De momento, aquilo que temos é uma nova desordem. Recordo o meu amigo George Bush – o pai, que o filho frequenta outro tipo de amizades – que dizia, depois da queda do muro de Berlim: «Agora, virão os dividendos da paz». Mas o pagamento desses dividendos a que aludia Bush sénior atrasou-se e podemos dá-lo como já perdido. Também recordo muitos dos meus colegas que cantaram as excelências da passagem da bipolarização ao multilateralismo. O certo é que o multilateralismo não gerou um novo equilíbrio, e os conflitos, inclusivamente na Europa, rebentaram sem controlo. Não existe um governo do mundo, nem é provável que exista proximamente.

Haverá, portanto, que melhorar os mecanismos com que contamos agora. A Organização das Nações Unidas (ONU) provoca frustração, mas é insubstituível. É necessário submetê-la a uma reforma profunda e encarregá-la da busca de novos equilíbrios e de novas formas de cooperação internacional. É fácil enunciá-lo, mas propor caminhos novos para a sua concretização é mais complicado. Por exemplo, ainda não sabemos como regular, com rigor e evitando abusos, o direito de ingerência por razões humanitárias. A ONU funciona como uma espécie de companhia de seguros: todos querem que ocorra aos sinistros, incluído o melhor cliente da companhia, os Estados Unidos, mas é difícil que tal se consiga se esse primeiro cliente resiste a pagar as suas quotas. Daí que se veja obrigada a funcionar como uma companhia de seguros que tem de cobrir as ocorrências sem que os

sócios paguem. Os segurados exigem o arranjo do carro quando este se avaria, mas não querem pagar as respectivas apólices. Desta forma, não podem funcionar as Nações Unidas nem nenhuma das suas organizações associadas.

É necessário procurar novos equilíbrios e novas formas de cooperação internacional. Esses novos equilíbrios necessários para dar resposta ao risco de dependência face a um único poder hegemónico só poderão ser conseguidos mediante o fortalecimento de formas de regionalismo aberto, não entendidas como potências. O modelo mais acabado é o da União Europeia. Se a União cumprisse o seu papel, estaria a representar 500 milhões de cidadãos numa experiência de supranacionalidade num âmbito global, como maior potência comercial do mundo – não sendo assim noutros parâmetros –, e constituiria um poder autêntico, o mesmo que poderia constituir uma América Latina unida, frente aos grandes poderes pré-existentes, como os Estados Unidos, ou emergentes, como a China. Seriam unidades de poder que poderiam enfrentar o esforço de encontrar e manter um novo equilíbrio.

Simultaneamente, o Conselho de Segurança da ONU tem de ser ampliado, eliminando os direitos de veto e fortalecendo os equilíbrios territoriais e populacionais. As Nações Unidas devem orientar as suas ações sem grandes modificações da sua Carta, cujos princípios e objetivos continuam a ser válidos. E também será necessário estimular a educação e os direitos humanos universais como instrumentos de ação que permitam ajudar as regiões que fiquem fora da fronteira do desenvolvimento. Neste contexto, as organizações não governamentais ganharão cada vez mais importância.

Em suma, ainda não temos uma nova ordem que corresponda à globalização como fenómeno. De facto, tardaremos a encontrá-la, não porque falte inteligência para a definir, mas sim por falta de vontade. O pensador e revolucionário italiano Antonio Gramsci⁷ autodefinia-se como pessimista da inteligência e otimista da vontade. Era uma descrição boa para um revolucionário, que admirava a abnegação e

... a situação dos seus
... não poderia compreender
... Com a inteligência, compreende
... a pernicioso ausência de
... uma vez compreendido o problema

A INSULTUOSA POLÍTICA DE RESG

... guramente vai levar-nos algum temp
... semelhante a endireitar o Titanic.

Há cinco anos reclamou-se o
... diante um sistema financeiro
... fundado. Ora, ainda que cada
... globalmente cometa erros, o s
... dos cidadãos do seu país de
... poderosos, são muito hábeis
... reclamaram, projeta a seguinte
... 2) recessão, com destruição
... na financeiro; 4) aumento
... crise do sistema. Dentro de
... são no défice e na dívida
... de fazer esquecer qual foi a
... Angela Merkel afirma
... equilíbrio da dívida e

o sacrifício dos seus companheiros comunistas italianos, ao mesmo tempo que compreendia, já nesses tempos, que o sistema por que lutavam não poderia funcionar. Para o que somos, o contrário parece mais verdadeiro: eu sou mais pessimista da vontade do que da inteligência. Com a inteligência, compreendemos e explicamos o fenómeno da globalização e a perniciosa ausência de uma nova ordem ou de um governo mundial. O que torna tudo mais difícil é haver a disposição para, uma vez compreendido o problema, começar a resolvê-lo.

A INSULTUOSA POLÍTICA DE RESGATE DO SISTEMA FINANCEIRO

Seguramente vai levar-nos algum tempo a mudar a economia. Como sabem, é algo de semelhante a endireitar o Titanic.

John Major (1943),

Antigo primeiro-ministro britânico

Há cinco anos reclamou-se o regresso da política para se levar por diante um sistema financeiro que, pelos seus próprios erros, se tinha afundado. Ora, ainda que cada entidade financeira atue globalmente e globalmente cometa erros, o seu possível resgate faz-se sempre à custa dos cidadãos do seu país de origem. Os agentes financeiros, além de poderosos, são muito hábeis. O regresso da política que, com astúcia, reclamaram, projeta a seguinte sequência: 1) crise do sistema financeiro; 2) recessão, com destruição de emprego; 3) resgate desse mesmo sistema financeiro; 4) aumento da dívida pública; e 5) desequilíbrio fiscal e crise do sistema. Dentro desta sequência, centram agora toda a discussão no défice e na dívida – isto é, nos dois últimos pontos –, tratando de fazer esquecer qual foi a origem de tudo: a crise por eles provocada.

Angela Merkel afirma com insistência que há que corrigir o desequilíbrio da dívida e os défices excessivos, e eu não o ponho em causa.

Mas considero que prioritário é entender como se criou esta situação e, em consequência, o que é preciso fazer para que o desequilíbrio do sistema, que corresponde ao quinto ponto, não volte a repetir-se por culpa da espiral infernal que a sequência descreve. Na Grã-Bretanha, David Cameron⁸ não aceita impor taxas ao sistema financeiro, com o velho argumento «não toques na City», o que o leva a classificar como uma loucura qualquer renovação da proposta de aplicação da taxa Tobin, já apresentada em 2009 por Sarkozy⁹.

Mas, na verdade, o que dão a mais essas décimas por transação? Serão uma taxa autêntica? A resposta é positiva, porque com uma taxa mínima de 0,1 por cento o arrecadado em cada transação não é nada; mas, claro, da forma como se fazem agora as transações, com fórmulas algorítmicas aplicadas aos programas de investimentos telemáticos, realizam-se diariamente dezenas de milhares de transações que, mesmo com essa taxa insignificante, implicariam dezenas de milhares de desvios de 0,1 por cento. Ora bem, o verdadeiro interesse da taxa não seria estritamente essa retenção – embora também –, mas a regulação e o controlo de um mercado descontrolado por completo. Mas aquilo que inquieta Cameron – isto é, o que inquieta a City – não é a perda de receitas dos atores financeiros, mas sim a ameaça desse controlo. A única grande certeza é que os mercados financeiros devem regular-se muito melhor. E não há dúvida de que deveria limitar-se a especulação financeira, incluindo a que tem por objeto as matérias-primas em geral e as alimentares em particular. Há que aumentar a fiabilidade destas operações.

Consideremos uma hipótese como forma de clarificar. Durante o nosso *boom* imobiliário, era normal para alguns investidores comprometerem-se a comprar dez pisos de um prédio ainda em fase de projeto, na certeza de que, quando este fosse finalizado, esses dez pisos teriam valorizado cerca de 20 por cento. Ora o truque dessa transação especulativa, estritamente legal, é que o investidor só avança cinco por cento do valor, em projeto, de cada piso. Ou seja, se comprou dez, com o valor nominal de meio piso, poderá reter os dez. No momento em

que terminar a prova...
 libertar-se de oito pisos...
 valla, acaba por ficar com...
 escândalo, na primavera de...
 mil milhões de dólares de...
 quase automaticamente a...
 Colocarei outro exem...
 ou 149 dólares por barril...
 alimentares, com as colhe...
 tas de arroz, adiantando a...
 valor total previsto para a...
 tações de cereais da Rússia...
 turais, permitiu o surgim...
 alimentação, à escala mu...
 cereais a prazo, da mesm...
 tos em projeto no exemp...
 aplicada nesta ocasião a...
 cereais, acelerou a subid...
 pessoas e, portanto, con...
 entre elas as revoltas so...
 Isto é obviamente in...
 é se pode evitar-se resp...
 aplicar normas que o in...
 normal. Como corrigi...
 sistema financeiro? Na...
 pus a Sarkozy quando...
 variante da taxa, que s...
 mo de correção passa...
 ao comprador de be...
 com 60 por cento do...
 a especulação pelo ei...
 60 por cento...

que terminar a promoção, antes de subscrever a hipoteca, o investidor liberta-se de oito pisos, já ao novo preço de mercado, e, com a mais-valia, acaba por ficar com dois ou três gratuitamente. Este processo também se aplica ao petróleo. Por exemplo, aconteceu, com grande escândalo, na primavera de 2008, quando se deu uma compra de 278 mil milhões de dólares de petróleo no mercado *spot*, o que conduziu quase automaticamente a que o petróleo alcançasse um preço de 148 ou 149 dólares por barril. E o mesmo se faz com as matérias-primas alimentares, com as colheitas: podem comprar-se sete ou oito colheitas de arroz, adiantando apenas um depósito de cinco por cento do valor total previsto para as colheitas.

Colocarei outro exemplo real. Há uns anos, um corte nas exportações de cereais da Rússia, depois de uma sucessão de desastres naturais, permitiu o surgimento de um movimento especulativo sobre a alimentação, à escala mundial. Houve especuladores que compraram cereais a prazo, da mesma forma que se compraram os dez apartamentos em projeto no exemplo anterior. Este mesmo tipo de especulação, aplicada nesta ocasião a uma pequena contração na oferta mundial de cereais, acelerou a subida do preço dos alimentos à custa da fome das pessoas e, portanto, com as consequências políticas que daí advieram, entre elas as revoltas sociais.

Isto é obviamente indesejável, mas aquilo que deve questionar-se é se pode evitar-se respeitando o mercado, se é possível encontrar e aplicar normas que o impeçam, sem prejudicar o seu funcionamento normal. Como corrigir um fenómeno desta natureza sem regular o sistema financeiro? Na realidade, a correção seria fácil e assim a propus a Sarkozy quando este presidia ao G-20, como alternativa à sua variante da taxa, que sabia quase condenada ao fracasso. O mecanismo de correção passaria por obrigar os bancos centrais a exigirem ao comprador de bens futuros a garantia da compra especulativa com 60 por cento do valor estimado. Desse modo, acabar-se-ia com a especulação pelo simples dado lógico de que especular adiantando 60 por cento da operação é muito mais arriscado; se o mercado cai,

o investidor arruína-se. Com o sistema atual, os grandes especuladores sabem que, com a primeira colheita, já amortizaram todo o investimento. Portanto, a partir daí, podem especular com tranquilidade, subindo os preços das colheitas seguintes. Existe aqui um mecanismo perverso que há que corrigir, impondo depósitos muito mais altos.

Um dos maiores problemas de fundo está em que o poder dos agentes financeiros é, por definição, anónimo e é vivido no conforto da falta de regras: não têm identidade, nem nomes próprios, nem residência conhecida, nem têm normas nem limites. Não se sabe quem são e, desta forma, não se lhes pode pedir responsabilidades. Este facto, adicionado ao dos misteriosos derivados, faz com que os movimentos de capital sejam imprevisíveis. Imprevisíveis, não contabilizáveis e perigosos. O que indigna, depois, é ouvir esses grandes operadores financeiros dizerem com um descaramento próximo do cinismo: «Não reformem nada. Ocupem-se em recuperar o equilíbrio das contas públicas, que vos escapou das mãos, que do mercado ocupamo-nos nós». Perdeu-se o equilíbrio das contas públicas para resgatar o sistema financeiro e, agora, este sistema piora a nossa situação, mas sem deixar de nos pedir ajuda.

Isto leva a uma conclusão triste e desencorajadora que, pelo que observo, desconcerta os cidadãos. O mais grave do impacto da crise sobre a Europa não é uma imposição dos mercados; é o resultado da necessidade de competir num novo modelo económico mais aberto, desprovido dos antigos privilégios. Só competindo e acrescentando valor económico pode defender-se a identidade europeia e manter-se um sistema de coesão social como aquele que desejamos. Mas não poderemos fazê-lo se não tivermos uma economia que crie um excedente e que permita financiar a saúde ou o sistema educativo como os queremos desfrutar. Torna-se irritante ver como se vai consolidando a opinião dos cidadãos de que são os mercados que nos governam, porque os nossos representantes transmitem a ideia de que as reformas se fazem porque eles assim o exigem e não porque sejam convenientes.

*Agressão. devera
 cados. Uma vez mais com
 dos, mas para que sejam eles a
 sabem com a economia de m
 -há muita que é parte invest
 com liberdade, sem coações
 Por definição, toda a econ
 das famílias, ainda que, aí sin
 caldo», que significa «efetuar
 esperança de obter benefício
 dos cambios»; ou seja, procu
 inção das decisões que se
 e se se compra num momen
 preciso dedicar desde logo m
 relmente durante os próxim
 de poupança e de investimen
 quando o nível deste baixar
 bém é especular. Especular
 os seus filhos, com a sua p
 especulações. O que se pas
 parencas com a que faz
 uma operação num espelha
 movimento multiplicado p
 que seja bom insistir na id
 Na Europa, todavia, n
 necessárias para que a go
 bre a governação finance
 tico, que haja operadores
 rgo, consoante pertença
 Como é possível que a
 reguladora, sejam*

A ser assim, deveria permitir-se que votássemos diretamente nos mercados. Uma vez mais convém repetir o óbvio: se se elegem representantes políticos, não é para que estes sejam governados pelos mercados, mas para que sejam eles a governar. Em suma, não será para que acabem com a economia de mercado, nem sequer com a especulação – há muita que é parte integrante da economia de mercado, com desfecho neutro –, mas para que tomem as decisões que devam tomar, com liberdade, sem coações.

Por definição, toda a economia é especulativa, inclusivamente a das famílias, ainda que, aí sim, no sentido nobre da palavra «especular», que significa «efetuar operações comerciais ou financeiras, na esperança de obter benefícios baseados nas variações dos preços ou dos câmbios»; ou seja, procurar imaginar o que pode passar-se em função das decisões que se tomam. Se se toma uma decisão errada e se se compra num momento inadequado um andar caro, ao qual é preciso dedicar desde logo metade do rendimento disponível, previsivelmente durante os próximos anos, ao invés de ter feito um esforço de poupança e de investimento de apenas 25 por cento desse dinheiro, quando o nível deste baixar acaba-se engolido pela hipoteca. Isso também é especular. Especular sobre o que pode passar-se consigo, com os seus filhos, com a sua profissão... Toda a economia se baseia em especulações. O que se passa é que a especulação familiar tem poucas parecenças com a que fazem os tubarões financeiros, que projetam uma operação num espelho côncavo para que este lhes devolva o seu movimento multiplicado por dez. Essa é a especulação negativa, ainda que seja bom insistir na ideia de que tudo é especular.

Na Europa, todavia, não empreendemos nenhuma das operações necessárias para que a governação económica assuma o primado sobre a governação financeira. Hoje, torna-se ridículo, além de dramático, que haja operadores financeiros submetidos a distintas regras de jogo, consoante pertençam a cada um dos 20 países em que operam. Como é possível que as regras do jogo, que o controlo, que a moldura reguladora, sejam diferentes em cada país? Como é possível que falte a

vontade política para solucionar este problema e que os lentos passos que se dão aconteçam por força dos factos?

Poder-se-ia dizer que sim, que há um exemplo de vontade reguladora, que é a União Bancária Europeia em marcha. Este exemplo deveria desmentir o que digo, mas, desgraçadamente, não vai fazê-lo, já que a Alemanha decidiu travá-lo, porque a sua implantação pressuporia que os bancos alemães estariam submetidos a um supervisor comum, equitativo para todos. A Alemanha não quer ver submetidas a revisão algumas das suas entidades financeiras porque sabe que algumas delas não passariam num teste de stresse como o que foi aplicado às Caixas de Poupanças espanholas. A Alemanha quer reter durante algum tempo o controlo nas suas próprias mãos, até que o seu sistema financeiro esteja saneado. Logo, não vai haver União Bancária – à qual também se opõem obviamente os britânicos – por um período de tempo imprevisível e, a existir, será graduada de forma discriminatória.

O que está claro é que, sem governação económica e fiscal, não pode manter-se a União Monetária europeia. Essa é a grande vantagem competitiva dos Estados Unidos. De igual modo, sem solucionar a crise de governação das democracias representativas, estas vão converter-se em meras democracias formais, sem qualquer operacionalidade e, por consequência, injustas.

Tendo em conta a fragilidade da memória histórica, dir-se-á que estas falhas da União Monetária poderiam ter sido previstas quando assinámos o tratado. Naturalmente, aqueles que o assinámos, há mais de duas décadas, fizemo-lo como «União Económica e Monetária». Nos finais da década de 1990, os líderes no poder decidiram pôr em marcha uma peculiar União Monetária, com um Banco Central limitado no seu poder, mas esqueceram-se, ou melhor, não quiseram, pôr em marcha a União Económica. O patinho feio não estava no tratado, inventaram-no depois.

CRASE DE GOVERNAC
 Não podemos construir o futuro sem
 Estamos numa fase de exploração
 se com isso a que demos em cha
 Para começar, há sérios problem
 governos não perderam potestas
 mente -, mas sim muita autorita
 ser as mesmas, mas a autoridade
 fazendo-as credíveis, como cate
 Eu vivi um interessante pa
 da década de 1970 e princípio
 mercado, provocando uma res
 quarda. Depois reivindiquei o
 fazer-se omnipresentes o «tud
 sem deixar de reclamar també
 do Estado, algo que provocou
 pre entusiastas convertidos a
 virm a política como um est
 que, na opinião destes, quest
 A realidade é que a minha
 direções, porque considero
 clássica – inseparável da de
 sucumbir à ditadura impu
 trunvir. E porque o mercad
 as suas funções específicas
 tica, pedir-lhe com

CRISE DE GOVERNAÇÃO DAS DEMOCRACIAS REPRESENTATIVAS

Não podemos construir o nosso próprio futuro sem ajudarmos os outros a construir o deles.

Bill Clinton (1946),
ex-Presidente dos Estados Unidos

Estamos numa fase de exploração para averiguar o que está a passar-se com isso a que demos em chamar «crise de governação» das democracias representativas, fenómeno repleto de formidáveis paradoxos. Para começar, há sérios problemas de liderança. À escala mundial, os governos não perderam *potestas* – alguns só a transferiram regionalmente –, mas sim muita *autoritas*. As suas competências continuam a ser as mesmas, mas a autoridade para as exercer diante dos cidadãos, fazendo-as credíveis, como categoria moral, está em crise evidente.

Eu vivi um interessante paradoxo nos últimos anos. Nos finais da década de 1970 e princípios da de 1980 reivindiquei o papel do mercado, provocando uma resposta de repúdio no conjunto da esquerda. Depois reivindiquei o papel da política, quando começaram a fazer-se omnipresentes o «tudo mercado» e o pensamento único, mas sem deixar de reclamar também as mudanças necessárias na estrutura do Estado, algo que provocou nova rejeição, desta vez entre os sempre entusiastas convertidos à nova filosofia do pensamento único, que viam a política como um estorvo, e entre os mais nacionalistas porque, na opinião destes, questionava a sobrevivência do Estado-nação. A realidade é que a minha reflexão não seguia em nenhuma destas direções, porque considero o mercado – tão repudiado pela esquerda clássica – inseparável da democracia, ainda que a democracia possa sucumbir à ditadura impulsionada pelo próprio mercado, se a este tal convier. E porque o mercado é muito mais eficiente do que o Estado nas suas funções específicas, mas é impossível, pela sua própria dinâmica, pedir-lhe consciência social, que redistribua os investimentos

ou que responda às necessidades educativas ou de assistência sanitária com critérios de igualdade.

Desde o começo da década de 1990, quando ainda presidia ao governo de Espanha, começaram a preocupar-me os problemas de governação das democracias representativas. O impacto da queda do muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e, sobretudo, o desaparecimento do bloco soviético, numa rápida sucessão de acontecimentos históricos, mudaram a realidade geopolítica mundial. Isto veio acompanhado, ou melhor, foi propulsado, pela revolução tecnológica, que foi capital na difusão da informação. Pois bem, o desconcerto ideológico produzido pelo fracasso comunista e o impacto do processo de globalização na política, e muito especialmente no Estado-nação como espaço de realização da democracia, não tiveram correspondência em reformas institucionais que deem uma nova vigência aos partidos políticos representativos.

O próprio desenvolvimento de uma economia global condicionou a soberania que, até aqui, decidia sobre as macroeconomias nacionais. Os tempos do desenvolvimento com inflação, ou dos desequilíbrios orçamentais que não punham em jogo a falência do Estado, ou das políticas de substituição das importações, pertencem a uma época ultrapassada. As margens para as políticas macroeconómicas próprias estreitaram-se, e os governos que as extravasam pagam um preço extraordinariamente alto nos mercados globais. Os cidadãos que acorrem às urnas numas eleições nacionais entreveem que parte das decisões de governo oferecidas nos programas eleitorais escapa à capacidade de gestão dos seus representantes, tanto no Parlamento como no Executivo. Como se fosse pouco, a saudável descentralização interna confunde-se frequentemente com a centrifugação do poder e com as interrogações sobre a coesão nacional. É mais do que evidente que os conteúdos das políticas concretas mudaram. As privatizações de serviços públicos considerados essenciais são algo mais do que uma moda. O Estado está a retirar-se de algumas das responsabilidades que o definiam como garantia da defesa dos interesses gerais e, em particular, dos interesses dos mais débeis.

*Este fenómeno a-
cidadãos por causa de um
não corrupta - da velha estru-
modelo mais eficiente. Assim, a r-
públicas, seguiu o mesmo bruto arran-
considerados até agora mesmo sentiu
a saúde. Deparamo-nos com po-
nário, a coesão social, a formaç-
oportunidades, etc.. E que, afast-
atribuem, provocam despeito e
minadas privatizações - a saída
que se realizam quase sempre
agentes privados, quando se fa-
benefícios para as pessoas. O
corrente de diminuição no pa-
neoliberal, que considera o ES
desenvolvimento do seu mod-
Não me parece discutive-
móveis ou calças de ganga, r-
sobre o seu abandono daque-
tunidades entre os cidadãos.
água ou às telecomunicações
damente, mas que terão uma
dos cidadãos. Se estes servi-
ção do benefício não pode
co; portanto, a sua privatiza-
reguladora que garanta a s-
não apenas dos acionistas.
Quando cheguei ao go-
privatização de grandes e
ção, a da rede elétrica.*

Este fenómeno de debilitação do Estado foi sendo aceite pelos cidadãos por causa de uma imagem burocrática e clientelar – quando não corrupta – da velha estrutura, que não foi substituída por outro modelo mais eficiente. Assim, a retirada ao Estado da criação direta de produto interno bruto através das privatizações das empresas públicas, seguiu o mesmo sentido em serviços que prestam direitos considerados até agora universais e inegociáveis, como a educação ou a saúde. Deparamo-nos com poderes públicos que perderam o controlo sobre conteúdos da política que afetam o ordenamento do território, a coesão social, a formação de capital humano, a igualdade de oportunidades, etc.. E que, afastando-se do fim que os cidadãos lhes atribuem, provocam despeito e rejeição. Isto não significa que determinadas privatizações – a saída do Estado das funções empresariais, que se realizam quase sempre com maior eficácia e eficiência pelos agentes privados, quando se fazem adequadamente – não comportem benefícios para as pessoas. O que se percebe como negativo nesta corrente de diminuição no papel do Estado é a sua forte ideologia neoliberal, que considera o Estado mínimo como o paradigma para o desenvolvimento do seu modelo de globalização.

Não me parece discutível que o Estado deixe de fabricar automóveis ou calças de ganga, mas começam a projetar-se mais dúvidas sobre o seu abandono daqueles serviços que criam igualdade de oportunidades entre os cidadãos. Refiro-me à energia, às infraestruturas, à água ou às telecomunicações, que podem ser geridas pública ou privadamente, mas que terão uma incidência substancial nas oportunidades dos cidadãos. Se estes serviços são privatizados, o critério da otimização do benefício não pode impor-se à consideração de serviço público; portanto, a sua privatização deve ser compatível com uma moldura reguladora que garanta a sua prestação para satisfação dos cidadãos e não apenas dos acionistas.

Quando cheguei ao governo e iniciei um processo de venda e de privatização de grandes empresas públicas, só fiz uma nacionalização, a da rede elétrica de alta tensão, que continua a ser uma empresa

pública. E isto porque esta rede assegurava que a energia que chegava a uma aldeia isolada teria o mesmo preço para o utente do que a energia dos que vivem no centro de uma grande cidade. É evidente que, se se distribui energia numa grande concentração populacional, o custo unitário diminui, mas a minha decisão visava garantir a igualdade de oportunidades na disponibilização de energia no conjunto do território.

Se esta mesma análise for feita em relação à educação ou à saúde, que são direitos básicos, a deserção estatal provoca situações muito mais graves. É impossível imaginar que esses direitos de acesso universal possam ser satisfeitos por interesses privados que se regem pela já referida otimização do benefício.

Mas a degradação da política está a chegar ao extremo de abandonar inclusivamente as funções que se lhe outorgavam na democracia liberal originária. Assim, privatizam-se, entre outras coisas, as tarefas de segurança ou a vigilância nas prisões, deixando o Estado à margem das suas responsabilidades. Os atentados do 11 de setembro, por exemplo, puseram a descoberto esta absurda deriva na segurança aeroportuária. Estamos diante de um fenómeno histórico de grandes dimensões, que necessitamos de analisar com rigor para redefinir o papel do Estado-nação, a sua articulação representativa através dos partidos políticos, e a repartição funcional das suas responsabilidades, tanto ao nível territorial como no que diz respeito à divisão de poderes.

É certo que problemas como o financiamento dos partidos políticos, a transparência do seu funcionamento, a corrupção e outros assuntos parecidos estão na base da imagem degradada da política perante os cidadãos. Por isso, há que corrigi-los, enquanto se recorda o que dizia George Bernard Shaw¹⁰: «Não é seguro que o poder corrompa; o que se passa é que há políticos que corrompem o poder». Ainda assim, parece-me que o primeiro exercício deve dirigir-se para a análise das funções do próprio Estado-nação e da política na nova era da informação ou pós-industrial, que já começou.

Esta análise deve ser feita com ideias plurais, identidades e perspectivas globais. O que equivale a dizer que a política em todas as suas manifestações é global supranacional e o global é a Europa e o mundo -, mas a política em todos os casos, apenas nos dois primeiros, é mais decisivos para a vida dos seus representantes. Temos, portanto, como instrumentos para o seu funcionamento que permitam a governação. Na crise de governação actual, os que só querem ganhar e fazer, mas que, mesmo definindo por executá-lo mal. Isso ocorreu convencido de que o grande problema do governo de Obama foi que a política tinha desaparecido. Não tem o presidente dos Estados Unidos, durante este; mas, em termos de política, não parece que seja o melhor convocado, como os chefes de Estado. Não de erros alheios, mas de uma operação de salvar a vida, com dinheiro do contribuinte, em nenhum tipo de...

Esta análise deve, por seu lado, enquadrar-se numa outra, mais ampla. Se a política é a arte de governar o espaço público que se divide com ideias plurais, identidades diferentes e interesses contrapostos, é imprescindível compreender que este espaço se projeta no local e no global. O que equivale a dizer nos planos internacional e supranacional. Estes desafios de governação vão condicionar o futuro da ação política em todas as suas manifestações. Estamos a viver em quatro espaços públicos relevantes: o local, o do Estado nacional clássico, o regional supranacional e o global – por exemplo: a Cantábria, a Espanha, a Europa e o mundo –, mas a política continua a realizar-se, no melhor dos casos, apenas nos dois primeiros, enquanto os outros dois, cada vez mais decisivos para a vida dos cidadãos, escapam ao controlo dos seus representantes. Temos, portanto, a obrigação de repensar as formas de fazer política, a função e a organização dos partidos políticos como instrumentos para o seu desenvolvimento, e os modelos institucionais que permitam a governação neste novo contexto.

Na crise de governação atual há, como sempre, líderes políticos que só querem ganhar e líderes que querem fazer alguma coisa. Também há outros, como Barack Obama, que além de ganhar querem fazer, mas que, mesmo definindo bem o que querem fazer, acabam por executá-lo mal. Isso ocorre porque perderam o poder real. Estou convencido de que o grande problema dos primeiros quatro anos do governo de Obama foi que a sua margem para fazer reformas quase tinha desaparecido. Não tem menos poder formal, enquanto Presidente dos Estados Unidos, do que o anterior ou do que os antecessores deste; mas, em termos de poder real, de autoridade para o exercer, não parece que seja o mesmo. Quando começou o seu mandato, foi convocado, como os chefes de todos os governos europeus, para salvar o sistema financeiro, em crise por causa dos seus próprios erros. Não de erros alheios, mas dos seus. Não obstante, uma vez concretizada a operação de salvamento com enormes recursos públicos – ou seja, com dinheiro do contribuinte –, já não deixaram que interferisse em nenhum tipo de reforma para tratar de evitar a próxima crise do

sistema. Aí está a sua perda de poder, que também fica refletida, entre outros exemplos possíveis, nas difíceis tentativas que ensaiou para reformar o sistema de saúde ou na questão de Guantanamo. E isto é algo que não o afeta apenas a ele, mas a todos os Presidentes das democracias representativas, o que deixa cada vez mais evidente que, além de querer fazer, há que ter capacidade para tomar decisões. Esta capacidade não deve confundir-se com a de fazer leis, porque o poder normativo é, muitas vezes, a demonstração da impossibilidade de poder tomar decisões reais.

Os orçamentos de um Estado demonstram mais claramente o poder, porque mostram as prioridades. A que se quer dedicar o dinheiro. Mas quem elabora estes orçamentos? Quem os gere? Quem dita as prioridades? Há um fenómeno curioso, de que já muito se tem falado. O anterior primeiro-ministro da Grécia era o ex-vice-presidente do Banco Central Europeu, Lukás Papadimos. Mario Draghi, o atual presidente do Banco Central Europeu, foi vice-presidente para a Europa do cambaleante banco de investimento, e logo a seguir comercial, Goldman Sachs; ou seja, um representante puro dos da «massa pela massa». No *curriculum vitae* do ministro da Economia e da Competitividade espanhol, Luís de Guindos, lê-se que foi presidente executivo para Espanha e Portugal do falido banco de investimento Lehman Brothers. Os que tomaram a seu cargo o controlo da implosão do sistema financeiro procedem de Wall Street, epicentro dessa explosão. Por outras palavras, as raposas tomaram conta do galinheiro. Não é paradoxal?

Notas:

1 Confúcio é unanimemente considerado o maior filósofo chinês de sempre. Terá nascido em 551 a.C. e falecido em 479 a.C..

2 Mario Draghi, nascido a 3 de setembro de 1947, é um político, economista e banqueiro italiano. Rendeu Jean-Claude Trichet na presidência do Banco Central Europeu, em novembro de 2011.

3 Nascida a 17 de
da CDU (partido dem.
desde 2005.
4 Conselheiro e estratega de
Gerald Ford, Henry Kissinger
rio de Estado. Foi galardoado
com o vietnamita Le Duc T
5 Nascido a 27 de outubro
mista e politólogo, celebriz
6 Filósofo e teórico da cor
21 de julho de 1911 e mor
deixou expressas está a de
da expressão «aldeia globa
anos da sua criação.
7 Nascido a 22 de janeiro
Gramsci foi um militante
que chegou a liderar, foi
degradar-se rapidamente
ral, através da qual é des
instituições culturais, nu
8 David Cameron nasce
desde 2005 e primeiro-t
9 Nicolas Sarkozy nasc
e ministro do Interior
Chirac. Ganhou (à soc
Cumprido o mandato
Hollande) as presiden
cândalos e investigaçõ
10 Irlandês, George B
novembro de 1950. P
Prémio Nobel da Lit

3 Nascida a 17 de julho de 1954, na Alemanha Oriental, Angela Merkel é a líder da CDU (partido democrata-cristão germânico) desde 2000 e a chanceler alemã desde 2005.

4 Conselheiro e estratega dos Presidentes norte-americanos Richard Nixon e Gerald Ford, Henry Kissinger, nascido a 27 de maio de 1923, foi ainda secretário de Estado. Foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz, em 1973, juntamente com o vietnamita Le Duc Tho, que o recusou.

5 Nascido a 27 de outubro de 1952, Francis Fukuyama é um ensaísta, economista e politólogo, celebrizado pelo livro *O Fim da História* e *O Último Homem*.

6 Filósofo e teórico da comunicação, o canadiano Marshall McLuhan nasceu a 21 de julho de 1911 e morreu a 31 de dezembro de 1980. Entre as ideias que deixou expressas está a de que «o meio é a mensagem». Junta-se-lhe a criação da expressão «aldeia global». Previu a criação da *World Wide Web* cerca de trinta anos da sua criação.

7 Nascido a 22 de janeiro de 1891 e falecido a 27 de abril de 1937, Antonio Gramsci foi um militante revolucionário italiano. Filiado no Partido Comunista, que chegou a liderar, foi preso às ordens de Mussolini, tendo visto a sua saúde degradar-se rapidamente. Apresentou e defendeu a teoria da hegemonia cultural, através da qual é descrita a manutenção do poder pelos estados através das instituições culturais, num sistema capitalista.

8 David Cameron nasceu a 9 de outubro de 1966. É líder do Partido Conservador desde 2005 e primeiro-ministro britânico desde 2010.

9 Nicolas Sarkozy nasceu a 28 de janeiro de 1955. Foi ministro das Finanças e ministro do Interior (em duas ocasiões) durante a presidência de Jacques Chirac. Ganhou (à socialista Segolène Royal) as eleições presidenciais de 2007. Cumprido o mandato, recandidatou-se e perdeu (com o socialista François Hollande) as presidenciais de 2012. Depois de uma ausência marcada por escândalos e investigações, anunciou o seu regresso à política ativa em 2014.

10 Irlandês, George Bernard Shaw nasceu a 26 de julho de 1856 e faleceu a 2 de novembro de 1950. Passa à História como dramaturgo e pensador. Ganhou o Prémio Nobel da Literatura em 1925.

5

CRISE DE LIDERANÇA OU LIDERANÇA EM CRISE?

Dos bons líderes, não notaremos a existência. Aos não tão bons, honraremos e louvaremos. Aos medíocres temeremos, aos piores odiaremos. Mas, quando se conclui o trabalho de um grande líder, toda a gente diz: «Conseguimos!».

Lao-Tsé (604-531 a.C.),
filósofo chinês

Quando se fala com tanta frequência da crise de lideranças, isso significa que se está a manifestar a necessidade de todos os coletivos humanos depositarem confiança em alguém que assuma responsabilidades para propor e dirigir um projeto. Isto é particularmente relevante em tempos de soçobro e inquietação, quando mais se precisa de respostas e de ideias novas. Por isso, é em momentos como o atual, em que parece mais necessário que nunca, que a liderança mais sobressai pela ausência.

As raízes desta crise de liderança, como disse, são, por um lado, o enfraquecimento da própria liderança política devido às transferências de poder para instituições supranacionais e para todo o tipo de organizações civis, mais ativas e focadas em objetivos a que não chega o Estado; e, por outro, uma certa banalização da ação política excessivamente ocupada em seguir as mudanças permanentes da opinião pública, o que afeta inevitavelmente a consistência de qualquer projeto e produz um evidente desprestígio da política e dos seus agentes. Mas o mais grave é o desfasamento que existe entre o que se promete para obter os votos que levam ao poder e o que se realiza a partir do poder, contradizendo substancialmente o que se tinha prometido. Assim, estamos a pagar as consequências da torpeza, da mentira e da frivolidade desta nova era política de lideranças políticas débeis e inseguras – quase de manteiga – ou, pelo contrário, arrogantes, no sentido

latino do termo: de néscios que não sabem que não sabem, e por isso nos envolvem em todas as aventuras.

O pior de tudo é que, ao invés de corrigir este facto lamentável, continuam a elaborar-se teorias para o defender. Defende-se demasiado amiúde, por exemplo, que a democracia é a «democracia dos cidadãos». De acordo com esta tese enganadora, se estiveres atento ao que o cidadão quer em cada momento e se te mantiveres fiel a ele, serás, aparentemente, mais democrático. Isso quer dizer que, como estás a praticar um mero seguidismo face à opinião pública, terás necessariamente que banalizar o debate político até ao ponto de tornar impossível o desenvolvimento de projetos que vão contra a corrente da sempre instável opinião pública. Como dizia Manuel Azaña¹: «Não há nada que mude tanto que a chamada opinião pública». Ou, como assinalava, noutros contextos e em termos mais modernos, o fundador da Apple, Steve Jobs: «Não posso perguntar aos consumidores o que desejam, porque, enquanto o estivesse a desenvolver, já eles queriam algo novo».

A democracia é, hoje, cada vez mais consumista, mais imediatista, mais dia a dia, mais do que essa pretensa democracia dos cidadãos – «pretensa» porque a ideia de cidadão é, na minha opinião, um conceito muito mais nobre. O cidadão está submetido a um tal número de pressões imediatas e i-mediáticas que os seus processos de preferência e de tomada de decisões é muito conjuntural, depende de um qualquer acontecimento, de que haja uma qualquer vaga de mudança na opinião pública. Um acontecimento espantoso muda o estado de espírito das pessoas e leva, por exemplo, a que haja maiorias favoráveis à restauração da pena de morte ou à prisão perpétua. Se traduzirmos isto para a vida quotidiana, fica pressuposta a satisfação de necessidades urgentes, induzidas por uma publicidade que não nos dá descanso. Os homens e mulheres das nossas sociedades estão muito condicionados. A criança já cresce condicionada. Vive rodeada de uma propaganda feroz que condiciona as suas preferências e, mesmo em adulto, continuará a ser um menino de gostos imediatos, ou seja, um adulto caprichoso. Isso

altera muito o pro-
de solicitações populares
uma espécie de republican
deve ser feito pelos políticos
em cada momento. Mas com
a política tem de ser ser
sondagem de opinião a ch
cabeceira – do político. A
realização de projetos de
modelo chinês – em que
facto.

Há alguns anos, vol
Kissinger, no aeroporto
temas, ele disse-me: «Fel
faz discursos pseudo-rel
de eletrodomésticos». E
«Desapareceram, e de c
estamos numa fase de
deixou de me interessa
que estamos a viver».
xalmente, quando apar
como aconteceu com
de ser arrastado pelas

CRISE DE IDEIAS, MA

São as duas opções básicas
stabilidade de as modifica

altera muito o processo da tomada de decisões. Responder a esse tipo de solicitações populares não é «democracia dos cidadãos», mas antes uma espécie de republicanismo do imediato, que defende que o que deve ser feito pelos políticos é sempre o que a opinião pública reclama em cada momento. Mas como aquilo que quer muda permanentemente, a política tem de ser sempre uma plasticina que se molda à última sondagem de opinião a chegar à mesa de trabalho – ou às mesas de cabeceira – do político. A ser assim, fica impedida, de certa forma, a realização de projetos de médio ou de longo prazo. O fascínio pelo modelo chinês – em que este tipo de projeto é possível – nasce desse facto.

Há alguns anos, voltei a encontrar-me por acaso com Henry Kissinger, no aeroporto de Washington e, falando precisamente destes temas, ele disse-me: «Felipe, a política está nas mãos de gente que te faz discursos pseudo-religiosos e simplistas, misturados como ofertas de eletrodomésticos». Enquanto eu lhe dava razão, ele acrescentou: «Desapareceram, e de que maneira, o debate e o contraste de ideias; estamos numa fase de tão grande simplificação da política que esta deixou de me interessar. Aborrece-me profundamente o mundo em que estamos a viver». Esta é a situação, mas, apesar disso, paradoxalmente, quando aparece um político com projeto e com discurso, como aconteceu com o seu compatriota Barack Obama, corre o risco de ser arrastado pelas correntes demagógicas e simplistas.

CRISE DE IDEIAS, MAIS QUE DE IDEOLOGIAS

São as duas opções básicas: aceitar as condições tais como são ou aceitar a responsabilidade de as modificar.

Denis Waitley (1933),
escritor norte-americano

Para que conste: nada tenho contra as ideologias. Movo-me numa corrente ideológica social-democrata. Temo é a conceção da ideologia como um sistema fechado, que permite explicar o mundo de forma simplista e oferecer soluções de manual, sem as confrontar com realidades que exigem novas ideias e propostas.

Como já disse antes, não há dúvidas de que sofremos uma grande crise de liderança, principalmente porque há uma profunda crise de *autoritas*. Não de poder, que continua a ser o mesmo e que continua a contar com os mesmos instrumentos. Mas a autoridade moral diminuiu muito e o poder dispersou-se, e não apenas devido à descentralização relativa à partilha de competências para baixo e para cima, mas também porque hoje ninguém pode negar que as redes sociais configuram um novo poder, muito diferente do anterior, com o qual não sabemos dialogar e muito menos aproveitar as iniciativas positivas que delas surgem para enfrentar problemas a que não somos capazes de dar respostas. Desaproveitamos, assim, uma via potencial de participação democrática de extraordinário valor.

Além do mais, como também assinalei, parece que na política atual se cede à vontade de demonstrar constantemente que cada um é mais democrata do que os outros, introduzindo seja como for elementos de democracia direta intrinsecamente incompatíveis com a democracia representativa. Assim, qualquer abaixo-assinado, qualquer petição popular, sobre qualquer assunto, pretende chegar diretamente ao Parlamento e transformar-se em lei. Isto pode parecer bom, mas acarreta consequências às vezes inimagináveis. Deixarei um exemplo do que quero dizer. A ingovernabilidade e a quase bancarrota do estado da Califórnia – paradoxalmente o mais rico e tecnologicamente mais desenvolvido do mundo – foram desencadeadas por essa via: iniciativas populares votadas numa assembleia que, apesar disso, precisa – e poucas vezes consegue – dois terços dos seus votos para aprovar os orçamentos estaduais. O resultado final desta disparatada tentativa de alcançar uma simbiose entre a democracia representativa e a democracia direta é que, nalguns anos, no orçamento californiano, os gastos

com a educação pu
 falham, pois, autênti
 É já comentei anteriormente
 participação ativa na Europa com
 escavam os Konrad Adenauer
 ou outros líderes dessa dimen
 essas competições geraciona
 tidade e velhos que se ma
 Logicamente, há sempre de
 apenas existem – eu só con
 global. E também tenho a c
 la continental, se perdeu o
 pela construção da Europa
 que sempre foi um dos pro
 quer reforma institucional
 que poder concreto neces
 Continua a ser aquele que
 velmente aquele que conc
 O certo é que, uma ve
 sobre que poder querem
 de ver como se reparte, n
 foi, até agora, tão dececio
 mos procedido desta for
 de ler qualquer resolução
 consta no mínimo de 50
 com um fraseado do tip
 Conselho Europeu rego
 o estado de espírito do
 isso. Sobre tudo, não se
 que eles comentem se e
 nem sequer enum

com a educação pública são menores do que os gastos com as prisões.

Faltam, pois, autênticos líderes, mas tampouco quero cair na tentação nostálgica de dizer que qualquer época do passado foi melhor. E já comentei anteriormente que, também nos meus tempos de participação ativa na Europa comunitária, era comum perguntar-se onde estavam os Konrad Adenauer², os Charles de Gaulle³, os Jean Monnet ou outros líderes dessa dimensão em épocas anteriores. Na realidade, essas competições geracionais sempre me importaram pouco, entre outras coisas porque sempre houve e há jovens muito velhos de mentalidade e velhos que se mantêm atentos e em constante renovação. Logicamente, há sempre de tudo. Daquilo que estou seguro é de que apenas existem – eu só conheço – cinco ou seis políticos com visão global. E também tenho a certeza de que, no nosso contexto, à escala continental, se perdeu o impulso nos fatores relevantes requeridos pela construção da Europa. Discute-se muito a partilha do poder – que sempre foi um dos problemas mais debatidos ao enfrentar qualquer reforma institucional –, mas sem nunca se chegar a definir de que poder concreto necessitaria a Europa para recuperar relevância. Continua a ser aquele que se traduz em autoestradas ou será preferivelmente aquele que concerne à revolução tecnológica e ao I+D+i?

O certo é que, uma vez que discutamos e alcancemos um acordo sobre que poder queremos pôr em comum, então será o momento de ver como se reparte, mas não antes. A razão pela qual a partilha foi, até agora, tão decepcionante para todos os cidadãos, é por não termos procedido desta forma. Se se levar a cabo o esforçado exercício de ler qualquer resolução do Conselho Europeu, comprovar-se-á que consta no mínimo de 50 pontos, dos quais um mínimo de 40 começa com um fraseado do tipo: «O Conselho Europeu lamenta...» ou «o Conselho Europeu regozija-se...». Ora, na realidade, a quem interessa o estado de espírito dos dirigentes europeus? Não se lhes paga para isso. Sobretudo, não se pode oferecer aos cidadãos uma literatura em que eles comentem se estão contentes ou se estão preocupados, e que nem sequer enumere os problemas de que teria que falar. O que os

cidadãos esperam ler são textos concretos que lhes digam como vão ser enfrentados esses mesmos problemas.

A atual crise de liderança dificulta sobremaneira que as sociedades desenvolvidas enfrentem os seus próprios problemas estruturais. Deixarei apenas dois exemplos urgentes: a reforma do mercado financeiro ou os gravíssimos problemas demográficos e o modo de tratar da imigração. O mais curioso de tudo – o pior de tudo – é que, na realidade, há mesmo líderes na Europa, mas passaram 15 anos sem enfrentar os autênticos problemas estruturais. Quanto mais se demore a enfrentá-los, mais difíceis serão as respectivas soluções. Os estados europeus estão a perder poder dentro das suas fronteiras e também no âmbito internacional, e a incapacidade de enfrentar os problemas comuns está a conduzir, por exemplo, a que já se responsabilize pela próxima crise financeira. A ampliação da União Europeia de 12 para 27 países dificultou, naquele momento, a tomada de decisões para enfrentar a crise, quando esta ainda era incipiente. Mas, agora, esse argumento já não é válido: a União Europeia arrasta por demasiado tempo a tentativa de digerir o processo de ampliação. Entretanto, a Espanha passou subitamente de aluno modelo da Europa, dado o seu estrito cumprimento do Pacto de Estabilidade, para uma queda aparatosa, que se deve, entre outras razões, ao facto de os países europeus não terem sido capazes de fazer convergir as suas políticas económicas reais, porque, como disse antes, a União Monetária estava concebida no tratado como «União Económica e Monetária».

Neste problemático contexto, os líderes tendem com frequência a ser profissionalmente otimistas, algo que parece quase obrigatório pela sua condição e pelo seu carácter. Mas a liderança não pode alhear-se de um princípio básico: ninguém pode liderar uma sociedade, um grupo humano ou uma coletividade de qualquer tipo, se não for capaz de interpretar o autêntico estado de espírito social. Quando os problemas são inquietantes, é uma necessidade que o líder proclame que estão sob controlo e reclame que nele se acredite, porque ele conhece o caminho para a solução – há inclusivamente os que afirmam que a

solução ou o milagre.
 sociedade é a falta de ide-
 resultado previsível. Fim das
 condições e se afirma que tudo vai
 impossível que alguém adira a esta
 da sociedade. E esta é a situação
 brevedade, sem ideias.
 Vivemos numa época em que
 ideologias mas, no fundo, é de ide-
 gias vão sobrevivendo, ainda que
 como resultado de um process-
 Toda a ideologia tende a ser u-
 mundo. Por isso, quando as ide-
 queremos obter um resultado
 mo, ao fascismo, ao nazismo
 ideologia deste tipo é uma ex-
 que dá lugar a que se confun-
 outra forma, a que se aplique
 absolutamente respeitável qu-
 lacionada exclusivamente com
 tão respeitável – nem conv-
 religião; edificar novas igre-
 tudo, até o resultado final.
 o pateta que será!».
 A ideologia neoconserva-
 baseado na defesa
 teada inclusivame-
 sentiram apego alg-
 algumas outras ide-
 dentes fracassos
 de pé uma espéc-

solução ou o milagre são eles mesmos. O que mais adocece uma sociedade é a falta de identificação com um projeto que contenha um resultado previsível. Em tais circunstâncias, se dia a dia se pedem sacrifícios e se afirma que tudo vai melhorar, mas não se explica como, o horizonte e as expectativas de futuro fecham-se cada vez mais e é impossível que alguém adira a esse nebuloso projeto. Devido a estes métodos errados e a esta falta de visão, o líder político atual afasta-se da sociedade. E esta é a situação em que estamos: sem líderes e, sobretudo, sem ideias.

Vivemos numa época em que se fala continuamente da crise das ideologias mas, no fundo, é de ideias que estamos carentes. As ideologias vão sobrevivendo, ainda que todas elas estejam muito debilitadas como resultado de um processo de deterioração que vem de longe. Toda a ideologia tende a ser um sistema fechado de explicação do mundo. Por isso, quando as ideias se sistematizam até ao ponto de querermos obter um resultado final absoluto, chegamos ao comunismo, ao fascismo, ao nazismo ou a qualquer outro totalitarismo. Uma ideologia deste tipo é uma explicação plena e fechada do mundo, o que dá lugar a que se confundam a política e a religião ou, dito de outra forma, a que se apliquem categorias religiosas à ação política. É absolutamente respeitável que alguém tenha uma visão do mundo relacionada exclusivamente com o absoluto transcendente. O que não é tão respeitável – nem conveniente – é converter a política numa nova religião; edificar novas igrejas sobre ideologias fechadas que explicam tudo, até o resultado final. Como dizia alguém, «sabe tudo, imaginem o pateta que serál».

A ideologia neoconservadora fundamentalista de discurso simples, baseado na defesa do Estado mínimo, e das liberdades formais – hasteada inclusivamente por alguns que, durante muito tempo, nunca sentiram apego algum por elas – é elementar. No flanco esquerdo, há algumas outras ideologias que tratam de se esquivar à crítica dos evidentes fracassos comunistas e que, com esses mesmos suportes, põem de pé uma espécie de, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso,

«utopia regressiva», com uma mistura muito rara de ideologias ultrapassadas pela História. O que se sente falta no debate político à escala mundial é uma maior contribuição de ideias, que amiúde são substituídas por um discurso maximalista carregado até de apelos religiosos, que visam a desqualificação do discurso contrário, mas que não trazem elementos novos nem oferecem verdadeiras respostas a essas grandes perguntas que, como dizia Octavio Paz, «continuam vigentes». Em definitivo, aos políticos faltam ideias, enquanto aos intelectuais, teoricamente cheios delas, falta – e que assim continue a ser – poder real para as aplicar.

POLÍTICOS SEM IDEIAS, INTELLECTUAIS SEM INFLUÊNCIA

Por detrás de qualquer ação de um político pode encontrar-se algo dito por um intelectual, quinze anos antes.

John Maynard Keynes (1883-1946),
Economista inglês

Fica claro que eu não subscrevo a crença, às vezes ouvida, de que há muitas ideias. Pelo contrário, há poucas, confusas e escassamente relacionadas entre si. Muitos exigem contínuos debates de ideias. Aborrece-me constatar que há gente muito inteligente que reclama um debate de ideias e, com isso, crê que o seu dever está cumprido. Não seria melhor colocar uma ideia sobre a mesa, qualquer que fosse?

O que verdadeiramente me angustia é estarmos diante de uma nova fronteira, que temos que conquistar. O mesmo, provavelmente, dito antes por todas as gerações, mas agora é certo: o nosso mundo já não é o do passado, mas todavia não é ainda o do futuro. Confusos, tratamos de manter o equilíbrio precário em pleno vaivém desta charneira.

Neste ponto, as ideias
religiosas – sobretudo –
têm a responsabilidade
sões, limitando-se a lar-
próprios nunca respec-
mais condizentes com
a responsabilidade de
não fossem políticos, t
unidade aos outros. A
rua; mas, por favor, u
algo e deixem-se de he
em que estão num pu
seu trabalho deveria s
isso, antes seja precis

Há um evidente c
telectuais que anticip
nho. Não digo que n
e outros. Ao que me
analisar o que se pas
da inteligência, isto t
crise que, em parte,
marca um ponto de
todo o mundo. Era

Num dos debate
do sistema financeir
mundo ocidental e
gar nos próximos 2
– produtores de m
volvimento vertigin
que vão poder con
preparemo-nos pa

Da Índia, outro
vantagem por cau

Neste ponto, as ideias que nos chegam da política e do mundo da inteligência – sobretudo deste – são escassíssimas. Alguns políticos que têm a responsabilidade de decidir acomodam-se na poltrona das decisões, limitando-se a lançar apelos à unidade – que, seguramente, eles próprios nunca respeitaram. Poderia dizer-se que se trata de apelos mais condizentes com o bispo de Mondoñedo do que com quem tem a responsabilidade de decidir. «Ouve a voz da rua», dizem, como se não fossem políticos, mas sim uma parcela mais do auditório. Pedem unidade aos outros. A mim, não me parece mal que ouçam a voz da rua; mas, por favor, uma vez escutada, digam o que vão fazer, façam algo e deixem-se de hesitações e de brincadeiras. Esses indivíduos creem que estão num púlpito – em alguns casos, mais parece –, mas o seu trabalho deveria ser transformar as ideias em ação. Ainda que, para isso, antes seja preciso tê-las.

Há um evidente déficit de ideias praticáveis e uma carência de intelectuais que antecipem e nos norteiem sobre o que pode vir a caminho. Não digo que não haja aceitação e, até, militância a favor de uns e outros. Ao que me refiro é à falta de capacidade e de interesse para analisar o que se passa e para dar uma resposta autêntica. No mundo da inteligência, isto torna-se mais grave. Estamos mergulhados numa crise que, em parte, é completamente nova e que, na minha opinião, marca um ponto de inflexão sem retorno nas relações de poder em todo o mundo. Era a isso que me referia ao falar em nova fronteira.

Num dos debates do Fórum de Davos, pouco antes da implosão do sistema financeiro, alguém disse algo que me impressionou. «O mundo ocidental e desenvolvido gastou já tudo o que vai ter que pagar nos próximos 20 ou 25 anos, enquanto outras partes do mundo – produtores de matérias-primas e de petróleo, ou países em desenvolvimento vertiginoso, especialmente a China – pouparam já para o que vão poder comprar nos próximos 20 ou 25 anos». Assim sendo, preparemo-nos para esse cenário com tão pouca margem de manobra.

Da Índia, outro país emergente, diz-se sempre que compete com vantagem por causa da sua economia de baixos custos, mas isso não

é inteiramente verdade. Os indianos produzem automóveis muito baratos, é certo, mas o mercado indiano também absorve todo o tipo de automóveis topo de gama da Europa. Essa mesma dualidade dá-se no consumo de computadores ou de aço. Não se trata de uma competição com a produção própria, mas sim de estarem a consumir, de forma crescente, todo o tipo de produtos de gama alta e, inclusivamente, começarem a fazê-lo detendo a propriedade dessas marcas.

É verdade que o Ocidente e, em especial, a Europa terão sempre um recurso muito útil e valioso: ficaremos sempre com muitos locais para visitar, um imenso cartaz turístico e cultural e também uma magnífica gastronomia. Por outro lado, essa enorme quantidade de novos-ricos, de pessoas com grande poder aquisitivo, terá que escolher um destino para descansar ou para se divertir. Com este apontamento irónico, trato de descrever e de refletir a decadência em que a Europa está submersa desde há algum tempo. Uma doce decadência, porque assim deve ser considerada se partimos de uns 35 mil dólares de rendimento *per capita*, até há pouco tempo razoavelmente repartidos. Esta almofada socioeconómica permitiu ir caindo suavemente, por uns tempos, sem que tal se notasse demasiado, adormecendo ainda por cima o espírito crítico ou a capacidade de gerar novas ideias no campo da inteligência. Mas isso tem um prazo, e os mais recentes acontecimentos vêm-nos demonstrando que esse limite já foi ultrapassado. Acabou-se-nos a almofada e, agora, teremos de repousar sem ela.

Em todo o caso, é indubitável que há uma crise política que provém precisamente daí, desta vez, não vai poder ser resolvida pelos Estados Unidos. Porque, apesar da sua liderança — ainda existente, mas relativamente menor a cada dia —, ela também se encontra em transição. O mundo vai ser diferente depois da crise. De facto, já o é, ainda que tal seja pouco perceptível. O equilíbrio de forças mundial em termos económicos tem vindo a mudar e a crise vem pôr a descoberto essa realidade.

Regressemos a uma das grandes razões de fundo desta crise de liderança política, a que já me referi: as decisões continuam a ter um

...além do local, mas
...monstros, mas as ideias
...para um país como o
...não se decide que a
...engenharia financeira
...têm dizer gananciosos
...regulador que garante
...ceiras. Imaginemos po
...mercados e que o pod
...o que se passaria com
...livre vontade, à norm
...para que não volte a p
...Nós, europeus, de
...Unidos e com o Japão
...sua prolongada crise
...e as zonas mais des
...destas três áreas geo
...cento do movimento
...atuassem de forma c
...que fizeram. Que as
...sinais contraditórios
...se estejam a fazer n
...mas sim totalmente
...que continue a sê-lo
...Quando esta cri
...mos finalmente que
...de liderança. Que o
...líderes como os de
...governo adequadas
...de tentação geracio
...que existem razões
...para que o mundo
...za ideias. Apen

âmbito local, mas a crise é global. Os desafios que enfrentamos são mundiais, mas as lideranças são domésticas. E isto é também verdade para um país como os Estados Unidos. Imagine-se que, depois de tudo, se decide que a brincadeira foi levada demasiado longe, que a engenharia financeira foi excessivamente imaginativa – alguns prefeririam dizer gananciosa – e que é preciso voltar a impor um quadro regulador que garanta previsibilidade e confiança às instituições financeiras. Imaginemos por um momento que somos capazes de regular os mercados e que o poder dos Estados Unidos ainda conta. Nesse caso, o que se passaria com o resto do mundo? Ir-se-iam todos submeter, de livre vontade, à norma estabelecida localmente pelos Estados Unidos para que não volte a perder o controlo sobre o seu sistema financeiro?

Nós, europeus, deveríamos pôr-nos de acordo com os Estados Unidos e com o Japão – que acaba de dar um passo audaz para sair da sua prolongada crise –, os tradicionais motores da economia mundial e as zonas mais desenvolvidas do mundo. Os mercados de valores destas três áreas geográficas continuam a absorver mais de 75 por cento do movimento de capitais em todo o mundo. Não seria mau que atuassem de forma coordenada, ainda que não tenha sido acertado o que fizeram. Que as partes envolvidas estejam continuamente a emitir sinais contraditórios, vai dar connosco em loucos. Não é possível que se estejam a fazer no mundo coisas que, não só não são acordadas, mas sim totalmente opostas. Não deveria ser possível hoje, e não creio que continue a sê-lo por muito mais tempo.

Quando esta crise passar – e assim acontecerá –, compreenderemos finalmente que há um grave problema de governação e, portanto, de liderança. Que o problema não radica exatamente na falta de bons líderes como os de antigamente, mas sim na falta de estruturas de governo adequadas ao novo mundo. Portanto, superando essa espécie de tentação geracional em que não devemos cair, há que reconhecer que existem razões objetivas para que a política tenha perdido peso e para que o mundo da inteligência esteja desconcentrado e não produza ideias. Apenas ideias, porque a *intelligentsia* não deve ter poder, mas

sim capacidade de influência nos processos da tomada de decisões. Se não aparecer uma nova liderança que projete, entre outras coisas, a coordenação de ações globais e que repense o futuro num quadro de previsibilidade reguladora do funcionamento dos mercados, especialmente do financeiro, tudo continuará a correr-nos mal. Di-lo-ei em termos ainda mais claros, ainda que possam parecer depreciativos a alguns: agora que a banca se sobressaltou, que vamos fazer?

Esta crise pode durar mais tempo do que é imaginável. Recordar-se-á, sem dúvida, no ano 2020, mas tenho a impressão de que continuaremos a recordá-la em 2030 e, se não fizermos bem as coisas, até em 2050 e no que resta do século XXI. Será lembrada tal como acontece com a de 1929. No que levamos, por agora, deste século, o aumento dos preços das matérias-primas e o forte incremento da sua procura, mais a desmesurada expansão dos movimentos especulativos com as matérias-primas, incluindo as alimentares, produziram um deslocamento da poupança mundial, que permite que grupos de países pequenos, como os Emirados – de que nunca conhecemos com exatidão os fundos soberanos –, ultrapassem os 50 mil dólares *per capita*. Comparando estes números com quaisquer outros, a conclusão é sempre a mesma: nos últimos cinco ou seis anos de excedente de poupança pelo aumento dos preços do petróleo, os fundos soberanos deslocaram somas enormes de dinheiro de umas regiões para outras.

Definitivamente, a liderança política está em crise, em primeiro lugar, uma mudança de paradigma à escala mundial e devido a uma desorientação no que toca a respostas adequadas. E, em segundo lugar, porque os desafios globais não encontram resposta num nível de governação global, nem no poder real – sobretudo no representativo – nem nos organismos financeiros tradicionais, que, no mínimo, se mostraram lentos no momento de prever esta crise, tal e qual como estão agora para tentar um mínimo controlo regulador e para oferecer respostas. E, neste contexto de crise dupla de liderança e de ideias, como se repartem as responsabilidades? Podem dividir-se

como se quisser,
portanto, foram suscitados
no futuro
Apesar de tudo o que
da épica luta pela liberdade
oportunidades e todos
não confirmos e todos
-lo-ei, ainda que me custe
Não me refiro a estar de
profundo das suas neces
a cara dos outros polít
cidades são já muito r

A HORIZONTALIZAÇÃO

Chegarmos juntos é o primeiro passo
juntos é o êxito.

O facto de a informação ser
mum como o ar horizontalizado
todas as hierarquias
que pouco tem a ver com o
nhecimento, com a tecnologia
esta não a obtém de forma
se passa com as bases
os valores da horizontalização
aos da verticalidade.

como se quiser, mas as razões de ambas as crises são apreensíveis e, portanto, foram suscetíveis de interrupção no passado e são iludíveis no futuro.

Apesar de tudo o que fica dito, ou precisamente por isso, há que insistir na ideia de que o mundo é hoje mais apaixonante do que o da épica luta pelas liberdades. Todo o mundo está a mudar, todas as oportunidades e todos os riscos estão em aberto. O problema está em não confiarmos no mundo, nem sequer quando fazemos política. Dito-lo-ei, ainda que me custe: não olhamos, olhos nos olhos, os cidadãos. Não me refiro a estar dependente das suas opiniões, mas sim ao sentir profundo das suas necessidades. Quase sempre preferimos olhar para a cara dos outros políticos. E não notamos a evidência de que as sociedades são já muito mais horizontais do que hierárquicas.

A HORIZONTALIZAÇÃO FACE À HIERARQUIA

Chegarmos juntos é o princípio; mantermo-nos juntos é o progresso; trabalharmos juntos é o êxito.

Henry Ford (1863-1947),
Industrial norte-americano

O facto de a informação ser já um bem disponível para todos e tão comum como o ar horizontaliza a sociedade do conhecimento e rompe todas as hierarquias a que estávamos habituados, salvo a dos valores, que pouco tem a ver com o poder formal. Na nova sociedade do conhecimento, com toda a informação disponível para qualquer pessoa, esta não a obtém de um líder, mas de outra pessoa qualquer; o mesmo se passa com as boas ideias. E isto faz com que, na sociedade atual, os valores da horizontalidade ganhem uma crescente importância face aos da verticalidade.

No que diz respeito a este tema, é oportuno mencionar o caso do Japão. Que, ali, a crise já se tenha prolongado por duas décadas, só pode explicar-se a partir de um grave problema cultural de verticalidade. No Japão, um filho não fala à mesa se o pai não lhe dirigir diretamente a palavra. Ali, a rígida verticalidade impede que um subordinado tenha uma ideia brilhante que não tenha já ocorrido antes ao seu chefe. Graças ao seu temperamento sistemático e disciplinado, o Japão funciona muito bem nas batalhas de exércitos regulares – como foram as da segunda revolução industrial –; pelo contrário, este respeito cego pela hierarquia adapta-se mal à sociedade atual. Sem dúvida, o japonês com o cargo de primeiro-ministro ocupar-se-á a fazer no país as mudanças estruturais que forem necessárias, mas a resolução do obstáculo cultural, de que nem sequer se fala no próprio Japão, será muito mais complexa porque as suas raízes são profundas. Apesar disso, como já disse, o Japão está recuperar da crise desde que o novo governo mexeu decididamente na política monetária e injetou liquidez no sistema.

Na nossa sociedade do conhecimento, nem as ideias nem a informação se repartem já hierarquicamente, mas sim de uma forma horizontal. A capacidade de processar informação tampouco se apresenta vertical, mas sim horizontal. A sociedade aberta da rede – que desconcerta os controlos da informação, inclusivamente nas sociedades mais totalitárias – mudou o sentido da liderança, desde o ponto de vista do monopólio da informação até ao processo da tomada de decisões. O positivo disto é que a sociedade oferece infinitas oportunidades devido a essa espécie de democratização que nunca antes na História se tinha produzido. O negativo é que os dirigentes têm que ser capazes de compreender o que aconteceu, para abrir os novos espaços que a sociedade pode cobrir através de todos os sistemas disponíveis para o efeito. Mas é justamente aí que reside a minha maior preocupação nesta matéria: por infelicidade, os discursos políticos na Europa e na América Latina são bastante parecidos com os de há 30 anos.

*Eu comeccei a...
quando me perguntam...
1983, a minha resposta é se...
ou pensa que sou um...
na vida foi tão bem feito...
nossas vidas, fariamos de ne...
facilismo do repetitivo, ma...
vou fazer uma lei de educaçã...
ditei que era a melhor poss...
novos elementos associados...
registrando. Isto, mesmo m...
acesso de igualdade de opor...
Da mesma forma, sem...
cômido na política, que é...
décadas, mesmo que a reali...
nha a ver com aquela para...
Tento escapar a esse perig...
política siga tão atrasado f...
do conhecimento. Compr...
dos empresários empreen...
distrái é levado pela corre...
que fizeram há 25 anos e...
parecem. Só nós, político...
durante décadas, o mesm...
Assistimos a uma m...
aceitá-la subjetivamente...
derança mundial consist...
mudança de civilização q...
núcleo mais profundo e...
nos – a comunicação. Q...
muda só a política; mud...
fica. Já o referi an...*

Eu comecei a governar há mais de três décadas. Algumas vezes, quando me perguntam «faria a mesma reforma educativa que fez em 1983?», a minha resposta é sempre a mesma: «Está tomar-me por parvo ou pensa que sou um daqueles que teimam que tudo o que fizeram na vida foi tão bem feito que o repetiriam exatamente da mesma forma?». Se nos dessem outra vez a possibilidade de repetir algo nas nossas vidas, faríamos de novo o mesmo? Isso não só seria cair no facilitismo do repetitivo, mas também negar a evolução. Como é que vou fazer uma lei de educação idêntica à daquele tempo em que acreditei que era a melhor possível? Logicamente, introduziria todos os novos elementos associados às mudanças que desde então se foram registando. Isto, mesmo mantendo o objetivo da universalização do acesso de igualdade de oportunidades.

Da mesma forma, sempre tratei de renunciar ao que há de mais cómodo na política, que é a manutenção do mesmo discurso durante décadas, mesmo que a realidade seja já muito diferente e que nada tenha a ver com aquela para que se articulou a solução da primeira vez. Tento escapar a esse perigo e inquieta-me que o tempo histórico da política siga tão atrasado face ao já referido na mudança da sociedade do conhecimento. Compraz-me mais, por exemplo, o tempo histórico dos empresários empreendedores porque, entre eles, aquele que se distrai é levado pela corrente. Portanto, não podem repetir o mesmo que fizeram há 25 anos e, se o fizerem, deixam de ser ouvidos e desaparecem. Só nós, políticos, nos permitimos repetir uma e outra vez, durante décadas, o mesmo discurso, sem por isso nos afundarmos.

Assistimos a uma mudança formidável, mas dá muito trabalho aceitá-la subjetivamente. Um dos aspetos que mais assombram a liderança mundial consiste na reticência em aceitar mentalmente uma mudança de civilização que é real e que está a afetar – que já afetou – o núcleo mais profundo e essencial das relações entre os seres humanos – a comunicação. Quando esta atravessa uma revolução, isso não muda só a política; muda também, por exemplo, a investigação científica. Já o referi anteriormente: uma centena de físicos em cem pontos

distintos do planeta, ligados entre si, em tempo real, *online*, expondo uns aos outros os resultados das respectivas investigações, podem ser cem cérebros a multiplicar a capacidade individual de, digamos, cem potenciais prêmios Nobel aplicados a uma mesma linha de investigação. Um grande avanço, sem dúvida. Ora bem, paralelamente, cem células adormecidas da al-Qaeda têm essa mesma possibilidade. Um perigo enorme. Anoto essa possibilidade porque a revolução tecnológica – esta e todas as demais – é intrinsecamente neutral, em termos éticos. Toda a revolução tecnológica é instrumental; quem e para quê usa esse instrumento é que a tornam como perversa ou virtuosa.

Em última instância, todas as revoluções que tiveram lugar no mundo – e que valeram a pena; ou seja, que não começaram com um grande incêndio seguido de 50 anos de fumo, como dizia Malraux⁴ – afetaram a comunicação entre os seres humanos, mas foram utilizadas indistintamente para o bem e para o mal. É preciso compreender que a comunicação é a essência de toda a mudança histórica, seja esta o descobrimento da América, o barco a vapor, a invenção do telefone ou a implantação da Internet. É tudo igual. As grandes mudanças históricas foram provocadas por avanços na forma de comunicar dos seres humanos. Foi, por exemplo, o caso do automóvel. O fordismo mudou a cultura porque também transformou a capacidade de comunicação entre os homens. As grandes autoestradas, essas modernas catedrais, estandartes da segunda revolução industrial, são elementos de comunicação que transformam radicalmente as relações humanas. A partir da década de 1990, aqueles que nunca tinham saído da sua terra descobriram que um automóvel, que até era barato, os poderia conduzir comodamente a centenas ou milhares de quilômetros de distância, e começaram a conhecer o seu país e, logo, o seu continente: essa foi outra autêntica revolução comunicacional.

DEPRESTÍGIO E DES...

Os meus dirigentes são eleitos por...

Após a queda do muro de Berlim, a etiqueta de globalização, tem vindo a ser precedentes da política e da imagem que se refere aos partidos políticos e instituições representativas. O movimento é contraditório entre...

Este fenómeno é bastante credibilidade generalizada, que em algumas regiões do mundo, como nos regimes ou totalitários, para se iniciar que antecedeu e se seguiu à condução dos acontecimentos no Leste da Europa. A legitimidade seguida por uma legitimidade provocou um distanciamento. Este processo, que foi liquidado e fez emergir fórmulas desafiadas pelos seus responsáveis, a própria consolidação da confiança sobre as causas da degradação e o aumento da reflexão sobre o mesmo cívico e aumento.

DESPRESTÍGIO E DESCRÉDITO DA POLÍTICA

Os maus dirigentes são eleitos pelos bons cidadãos que não votam.

George Jean Nathan (1882-1958),
editor e crítico norte-americano

Após a queda do muro de Berlim e o processo que resumimos sob a etiqueta de globalização, tem vindo a acontecer uma deterioração sem precedentes da política e da imagem dos seus protagonistas, tanto no que se refere aos partidos políticos como no apreço popular pelas instituições representativas. O mais chocante de tudo é o carácter aparentemente contraditório entre a recuperação da democracia, recebida como um avanço e como uma esperança pelas grandes maiorias sociais, e o posterior distanciamento do cidadão com a representação política e institucional dessa democracia.

Este fenómeno é bastante universal: na política, há uma perda de credibilidade generalizada, que se mostra com especial intensidade nalgumas regiões do mundo, que deixaram para trás regimes autoritários ou totalitários, para se incorporarem na onda de democratização que antecedeu e se seguiu à queda do muro de Berlim. Assim se produziram os acontecimentos na região latino-americana e no Centro e Leste da Europa. A legitimação de origem (os votos) não pareceu ser seguida por uma legitimação de exercício (a ação do governo), o que provocou um distanciamento e uma aversão crescentes entre o povo. Este processo, que foi liquidando forças políticas de história e tradição e fez emergir fórmulas desconhecidas de representação, foi apreendido pelos seus responsáveis com desconcerto. Por isso, é urgente, para a própria consolidação da democracia como sistema, abrir um debate sobre as causas da degradação da política como função e da desconfiança crescente dos cidadãos face ao sistema, a fim de passar imediatamente à reflexão sobre novas propostas que fortaleçam o compromisso cívico e aumentem a credibilidade política e institucional.

Na realidade, a política não se adaptou ainda às exigências da nova situação mundial e à nova economia aberta. Um Estado que se afasta da criação direta de riqueza – o que é saudável –, que não é um agente na criação de produto bruto ou que tem dificuldades para arrecadar está obrigado a mudar a sua forma de fazer política. Além do mais, nos alvares desta nova era, o impacto da revolução tecnológica está a desestruturar o ser humano, que necessita de referências históricas e que, à medida que as vai perdendo, sente uma enorme incerteza. Nesse contexto, a política vai-se tornando banal, as lideranças estão a esfumar-se e vão aparecendo no horizonte muitas manifestações de deriva antipolítica.

Os políticos são responsáveis. Se alguém quer oferecer um projeto a um país, o lógico é que acredite que esse projeto pode ser compartilhado pela maioria; portanto, não deveria preocupar-se com as percentagens da aceitação prévia, mas sim focar-se totalmente em conseguir um êxito maioritário e real. Um projeto político não deveria limitar-se a procurar uma certa faixa de votantes ou de apoiantes que cheguem para que subsista até ao escrutínio seguinte. Quem está totalmente convencido – e comprometido – com a bondade da sua proposta, só poderia contentar-se com uma maioria que lhe permitisse pô-la em prática. Na minha atuação política nunca segui as sondagens e os estudos de opinião. Pelo contrário, sempre pensei que, se os próprios dirigentes de um partido não acreditam que podem obter a maioria, porque haveriam de acreditar nisso os cidadãos? E se estão dispostos a retificar o rumo para, por assim dizer, ir recolhendo mais e mais passageiros em qualquer porto, então, seguramente, não mereciam ter empreendido tal viagem.

MEDIOCRACIA E PU
O mundo está farto de
em políticos.

Durante a recente fa
cado, a política foi
dação, do despresti
muito a partir dess
– inclusivamente o
partir do momento
menosprezo da po
que partilhamos. C
função da política.

Não gostaria de
lificações que tenh
que se está a pass
tem os seus própr
universal. Por isso
ou de cobiça é só
afirmar que a det
recai nos dinheiro
parecidos, mas nã
os executivos fin
com uma indemi
de-se porque os
muito carregado
ocorra, embora
verdadeiro fund
esse não é o n-

MEDIOCRACIA E POLÍTICA «(I-MEDIÁTICA)»?

O mundo está farto de estadistas a quem a democracia degradou, convertendo-os em políticos.

Benjamin Disraeli (1804-1881),
político e escritor inglês

Durante a recente fase de total satisfação com os desígnios do mercado, a política foi um estorvo. Essa foi uma das causas da degradação, do desprestígio e do desprezo da política, que se acelerou muito a partir desse momento. Aquilo que se considerou tolerável – inclusivamente o financiamento dos partidos – deixou de o ser a partir do momento em que o «tudo mercado» parecia permitir esse menosprezo da política como arte de governar o espaço público que partilhamos. O que degradou extraordinariamente a política e a função da política.

Não gostaria de cair em desqualificações generalizadas, ou em qualificações que tenham um conteúdo mais ou menos moral, acerca do que se está a passar com esta crise. Creio sinceramente que cada um tem os seus próprios valores, ainda que haja, sem dúvida, uma ética universal. Por isso, dizer que o que se passou foi um pecado de avareza ou de cobiça é só uma desculpa fantástica, um bom álibi. É razoável afirmar que a deterioração da imagem e da consideração dos políticos recai nos dinheiros-extra, nos subsídios que recebem, ou em assuntos parecidos, mas não é toda a verdade. Sente-se um grande aperto ao ver os executivos financeiros fracassarem na gestão e serem despedidos com uma indemnização milionária. Nessas circunstâncias, compreende-se porque os despedidos não costumam ostentar um semblante muito carregado. No caso deles ninguém teria. É repugnante que isto ocorra, embora não tenha muito que ver com a magnitude e com o verdadeiro fundo do problema. Houve muitos pecados de cobiça, mas esse não é o problema de fundo.

Entretanto, a democracia foi-se convertendo numa espécie de mediocracia, ou seja, um híbrido de democracia mediática e de democracia medíocre, na qual os políticos sérios se prestam a participar em programas de televisão que nem pretendem sê-lo, em que se misturam e confundem os assuntos frívolos com um debate político pretensamente sério. A sua presença neste tipo de programas não me parece aceitável e muito menos admirável pelo simples facto de se terem atrevido a ir a programas que, como é costume argumentar, «são verdadeiramente populares». É apenas mais um exemplo da banalização da política, ainda que nem sempre nos demos conta dela. Alguém do mundo da política pode ir a um programa de humor, por ácido que seja, mas a um programa que mistura as histórias da intimidade com o debate político torna-se perigoso. Para ele, que ali vai, e para toda a sua profissão. Para ele e para o crédito da tarefa que exerce. Em todo o caso, é mais uma servidão, o acreditar que aquilo é a opinião pública.

Esta política i-mediática, que tantos danos causa à imagem da nobre profissão do serviço público, teve seguramente o seu primeiro grande marco mundial na visita que o Presidente norte-americano Richard Nixon realizou à China, em 1972, no culminar da sua famosa «diplomacia do pingue-pongue». Naquela ocasião, foram alterados de forma inusitada os horários das receções e das refeições – certamente com grande prazer dos chineses, que são mais pragmáticos do que nós – para que coincidissem com o *prime time* da televisão norte-americana. Aquela foi porventura uma das primeiras concessões que se fez do ponto de vista da liderança – que não discuto, tratando-se de Nixon – a essa nova política i-mediática. Não a discuto, mas a minha profunda convicção continua a ser que não era necessária.

Hoje, meio século depois, é legítimo pensar que este processo de banalização vai acelerar-se ainda mais. Dentro de pouco tempo, será indiferente ter ou não ter todas as televisões do regime concentradas numa só, com ligeiras variações, porque tal não vai servir para nada, ou para muito pouco, à hora do combate pelo controlo da opinião. Quando mantenho que a soma de um projeto com uma consciência

coletiva é igual a liderança,
a única que funciona, é porque
serviço de alguém toda a televisão
não vingá, nem sequer passa. O
chegou às eleições de 1997 em
da população virou à esquerda
manteve fiel aos Sete Magníficos
sa, e de os presidentes de Câmaras
aparelho do Estado serem escusados
direção de sempre. Tudo menos

Apesar de soar bem, a democracia representativa, valha o momento, está a tentar furar tanto, a que vai reduzindo os políticos. A democracia direta nosso de cada dia. Mas não se que convença i-mediaticamente falta grandeza para enfrentar acima do banal. Este tipo de permite nadar contra a corrente rar alguns obstáculos que surgem. Deste tipo de política é que crise política – à semelhança fazendo um resgate urgente perdas. Nesse sentido, se h

NOTAS:

1 Manuel Azaña, nascido a 10 de 1940, foi primeiro-ministro da (no período 1931-1933 e, de

coletiva é igual a liderança, e quando afirmo que essa combinação é a única que funciona, é porque acredito que, ainda que coloquem ao serviço de alguém toda a televisão durante todo o dia, a sua mensagem não vinga, nem sequer passa. O projeto político do PSOE que liderei chegou às eleições de 1997 em situação inferior e, ainda assim, metade da população virou à esquerda, enquanto apenas oito por cento se manteve fiel aos Sete Magníficos⁵ da direita reacionária. E isto apesar de a televisão ser única e oficialista, como parte da rádio e da imprensa, e de os presidentes de Câmara, os Governadores Civis e todo o aparelho do Estado serem escolhidos a dedo. Tudo seguia na mesma direção de sempre. Tudo menos o povo, que ia para outro lado.

Apesar de soar bem, a democracia direta não existe. Existe a democracia representativa, valha o que valer. A direta é aquela que, neste momento, está a tentar furar com o pior dos procedimentos e, portanto, a que vai reduzindo ou acabando com a responsabilidade dos políticos. A democracia direta é a i-mediática, é o estudo de opinião nosso de cada dia. Mas não se pode – nem deve – estar em cada frente que convença i-mediaticamente. Dito de outro modo, na política atual falta grandeza para enfrentar os desafios e parece não se querer olhar acima do banal. Este tipo de política, tão dependente do imediato, não permite nadar contra a corrente quando isso é necessário para superar alguns obstáculos que surgem quando se trata de fazer História. Deste tipo de política é que temos que nos desfazer, porque desta crise política – à semelhança da financeira mais profunda – só se sai fazendo um resgate urgente dos valores e das nobres práticas políticas perdidas. Nesse sentido, se há um resgate urgente, é o da Política com maiúscula.

NOTAS:

1 Manuel Azaña, nascido a 10 de janeiro de 1880 e falecido a 3 de novembro de 1940, foi primeiro-ministro da Segunda República espanhola em duas ocasiões (no período 1931-1933 e, depois, durante um par de meses, em 1936), antes de

se tornar Presidente da República (1936-1939). Com a vitória dos franquistas, exilou-se em França, onde faleceu.

2 Konrad Adenauer, que nasceu a 5 de janeiro de 1876 e morreu a 19 de abril de 1967, foi o chanceler alemão dos anos de reconstrução do pós-guerra. Chefiou o país entre 1949 e 1963, muitos anos depois de, ainda na República de Weimar, ter sido burgomestre (presidente da Câmara) de Colónia. Católico, foi o responsável pela fundação e crescimento da CDU (partido democrata-cristão).

3 Nascido a 22 de novembro de 1890 e falecido a 9 de novembro de 1970, Charles De Gaulle começou por fazer carreira no Exército. Rompendo de vez com o governo de Vichy, chefiou no exterior a resistência durante a Segunda Guerra Mundial. Terminado o conflito, foi primeiro-ministro provisório mas, por divergências políticas, afastou-se logo em 1946. Acabaria por fundar a V República, sendo Presidente de 1959 a 1969.

4 Intelectual e romancista, André Malraux foi o primeiro ministro dos Assuntos Culturais, na História de França, sob a presidência de De Gaulle. Nasceu a 3 de novembro de 1901 e morreu a 23 de novembro de 1976. Ganhou o Prémio Goncourt e a Medalha da Resistência. Entre as suas obras, destacam-se *A Condição Humana* e *A Tentação do Ocidente*.

5 Os «Sete Magníficos» referidos nada têm que ver com o *western* de John Sturges. A expressão foi utilizada por jornalistas para designar os sete responsáveis por sete organizações distintas sob a égide da Aliança Popular, em 1976. A saber: Manuel Fraga Iribarne, Cruz Martínez Esteruelas, Federico Silva Muñoz, Laureano López Rodó, Enrique Thomas de Carranza, Gonzalo Fernández de la Mora e Licinio de la Fuente. Legalizada a 9 de outubro, a Aliança daria origem ao atual Partido Popular, em 1989. Curiosidade: todos os sete eram ex-ministros de Franco, falecido um ano antes.

UM RESG
O DA

Resolver os problemas econ
dinheiro.

cine

UMA SAÍDA CONTROLADA DA CRISE

Esta crise é uma oportunidade extraordinária para resolver tudo o que temos feito mal e para um novo processo que conduza à criação de um novo sistema económico internacional.

Luiz Inácio «Lula» da Silva (1945),
político brasileiro

A tualmente, estamos a responder apenas aos efeitos da crise, mas sem atacar as causas, o que impede que o modelo que está a reger o mundo, tanto política como económica e socialmente, avance.

Já referi que a globalização cria mais riqueza do que aquela que destrói, mas, em todo o caso, gera maior desigualdade na repartição do rendimento. Na atual situação de crise, um bom número de países, a que chamamos emergentes, cresceram; outros, desenvolvidos, contraíram a sua economia. Vejamos os casos do Brasil e de Espanha.

No Brasil, aumentou a riqueza, inclusive no período da grande crise financeira global, e saíram da pobreza e da marginalidade dezenas de milhões de pessoas. Ainda assim, as fortes mobilizações sociais estão a denunciar a desigualdade na repartição do excedente que se criou, reivindicando mais atenção à saúde, mais educação e melhores prioridades na despesa do Estado. Os marginalizados que entraram no sistema, adquirindo consciência de cidadãos, denunciam a desigualdade.

Em Espanha, depois dos anos de «bonança», a crise revelou uma enorme desigualdade na repartição dos sacrifícios. Conseguem imaginar que a diferença de quatro mil milhões de euros – menos de meio

ponto no PIB – tenha gerado uma catástrofe tão grande no emprego, na saúde, na educação ou no sistema de pensões? Muita gente perdeu quase tudo, um número bastante menor está mais ou menos igual, e alguns beneficiaram com a crise.

O grande erro do Ocidente é ter permitido a subordinação da economia à finança, de tal maneira que se abandonou a economia orientada para o ser humano, a economia real, a economia produtiva, para dar uma importância desmedida à economia financeira. Além disso, esta supremacia do financeiro continua sem resolver uma das suas próprias obrigações. Existem muitas atividades económicas viáveis que estão profundamente alteradas, ou até arruinadas, pelo efeito de distorção da economia financeira. Isto acelera a crise da governação pelos efeitos económicos, pelos efeitos no emprego e pelas consequências sociais da crise.

Mas, quando se diz que ninguém apresenta alternativas, é verdade. A rua tampouco, porque não as pode oferecer. A alternativa da rua é de mera resistência e concentra-se em movimentos que respondem a múltiplos objetivos. Em Espanha, vimos marés «verdes», «brancas», etc., definindo objetivos defensivos contra os cortes e/ou as privatizações, contra os despejos, contra a marginalização dos incapacitados. Como cada um tem o seu objetivo único, a soma de todos não oferece um quadro de governação, resulta numa denúncia polifónica dos efeitos de uma crise profunda que separou a economia real da economia financeira, que segue por sua conta.

Nos capítulos anteriores, mencionei repetidamente a necessidade de mudar o modelo, que se trata de uma crise sistémica sem alternativa de sistema, mas o que ainda não está claro é em que poderia consistir esse novo modelo, e é por aí que quero avançar agora.

AS GRANDES LINHAS
 Se uma crise – real ou aparente –
 uma crise tem lugar, as ações
 no ambiente.

A caminho do sexto an
 famosa «década perdida»
 Friedman, paradoxalme
 ele não chegou a viver,
 partir da década de 198
 no ambiente ainda são
 protagonistas do desas

Por esta altura, tenc
 como disse, na implos
 submetido às ordens
 qualquer relação com
 imensa bolha especulati
 mundial, especialmente
 eram e continuam a se

Até agora, só se en
 da implosão financeira
 mente não existia, qua
 a falta de liquidez que
 nómico suscetível de
 crise, tinha 37 por cen
 rávit orçamental de de
 um défice de mais de
 pública, a Espanha
 suas contas

AS GRANDES LINHAS DE UM NOVO MODELO

Só uma crise – real ou apercebida – dá lugar a uma verdadeira mudança. Quando uma crise tem lugar, as ações que se levam a cabo dependem das ideias que flutuam no ambiente.

Milton Friedman (1912-2006),
economista norte-americano

A caminho do sexto ano da crise, a perspetiva leva-nos a pensar na famosa «década perdida» da América Latina, a de 1980. A citação de Friedman, paradoxalmente, leva-nos a considerar que esta crise, que ele não chegou a viver, foi consequência do triunfo do seu modelo a partir da década de 1980. Mas as ideias que ele defendeu que flutuam no ambiente ainda são confusas e contraditórias, e por isso vemos os protagonistas do desastre na sala de comando.

Por esta altura, tendemos a esquecer que a origem de tudo esteve, como disse, na implosão de um sistema financeiro não regulado e submetido às ordens de uma sofisticada engenharia financeira sem qualquer relação com a economia produtiva. O rebentamento dessa imensa bolha especulativa arrastou a economia real para uma recessão mundial, especialmente grave nos países centrais, como epicentro que eram e continuam a ser deste disparatado sistema.

Até agora, só se enfrentou a situação da dívida soberana resultante da implosão financeira como uma questão de solvência, que inicialmente não existia, quando o mais grave era então, e ainda o é agora, a falta de liquidez que gerou, imprescindível para o crescimento económico suscetível de criar emprego. Quando a Espanha entrou em crise, tinha 37 por cento de dívida sobre o produto bruto e um superávit orçamental de dois por cento. A Alemanha tinha 87 por cento e um défice de mais de três pontos. Com esses 37 por cento de dívida pública, a Espanha não tinha um problema de solvência derivado das suas contas públicas, ainda que famílias e empresas tivessem chegado

a um nível excessivo de endividamento. Agora, depois das medidas de resgate e da contração causada pelas políticas de austeridade, começa a ter um problema de risco porque a dívida pública avança até aos cem por cento e a dívida privada não diminui.

A austeridade como receita única é um erro de estratégia – em particular na zona euro – que está a contrair dramaticamente a economia e a agravar a crise da dívida, ao mesmo tempo que nos faz esquecer a causa original e, assim sendo, evita que atuemos sobre ela. Além do mais, este enfoque errado está a pôr em causa e a provocar a fratura da coesão social que definiu a época da reconstrução e desenvolvimento europeus após a Segunda Guerra Mundial. Na realidade, tudo é um grande paradoxo: o triunfante modelo do neoconservadorismo desregulador, iniciado nos passados anos 80, dominou o cenário da globalização até ao estouro de 2008 e, como resposta, a mesma corrente ideológica, hoje majoritária na Europa, esquece-se das causas da crise e centra a estratégia nas consequências, confundindo a doença com os sintomas. Entretanto, as forças representativas do centro-esquerda progressista sentem-se encurraladas, na defensiva, na União Europeia, e acoçadas pela pressão da direita mais extremista nos Estados Unidos.

Partilho com os liberais a ideia de que a política deve facilitar as condições adequadas para o crescimento. Pelo contrário, não comungo com eles a conceção de que tudo o resto – a repartição do excedente que se crie – virá por si só, por simples acumulação. É uma visão fundamentalista do capitalismo liberal, que entrega tudo ao mercado. Mas tal não aconteceu nunca, nem acontecerá. Por isso, defendo a via da economia social de mercado, não só pelo imperativo moral da equidade ou pelo impulso solidário que está na base da social-democracia, mas também porque é economicamente mais eficiente do que o modelo em que estamos a viver.

A sociedade não aguentará permanentemente um desenvolvimento que suponha um incremento das distâncias e dos desequilíbrios sociais. Se alguém persiste, de forma egoísta, neste tipo de crescimento

sem redistribuição, porá em cheque o modelo – o seu próprio modelo – e abrirá a porta a um qualquer demagogo populista ou a um salvador da pátria disposto a demoli-lo pela via rápida.

Na realidade, como já apontei no final do capítulo anterior, há dois enfoques dominantes que aceitam que o mercado atribui melhor os recursos do que uma economia excessivamente intervencionada. Para o modelo neoconservador, o que há a fazer é deixar que o mercado funcione livremente, sem regras, que acumule a riqueza suficiente para que essa acumulação chegue, a transbordar, aos cidadãos. Neste desenho, os problemas da pobreza, da marginalidade ou da equidade são olhados apenas como problemas morais – que também são –, enquanto o do crescimento é de eficiência económica. Portanto, contrapõem duas ideias: de um lado, está a eficiência – ou seja, políticas económicas capazes de fazer crescer a economia –, e, do outro, um problema moral relativo à equidade: como conseguir que essa riqueza não atire as pessoas para a sarjeta? A própria esquerda, frequentemente, formula a questão nestes termos. Mas a falha está em que o modelo é errado de base.

O modelo mais eficiente é o que cresce e, ao mesmo tempo, redistribui o excedente ou o rendimento. Obviamente, quem tiver moral, acrescentará esta ideia à política redistributiva, enquanto aquele que a não tem devia fazer o mesmo por razões de eficiência. Não podemos confiar que todos – nem sequer a maioria – sejam caridosos, mas sim que todos procurem retirar benefícios do crescimento. Na situação que sofremos em Espanha, o desemprego não é apenas um clamoroso drama social, mas também um imenso fracasso económico.

Os erros na forma de encarar a crise estão a fazer crescer o nacionalismo antieuropeísta, esse vírus destruidor da Europa e tão disseminado ao longo do século xx. De novo surge o mesmo paradoxo: o erro nas propostas da governação económica europeia – que é imprescindível para o funcionamento da União Monetária – incentiva e acelera as pulsões nacionalistas em todos os cantos do continente. Uma mistura explosiva que introduz mais confusão no cidadão, que

vê os seus governos resignados diante da hegemonia dos mercados e inertes diante dos sucessivos embates com as particularidades nacionalistas.

Nestas circunstâncias, precisamos mais do que nunca de uma proposta europeísta liderada pela social-democracia que, a partir de um pensamento renovado, seja capaz de compreender as implicações da mudança que vivemos a nível global. Não um projeto meramente defensor do que conseguimos até agora e hoje está em perigo, daquilo que deu forma a esse modelo a que o brasileiro Lula, da periferia, definiu como «património democrático da humanidade», mas que também pouco caia na mera denúncia sem alternativa do pensamento neoconservador que nos conduziu à crise.

A Europa, no quadro da globalização, não tem outro caminho que não seja mais Europa, mais soberania partilhada para se avançar na governação económica da União e na sua projeção para o exterior. Este impulso deveria excluir da nossa agenda as tentações nacionalistas e protecionistas, que perseguem dividendos políticos a curto prazo. Mas este impulso para uma maior integração europeia não pode formular-se a partir de uma estratégia equivocada como aquela que domina a realidade atual, provocando o desespero das pessoas diante da contração da economia, o descontrolado aumento do desemprego e a liquidação das redes de coesão social e de solidariedade. Não se pode continuar a pedir sacrifícios, oferecendo em troca esperanças incertas em que ninguém acredita.

Esta é, assim, a oportunidade para uma opção renovada, com uma dupla visão, social-democrata e europeísta. Precisamos de equilibrar as nossas contas públicas, controlar os défices excessivos da dívida crescente. Mas não necessitamos de uma terapia brutal que esqueça a necessidade de crescer, criar emprego e recuperar a solvência. Os únicos países que podem pagar as suas dívidas são os que crescem e criam riqueza. Precisamos de liquidez para que o crédito chegue à economia produtiva e haja crescimento e emprego. Podemos e devemos ativar o Banco e o Fundo Europeu de Investimento e desafiar os

que queiram participar com os seus excedentes de poupança – como a China ou outros países emergentes, ou ainda fundos de particulares – num grande fundo de investimento nas infraestruturas pendentes: energéticas, de redes, de autoestradas do mar... que deem um impulso à modernização e ao crescimento gerador de emprego na Europa.

Mas é preciso insistir na ideia de que não devemos continuar a esquivar-nos da origem da crise. A habilidade neoconservadora – tal como a dos agentes financeiros e a das agências de *rating* – consiste em fazer-nos esquecer as correções de fundo de que necessita o modelo de economia financeira desregulada que nos trouxe até esta catástrofe. Os governos estão obsessivamente condicionados pelos prémios de risco e pelas classificações das agências – sem legitimidade alguma, nem de origem nem de exercício –, atordoados por uma espécie de luta pela sobrevivência quotidiana, que os distrai das causas de fundo que provocaram a situação atual. E, como já vimos, nem sequer se consegue o consenso mínimo para impor uma taxa às transações financeiras.

Além do mais, a esquerda tem de propor – sem medo nem complexos – as reformas estruturais que são necessárias para se avançar até uma economia altamente competitiva, que premeie a produtividade por hora de trabalho, a excelência do produto final, a inovação, o talento e o espírito empreendedor. Um modelo sustentável, tanto do ponto de vista económico como na perspetiva ambiental, que seja válido para competir numa economia globalizada que, hoje por hoje, nos está a marginalizar. Só assim poderemos acrescentar o valor suficiente para defender – de forma agressiva – a coesão social que nos identifica, sustentando e melhorando o sistema de saúde pública, uma educação e uma formação profissional de qualidade, que nos permitam chegar a todos, igualar oportunidades e competir com vantagem.

Se queremos que haja uma alternativa maioritária de esquerda, que inclua o centro do espetro sociopolítico, os jovens e os mais velhos, temos que utilizar os nossos valores e aplicá-los à nova realidade. Nós, os socialistas espanhóis, fizemo-lo nos anos 80, antes que outros

falassem em «terceiras vias» para a social-democracia. A sociedade entendeu-nos e apoiou-nos. Uma vez mais, tenho que recordar que a esquerda não pode cometer o erro de confundir os instrumentos com os fins, nem a ideologia com a roupagem vazia de ideias com que alguns se cobrem. Em cada época histórica é preciso saber renovar as ideias e os instrumentos para sermos fieis aos valores de solidariedade e liberdade que nos movem.

Se me perguntassem qual é, em última instância, a saída de fundo para a crise – não tanto a da governação europeia, mas sim a crise que começou por ser financeira, depois passou a ser económico-social e agora é política –, eu responderia que o futuro, para um país como o nosso, depende de como aproveitarmos o capital humano e a criatividade que temos. Portanto, em Espanha, o primeiro que haveria a fazer seria tratar de solucionar a tragédia de termos 57 por cento de jovens sem emprego, numa sociedade em que aumenta a esperança de vida e que, dessa forma, precisa desse capital humano. A médio e a longo prazo não há outra saída da crise que não seja esta, ainda que seja necessário prestar de imediato atenção à crise do sistema financeiro, diagnosticar e sanear a crise global que produziu esta implosão – mas que não vinha da economia –, deter e inverter a destruição massiva de emprego, regularizar e racionalizar o resgate dos bancos, vigiar o crescimento da dívida...

Torna-se-me difícil evitar, ainda que corra o risco de ser mal compreendido, uma reflexão que se prende com a nossa demografia, semelhante à de quase toda a Europa. Com o desemprego dos jovens coabita um crescimento da esperança de vida dos mais velhos. Menos jovens, e com emprego escasso, são chamados a sustentar uma pirâmide que se vai invertendo e criando sérias dúvidas sobre a sustentabilidade do sistema de pensões. Se a isto juntarmos a necessidade de aumentar a nossa capacidade para competir na economia global, encontramos-nos numa situação complexa e, frequentemente, contraditória. Se optássemos por abrir espaços aos jovens sem emprego, com reformas antecipadas, por exemplo, o peso da pirâmide seria maior em cima.

Se optássemos por
 manter esta demografia,
 do trabalho diminuiriam. Portanto
 produtividade para os jovens. Como
 por produtividade, haveria que redes
 reforma, tornamos com maior
 conta o incremento de maior su
 o sistema atual, estaremos a
 aproveitar o seu capital hum
 sistema que cria injustiça par
 Desde a Grande Depres
 nhuma situação tão complic
 se é mais complexa do que
 quando não havia dinheiro
 provada, Einstein defendeu
 a investigação básica, estim
 nheiro e que, às vezes, até r
 conhecimento, a variável e
 bre de recursos naturais, c
 qualquer outro, inclusivam
 – é o fator humano. O gra
 Mas, para que esse capital
 envolva plenamente, é p
 um bom estímulo à criat
 Ora bem, a tragédia atua
 que mais destruimos, de
 está a ser selvagem – su
 outro tipo de cortes. Em
 ca variável estratégica d
 Apesar da tentação
 nunca antes dispu

Se optássemos por subir a idade da reforma para tornar mais sustentável esta demografia, as oportunidades dos jovens recuperarem emprego diminuiriam. Portanto, a única resposta está na distribuição do trabalho disponível, com mais vida ativa para os mais velhos e mais trabalho para os jovens. Como precisamos de manter, insisto, a competitividade, haveria que redesenhar o sistema retributivo por horas e por produtividade, com maior flexibilidade. Ou seja, se apressamos a reforma, tornamos menos sustentável o sistema, levando em linha de conta o incremento da esperança de vida. Se a retardamos, mantendo o sistema atual, estaremos a tirar oportunidades aos jovens e a desaproveitar o seu capital humano. Só nos resta repensar a fundo este sistema que cria injustiça para ambos os extremos da pirâmide.

Desde a Grande Depressão, na década de 1930, não vivemos nenhuma situação tão complicada. Eu acredito, inclusive, que a atual crise é mais complexa do que a de então. A meio da Grande Depressão, quando não havia dinheiro para nada, quando a ruína era pública e provada, Einstein defendeu: «Bom, se não temos dinheiro sequer para a investigação básica, estimulemos a criatividade, que custa menos dinheiro e que, às vezes, até nem custa nada». Na chamada sociedade do conhecimento, a variável estratégica – em particular para um país pobre de recursos naturais, como o nosso, mas de uma forma geral para qualquer outro, inclusivamente com tantos recursos como a Colômbia – é o fator humano. O grande capital de uma sociedade é a sua gente. Mas, para que esse capital, no sentido mais nobre da expressão, se desenvolva plenamente, é preciso que tenha um bom nível de formação, um bom estímulo à criatividade, à inovação, e em que estar ocupado. Ora bem, a tragédia atual é que aquilo que menos aproveitamos e o que mais destruimos, de tudo, é o capital humano, cuja poda – que está a ser selvagem – suscita, em geral, menos contestação social que outro tipo de cortes. Em suma, estamos a descapitalizar o país da única variável estratégica de que dispomos.

Apesar da tentação do pessimismo, há que voltar a insistir nisto: nunca antes dispusemos de mais instrumentos tecnológicos para dar

resposta aos problemas reais dos seres humanos. Podemos compreender o desafio e dispomos dos instrumentos, mas o que falta é a vontade. O pessimismo é o que afeta a vontade. O otimismo pode ser inteligente. Ao contrário da visão de Gramsci sobre a revolução comunista. Precisamos de uma força mobilizadora: ou seja, necessitamos de uma verdadeira liderança em ação.

MENOS THINK THANK E MAIS ACTION TANK

Todos os homens de ação também foram e são sonhadores.

James E. Hunecker (1857-1921),
autor de libretos e compositor norte-americano

Neste mundo ocidental em decadência, há provavelmente um excesso de *think tank* e um déficit de *action tank*, demasiados estudos – que tendem a servir quem os paga – e pouca ação. Assim, provavelmente, fará um certo sentido pedir ajuda às musas do teatro e dizer algo que agite as consciências; tocar um tambor para ver quem ouve, ainda que, é preciso reconhecê-lo, às vezes o esforço possa conduzir à melancolia.

Pergunto-me com frequência se não estamos a perder tempo, porque a sociedade está dramaticamente necessitada de colocar perguntas inteligentes para saber o que se passa, e não apenas de reagir às consequências. O *think tank*, por si só, dentro do sistema, não está a produzir resultados. Por isso falo de *action tank*, porque pensar de dentro do sistema sem a capacidade para romper as barreiras que este colocou a si mesmo é quase burocratizar o pensamento; é como se tratássemos de encontrar a resposta a um problema sistémico dentro de um sistema fechado, com regras que se pretendem inamovíveis... como tentar arranjar um fato rasgado por dentro sem o despir.

É o que ocorre nas instituições da União Europeia. Passam os anos, começa a reconhecer-se que se está a fracassar, mas todos mantêm o discurso como se tal fracasso não existisse. Não é por lhes faltarem esforços de pensamento para justificar o que fazem. O que lhes falta é coragem para reconhecer que se enganaram nisto ou naquilo, e que é preciso corrigi-lo. Por isso continua a soar, monótono e repetitivo, o mesmo mantra de sempre.

O que estamos a fazer não funciona. Portanto, é preciso saltar fora e retificar a fundo. Por exemplo, mantenhamos um certo nível de austeridade para tornar sustentável o sistema, recuperando a médio prazo o equilíbrio das contas públicas, mas vamos estimular a economia melhorando sobretudo a capacidade de utilização do capital humano. Para fazer algo diferente e que seja credível, é necessário reconhecer os erros e isso não está no mandato genético do pensamento burocrático dominante. Não conseguimos imaginar os líderes da União Europeia a dizerem que os resgates à Grécia ou a Portugal pioraram a situação nesses países, que tornaram mais difícil a saída. O mesmo podemos dizer do resgate de «baixo custo» aplicado a Espanha: insiste-se em mais do mesmo; afirma-se que está a dar resultado mas que há que esperar e «aprofundar» as reformas. Como os galgos que correm atrás da lebre mecânica, os nossos governantes nunca a alcançam e, a cada dia que passa, vão ficando mais esgotados.

Nas sociedades desenvolvidas, temos um problema de liderança e, como assinaléi antes, começa a sentir-se um certo fascínio pelo mandarinato chinês. Ouvimos dizer: «Se os chineses podem tomar decisões a médio e a longo prazo, se podem planear a construção de cidades com dez, 12 ou 20 milhões de habitantes, ou de centrais nucleares, como é possível que não se possam tomar decisões de médio e longo prazo na Califórnia para resolver os problemas energéticos ou os da dívida pública, sendo o Estado mais rico do mundo em termos de produto *per capita* e o mais avançado do ponto de vista tecnológico?». Ou «porque é que a Europa não é capaz de se pôr de acordo para tornar coerente a sua política monetária com a sua política económica,

fiscal ou bancária?». A verdade é mesmo esta. Podem discuti-lo nos fóruns que quiserem e com quem quiserem que, no fim, não haverá nenhum avanço sério.

Há uma grave crise de liderança nas sociedades democráticas desenvolvidas. Mas, paradoxalmente, esta crise de liderança não advém da falta de líderes. O problema não é apenas esse.

Houve uma enorme evolução – além do mais, muito interessante – que se manifesta nos fatores que já antes comentei: crise do Estado-nação, na sua dimensão dupla, internacional e supranacional; desafios globais que se enfrentam a partir dos âmbitos locais, e também crise na redistribuição do poder, que não acontece apenas entre os responsáveis políticos das democracias representativas, mas também no que toca a novos agentes na sociedade, como ocorre com o insólito poder das agências de *rating* ou dos agentes financeiros. Por isso ouvimos constantemente os responsáveis eleitos dos governos democráticos falarem aos cidadãos das «exigências dos mercados» como razão fundamental para o incumprimento dos seus programas eleitorais ou para as medidas de corte na coesão social.

Dá-se o caso de estarmos agora a começar a discutir um futuro que já passou. Acredito que, justamente quando estamos a começar a vislumbrar a possibilidade de o mundo estar a mudar, temos que reconhecer que o mundo já mudou, e de forma irreversível. Portanto, não ficaria mal que houvesse uma qualquer proposta, ainda que não a vejamos no horizonte atual.

A situação implica uma evidente crise de liderança numa parte do mundo, enquanto na outra se erguem as tentações daquilo a que Fernando Henrique Cardoso chamou «utopias regressivas». Algumas das mais notáveis e mais sonoras são facilmente identificáveis por todos, como o chavismo venezuelano: alternativas de sistema carregadas de retórica, irreais, que são já autênticos fracassos históricos. Não são utopias, ainda que sejam regressivas. Recordemos, como sabiamente avisava o escritor Albert Camus¹: «A tirania totalitária não se edifica sobre as virtudes dos totalitários, mas sim sobre os defeitos dos

democratas». Esta regra é suscetível de aplicação tanto às utopias regressivas como às democracias populistas.

Mas também se cai noutra tentação, tanto ou mais perigosa, que é dizer constante e irritantemente que o que deve fazer-se na gestão desta crise é recuperar a senda da prosperidade perdida: voltar ao caminho de que nos desviámos. Tantas vezes se diga isto, tantas será preciso vincar que foi precisamente esse caminho que nos conduziu à crise.

Portanto, estamos – di-lo-ei uma vez mais – diante de uma crise sistémica numa economia globalizada que não vai deixar de o ser, ainda que haja reações mais ou menos protecionistas de pendor nacionalista. Mas, se não há alternativas de sistema, e eu diria que felizmente não existem, temos por diante uma tarefa de certo modo keynesiana, não já pela sua orientação estrita, mas sim pela necessidade de reformar a fundo o sistema para o salvar de si próprio. E é aí que faltam a liderança e as ideias em ação. Enfrentamos desafios que são dramáticos pela sua magnitude, mas realmente apaixonantes pelo que pode fazer-se.

Estamos num mundo que já mudou uma parte substancial dos seus parâmetros históricos, mas que continua em mudança. Por isso, além de recorrer mais a *action tank*, deveríamos confrontar as ideias com essa parte do planeta que é emergente ou reemergente, falando a partir da nossa ótica civilizadora e conceptual – já submergente –, e prestando atenção a como apreendem eles a realidade. Não é tão importante a nossa apreensão, nem como cremos que eles a apreendem, mas sim como o fazem realmente. Não seria mau analisar a posição deles quanto à Organização Mundial do Comércio, às Nações Unidas, ao Fundo Monetário Internacional e a outros tantos organismos internacionais, porque esta revela os seus interesses, mas também as suas idiossincrasias culturais que, todavia, não somos capazes de entender e continuamos a interpretar mal. Não nos libertamos da nossa visão do mundo, a girar em torno da nossa – já perdida – posição central.

É um hábito muito europeu e muito ocidental. Só concebemos o Islão e a sua evolução a partir dos estudos – alguns magníficos,

adiante-se – que fizeram autores ocidentais, sobretudo britânicos, mas nunca nos ocorre ver se há algum entre eles que fale dessa evolução e das contradições em que vivem. O mesmo acontece com a nossa visão da China, da Índia ou do continente asiático no seu todo. Continuamos a olhar o mundo por uma perspectiva ocidental, mesmo reconhecendo que este mudou e que a Europa está atrasada na resposta à crise e nas reformas estruturais projetadas, que – insisto nisso – têm que fazer-se de uma maneira ou doutra. E quanto mais se demora a fazê-las, mais oportunidades se perderão.

Precisamos de diálogo, no sentido mais rigoroso do termo. Diálogo que nos permita compreender a lógica dos outros e dar-lhe valor, para podermos expressar a nossa sem arrogância. E, na medida do possível, necessitamos de partilhar resultados, fazer intercâmbio das percepções da nova realidade para enriquecer as respostas.

Acredito que a inteligência nos permite perceber com clareza os desafios que temos por diante, mas, como disse antes, não há vontade nem liderança partilhada para fazer o que é imperioso fazer nas reformas que são inevitáveis. Fugimos à questão através de discursos mais populistas, de uma e outra tendência, que não nos estão a permitir avançar. Estamos a esquecer que, aquele que não aplica o remédio, está, na realidade, a agravar o seu problema, enquanto, muitas vezes, aquele que tropeça e não cai acaba por avançar no seu caminho, como recordava nos anos 30 do século passado Fernando de Los Rios, citando os trabalhadores da sua terra, diante da pergunta sobre o voto feminino, que levantava dúvidas sobre os resultados das eleições seguintes.

A única coisa que fica clara é que esta crise tem solução. Poderia acontecer que nos permitisse avançar no sentido de uma maior coordenação e harmonização da política económica europeia. De facto, lenta e timidamente, isso já está a acontecer. Costuma dizer-se que a Europa sempre se moveu a golpes de crise. Não é garantido, mas, apesar de tudo, a Europa avançou na governação económica mais do que se julgava antes da crise. Enfim, não sei se haverá que aguardar outra

vergastada para avançarmos para uma União Económica e Monetária eficiente. Em todo o caso, começam a ser dados alguns passos e acredito que os responsáveis europeus estão conscientes desta realidade. Não obstante, sou mais pessimista no que toca à possibilidade de repartir soberanias para avançar seriamente no modelo de governação de que necessitamos.

As reformas estruturais de que precisamos na União Europeia exigem-nos a partilha da soberania, não a cedência da própria a outros poderes nacionais, mas sim articular o processo das tomadas de decisão em órgãos que a todos nos representem. Para isso, hão de superar-se os impulsos nacionalistas desagregadores que estão a ganhar força e também argumentos que tratam de nos eximir da nossa responsabilidade. Não pode haver transferências de soberania sem se cuidar da legitimidade democrática. Ninguém deve tomar decisões que afetem as nossas vidas, se não nos representa.

Por isso, surpreende ouvir os líderes responsabilizar «Bruxelas» por decisões que devem por eles ser tomadas ou que foram por eles partilhadas nas instituições comuns. Quando o próprio país expressa uma queixa pela imposição e quando ali, nos fóruns correspondentes, não se exprimiu qualquer recusa e se partilhou a decisão, perde-se legitimidade. Quando se pertence ao quadro de professores, não se pode aduzir que um mestre nos tomou de ponta e, por isso, suspendeu-nos dos exames e impôs-nos deveres. Era preciso ter protestado na própria reunião de professores! Nesta matéria, o caso de Chipre é paradigmático. O governo espanhol, como outros, criticou o erro cometido com Chipre, mas a resolução que conduziu a esse dramático erro foi assumida por unanimidade no Conselho de Assuntos Económicos do Eurogrupo. Fazendo essa correção, estaremos a avançar para a coordenação das políticas económicas.

Precisamos de avançar para um grau maior de união política, ainda que seja óbvio que, enquanto a União Europeia gerir apenas um por cento do produto interno bruto conjunto, é difícil que assuma alguma ambição no momento de traçar as suas políticas interna, externa e de

segurança. Olhemos apenas para um elemento de comparação para saber se é ou não relevante o poder europeu no mundo. Falo numericamente, e não pretendo que se estabeleça uma comparação linear. Diante do um por cento de que dispõe a União Europeia para atuar, os Estados Unidos, neste momento, devem ter federalizado aproximadamente 24 por cento do produto bruto. Então, a margem de atuação do governo federal dos Estados Unidos é radicalmente diferente em relevância para os seus cidadãos e para o mundo face à da União Europeia.

Estou convencido de que, na Europa, vamos avançar inevitavelmente a golpes de crise. Oxalá seja esta a vez em que se deem os passos decisivos e não fiquemos à espera da situação seguinte, de ainda maior dificuldade. Mas que fique claro: é evidente que vamos sair da crise. O pior cenário que contemplo é o que poderíamos qualificar, salvaguardadas as distâncias, de «à japonesa». Isso sim, preocupa-me, porque o Japão não é um país menor, ainda que agora ninguém olhe, erradamente, para ele, pese a sua enorme quantidade de poupanças. O Japão já passou três décadas sem sair da crise. Baixa, sobe, baixa, sobe... A Europa está ameaçada por esse mesmo risco de entrar numa montanha russa justamente quando acaba de sair de um enjoativo casino financeiro. Agora, o Japão decidiu tomar medidas cambiais e injetar liquidez no sistema, o que está a fazer com que a economia japonesa reaja. E se a União Europeia fizesse o mesmo e, em vez de desvalorizar através dos salários e do emprego, desvalorizasse a moeda?

Apelou-se à política para que salvasse o sistema financeiro da crise que este tinha provocado. No entanto, não se torna muito difícil prognosticar que, de novo, se tentará adiar o momento de o reformar e de evitar que caia nos mesmos erros que já cometeu. Isso é o que está a acontecer e essa é a minha principal preocupação. Líderes políticos, encurralados pela dúvida e pelo risco, que têm que concentrar os seus esforços nos efeitos da crise que provocou a implosão do sistema financeiro, e que são incapazes de fazer as reformas que evitem que tudo se repita.

Mas toda a
uma oportunidade.
A CRISE VISTA COMO OPORTUNIDADE
A excelência de um líder mede-se
em oportunidades.
escrit

Para a nossa cultura, herde
tura, o ponto de inflexã
exemplo, uma doença ou u
Academia, a palavra «crise»
dança brusca no curso de
«situação difícil e complic
um elemento de gravidad
dos acontecimentos. Já e
dois ideogramas, os que
tunidade». De tal modo
nidade que estão contida
que qualquer crise abre
de forma positiva, perce
das práticas históricas ac
desde Confúcio.

No momento histó
se de dimensão semelh
Renascimento ou da se
dustrial. Não creio que
seja semelhante

Mas toda a crise, por definição e quase por etimologia, encerra uma oportunidade. Há que aproveitá-la.

A CRISE VISTA COMO OPORTUNIDADE

A excelência de um líder mede-se pela sua capacidade de transformar os problemas em oportunidades.

Peter Drucker (1909-2005),
escritor e consultor de empresas austro-americano

Para a nossa cultura, herdeira da Grécia e de Roma, «crise» significa rutura, o ponto de inflexão de um qualquer processo, seja ele, por exemplo, uma doença ou uma falha do sistema. No dicionário da Real Academia, a palavra «crise» tem diversos significados, desde a de «mudança brusca no curso de uma doença», para melhor ou para pior, até «situação difícil e complicada». Em todos os casos, o conceito implica um elemento de gravidade que altera inevitavelmente o curso normal dos acontecimentos. Já em mandarim, a palavra é representada por dois ideogramas, os que expressam as ideias de «perigo» e de «oportunidade». De tal modo que aglutina as ideias de risco e de oportunidade que estão contidas em todas as crises. Os chineses entendem que qualquer crise abre novos espaços que podem ser aproveitados de forma positiva, perceção que é coerente com a sua fenomenologia das práticas históricas adquiridas, fundamento da sua filosofia de vida desde Confúcio.

No momento histórico atual, como já disse, vivemos uma crise de dimensão semelhante à da passagem da Idade Média para o Renascimento ou da sociedade rural e artesanal para a sociedade industrial. Não creio que a diferença esteja no seu alcance histórico – que será semelhante ou maior –, mas sim no ritmo dos acontecimentos.

Estamos a deixar para trás a sociedade industrial clássica, que nos acompanhou nos últimos dois séculos, e já entrámos vertiginosamente – quase em aluvião – naquela que, de momento, se costuma chamar «sociedade do conhecimento» ou «sociedade da informação». O problema é como nos situamos nessa nova rede de configuração do mundo e como aproveitamos as imensas oportunidades, minimizando os riscos, que não são menores e estão implícitos em todas as mudanças de civilização. Esse é o desafio.

Tudo e todos estão em crise: está em crise o Estado-nação, como cenário de realização da política, da soberania, da democracia – quando ela existe – e da identidade nacional, está em crise o mundo das empresas, rodeado de muitas possibilidades, mas em processo de adaptação aos novos fenómenos; está em crise a capacidade de resposta de toda a sociedade a uma mudança que, se dispõe de alguma característica, é o ser vertiginosa. Pensemos que a energia elétrica, de que dispomos agora como algo universal, com poucas exceções, demorou um século e meio a estender-se pelo mundo; pelo contrário, a Internet vai consegui-lo numa só geração. E a realidade que é imposta pela sua utilização é totalmente nova: pela primeira vez na História, os filhos ensinam os pais e os avós, e não o inverso. Isto supõe uma mudança tão radical que, se não estivermos atentos, se não compreendermos a sua magnitude, levar-nos-á a muitos problemas de adaptação.

A característica da mudança que gerou o fenómeno da globalização é a revolução tecnológica, cujo motor foi a circulação universal e quase instantânea da informação. O salto qualitativo e quantitativo na perspectiva tecnológica – biotecnologia, nanotecnologia, TIC, etc. –, que ainda continua, foi a substância na qual amadureceu a mudança de civilização.

Desde o desaparecimento da política de blocos, o mundo foi deslocando o seu centro de poder desde o Ocidente hegemónico – os «países centrais» – até ao Oriente emergente que, juntamente com algumas áreas da América Latina e outras em vias de rápido desenvolvimento, está a inclinar a seu favor essa balança de poder. Simultaneamente,

o desassossego
 eficiente, do bem-
 e solidária, competitiva e h
 Nesse contexto, a per
 reagir a todos os níveis d
 nacional e local. É estúp
 do âmbito de um só pa
 haja uma contradição no
 materializa a democracia
 obrigados a fazer as re
 nos integramos na nov
 isto, esta crise vai perdu
 cortes. Mas sair, vamos
 articular uma resposta d

RESPOSTA CONTROLAD

As grandes crises produzem

A minha sensação é a c
 gência, que só pode na
 crise global que não a
 Temos que atuar entr
 estruturais de médio e
 Europeia – todos os p
 peito do que estav

o desassossego aumenta nas sociedades desenvolvidas, acostumadas ao Estado do bem-estar, à segurança que derivava de uma economia eficiente, competitiva e hegemónica durante a era industrial, e em particular durante o último meio século, com uma componente de coesão e solidariedade social muito alta.

Nesse contexto, a pergunta é como corrigir a situação. É preciso reagir a todos os níveis da governação: global, supranacional-regional, nacional e local. É estúpida a visão dos que pretendem que, a partir do âmbito de um só país, se pode assumir este processo, ainda que haja uma contradição no facto de esse ser o único âmbito em que se materializa a democracia representativa, e é nesse âmbito que estamos obrigados a fazer as reformas estruturais de que necessitamos para nos integrarmos na nova realidade económica global. Se não se fizer isto, esta crise vai perdurar e criará um sem-fim de sofrimentos e de cortes. Mas sair, vamos sair dela. Ainda que, para isso, seja necessário articular uma resposta decidida. Desde logo, uma resposta controlada.

RESPOSTA CONTROLADA DA CRISE

As grandes crises produzem grandes homens

John F. Kennedy (1917-1963),
Presidente dos Estados Unidos

A minha sensação é a de que temos que atuar com um sentido de emergência, que só pode nascer da confiança e do otimismo, diante de uma crise global que não afeta de forma igual todos os países do mundo. Temos que atuar entrelaçando as medidas anticrise com as reformas estruturais de médio e longo prazo, que retirem especialmente a União Europeia – todos os países membros – desta etapa de distração a respeito do que estava a passar-se no mundo, que já dura há demasiados

anos. Portanto, decidir uma atuação rápida anticrise deveria levar-nos a compreender que esta, nascida nos Estados Unidos, atingiu com maior violência e provocou mais danos na Europa, do que na China, Índia, Brasil e outras zonas emergentes do mundo. É uma crise muito ocidental, num momento em que o poder do mundo se desloca desse Ocidente, que foi o centro em que vivemos por muitas gerações, para a Ásia. Numa tal conjuntura, a Europa corre o perigo de se converter numa parcela insignificante do continente euro-asiático.

Explicarei sucintamente o que poderemos fazer contra a crise. Indo contra a corrente das autoridades europeias, defendo que temos que aplicar políticas anticíclicas até que a economia produtiva descole pelos seus próprios meios. Se a prioridade é, como creio, crescer e criar emprego, não se podem liquidar as políticas anticíclicas. Portanto, a União Europeia tem de ativar os mecanismos de que dispõe, desde o Banco Europeu de Investimento até ao Fundo Europeu de Investimento, para manter políticas anticíclicas, e alguns dos grandes países da União, como a Alemanha, devem mostrar a liderança nestas políticas e, assim, a capacidade de gerar crescimento e emprego, não dependendo apenas das exportações para outros países europeus mais atingidos pela crise. Devem facilitar o comércio e as importações para o seu próprio país. Se cresce, aumenta o poder de compra, de consumo interno; não só vai consumir produtos alemães, vai também consumir produtos de outros países europeus, porque uma economia que se baseia só na exportação dura o que dura o poder de compra dos seus clientes; por definição, uma vez que este se esgote, a economia exportadora também se detém, e é isso que se está a passar na Alemanha.

Não falhou o Sistema Monetário Europeu, não falhou o Pacto de Estabilidade e Crescimento da Europa; esses não são os instrumentos causadores da crise. Falhou a falta de coordenação e de governação das distintas políticas de cada um dos países e a não aplicação de uma só política monetária. O tratado estava previsto para uma União Económica e Monetária; não só monetária e com um Banco Central

limitado de atribuições. A falta de convergência entre as políticas económicas e fiscais produziu os choques assimétricos que eram previsíveis na zona euro, no momento em que implodiu o sistema financeiro.

Necessitamos, pois, de uma maior governação europeia e, na verdade, de reformar o sistema financeiro. Em Espanha também. Ainda assim, precisamos de dar tempo à banca – mas não demasiado – para que se adapte. Até agora, a única coisa que mudou nas instituições financeiras foi o corte no crédito e a não retribuição das poupanças. O resto continua igual: vendem os mesmos produtos que nos conduziram à crise, exatamente os mesmos, os mesmos derivados, as mesmas operações que ninguém compreende.

No fundo, o que falta é uma pedagogia da crise, ou seja, transparência e clareza na tradução das medidas para os cidadãos que, se não entenderem claramente o que se passa, não se vão mexer. Refiro-me à Europa, não estou apenas a falar de Espanha. É preciso fazê-lo com clareza e com liderança, insisto. Chamar todos às suas responsabilidades, mas antes chamar as coisas pelos seus nomes. Por exemplo, recordar que a banca espanhola estava endividada até aos cabelos e que era necessário o seu resgate. A falha está em não se terem pedido responsabilidades aos gestores que, em várias ocasiões, enganaram os seus clientes ou os seus acionistas. Mas é preciso explicar também que resgatar a banca significa dar-lhe o dinheiro que lhe falta para compensar a possível exigência de devolução dos seus credores; não dos seus devedores, mas sim dos seus credores, que são os depositantes nacionais e os depositantes estrangeiros. Convém esclarecê-lo porque, às vezes, parece que a dívida é das pessoas para com a banca. Isso só é verdade em parte, porque a dívida também é da banca para com as pessoas, ainda que sejam outras pessoas. Preocupa-me o alheamento que nos conduz até à irresponsabilidade coletiva pelo que ocorreu. Ainda que haja responsáveis principais ou dominantes, é muito difícil dizer que foi sob a ameaça de um tiro na cabeça que alguém se comprometeu com uma hipoteca disparatada ou com um não menos disparatado crédito para viajar. É verdade que se concediam créditos

facilmente, mas, quem não queria assumi-los, não o fazia. Por isso há que estender a autocrítica, imprescindível, ao conjunto de valores sociais que abriam essa possibilidade.

Já tenho uma larga experiência política e nunca vi uma crise a nível internacional tão pouco previsível como a que estamos a viver. Tão pouco previsível quer dizer tão incerta, que gere tanta insegurança. O que digo é que podemos seguir em frente, fazendo-o bem, mudar o nosso modelo produtivo, partindo do que temos, e, no futuro, alcançar o êxito. Mas a pergunta é se o estamos a fazer de forma responsável. Creio que as forças políticas, não. A sociedade, no seu conjunto, não. Nem os empresários. É preciso lembrar que tudo depende de nós. Eu, desde logo, farei o esforço, ainda que isso me conduza à melancolia, porque, como dizia Dom Quixote: «A boa fé, essa não nos podem tirar».

A NOVA LIDERANÇA NA INTERDEPENDÊNCIA GLOBAL

Só quando a maré baixar é que vamos saber que estava a nadar nu.

Warren Buffett (1930),
empresário e investidor norte-americano

O fenómeno da globalização comporta um processo crescente de interdependência, ainda que certamente desequilibrada. A interdependência sempre existiu numa medida ou noutra, mas a dos poderes imperiais, desde o século XVI até ao XX, permitia ao centro – ou seja, ao grande poder – amputar um membro e eliminar a gangrena. Pelo contrário, tal como as coisas se vão esboçando hoje a interdependência não permite amputações parciais ao conjunto do sistema, por pequeno que seja o órgão a amputar. Hoje, já não se pode cortar pela raiz. Acabou-se o domínio imperial e a hegemonia do Ocidente. Portanto,

os desequilíbrios não impedem que a interdependência cresça mais todos os dias, e que possamos saber o que se passa em qualquer lugar, por pequeno que seja, quer esteja no Próximo Oriente – a linha de fratura em que vivemos –, na América Latina ou na Ásia. Chamam-lhe o «efeito mariposa». Que o Chipre tenha gerado, em 2013, o problema que gerou, é eloquente. Há cem anos, se se tivesse esboçado este problema, ter-se-ia criado um cordão de segurança à sua volta, ter-se-ia deixado que a ilha se cozesse no seu próprio molho, ter-se-ia amputado o membro gangrenado para que não afetasse o resto dos membros.

Esta interdependência está a expor duas questões principais, ambas relacionadas com a governação: como se pode governar um mundo interdependente senão existem instituições de governo para ele? E como podemos conceber uma liderança que não seja partilhada ou coletiva, através dessas instituições, para introduzir a governação na globalização?

Se os seres humanos são seres históricos e se o nosso código de interpretação da realidade é um código adquirido ao longo de gerações, até a educação mais não é do que a transmissão do saber acumulado historicamente. Tudo isto é facilitado através do sistema educativo – não só por meio da educação em sentido formal, mas também através da família e do ambiente de vida – e permite a cada um de nós ter um código de interpretação da realidade próprio dos seres históricos que somos. Ainda que pudéssemos dizer que no nosso código genético sobrevivem muitos dos valores rurais dos nossos antepassados, já quase nenhum de nós é «do campo», já nem sequer as pessoas da aldeia o são. Ainda assim, parte dos nossos valores continua a ser própria daquela sociedade agrária, ainda que tenhamos vivido grandes traumas durante um século e meio para nos adaptarmos à nova realidade. Mas o que se passa com esta sociedade que trabalha através do computador, que isola fisicamente as pessoas e que as liga virtualmente?

A solidariedade nasce da experiência de vida que se partilha, e se esta é o trabalho agrícola ou o trabalho em cadeia, isso gera solidariedade. Ora bem, quando desaparece o trabalho em cadeia, essa

experiência de vida partilhada também desaparece. Portanto, as bases em que se fundamentará a solidariedade serão outras. Já não será a experiência de vida que se partilha no trabalho, na escola ou no bairro. Agora, cada um vive e trabalha no seu cubículo. De alguma forma, isso supõe o triunfo do individualismo, que infalivelmente levará ao salve-se quem puder, como já vamos observando.

Certamente que esta mudança tem os seus valores positivos. Ainda assim, o que me preocupa a este respeito é que o ser humano está a suportar – numa só geração e não ao longo de dois séculos de adaptação – uma mudança de civilização cujo principal efeito é a desestruturação do que precisamente o define: o seu carácter de ser histórico que interpreta a realidade com um código adquirido pela experiência histórica transmitida pelos seus antepassados. O que me preocupa, enfim, é que esse código adquirido durante gerações, numa evolução lenta ou rápida – segundo se queira ver – da sociedade agrícola para a sociedade industrial, não tem tempo suficiente para se adaptar a esta passagem da sociedade industrial para a «sociedade da informação», circunstância que cria angústia no indivíduo, ao comprovar que o seu código já não serve para as novas realidades, que se sucedem a grande velocidade. É impossível que o sistema educativo em sentido amplo seja capaz de responder à grande velocidade dessa mudança que desestrutura os seres humanos. Desta forma, a dificuldade da liderança no âmbito da política – por razões que poderíamos discutir, a empresa regista melhores desempenhos, e também a cultura – apoia-se no facto de, em geral, os políticos serem muito menos sensíveis e adaptáveis às mudanças históricas.

Hoje, é costume comentar que os políticos se encontram muito longe da realidade e que, inclusive, inventam problemas que não são os da gente comum. É certo que não deve esquecer-se que os políticos se veem afetados pelo mesmo problema que todos: são e somos – somos e são – seres históricos, mas isso não evita que cada vez mais me irrite ver que os discursos ideológicos de muitos mais não são do que uma couraça para esconder a falta de ideias. É-me indiferente

que o discurso seja só
extrema-direita. Sinto o me
camufla a nudez de ideias p
para o meu círculo mais pro
que enfrentar uma travessia
so voltar à ideologia e que
o que somos; ou seja, tem
seja isto o que for. Mas, se
tíquem essa deslocação p
qual a distância face a elas

A função da liderança
difícil. Imprescindível, m
liderar a mudança necess
sivos – «mexamos o mín
mude para que tudo fiqu
camos os privilégios» –,
mistura de todos estes
avanços indesejados pel
zação do discurso políti
de capacidade para ante
digo ficou velho e não r
pois, uma nova compre
pretação e, desde logo,

UMA NOVA GOVERNA

A nossa Era da Ansied
trabalho de hoje com ferra

professor

que o discurso seja socialista, nacionalista, de extrema-esquerda ou de extrema-direita. Sinto o mesmo. Muitas vezes, é só um discurso que camufla a nudez de ideias para enfrentar as novas realidades. Olharei para o meu círculo mais próximo. Cada vez que nós, socialistas, temos que enfrentar uma travessia do deserto como esta, a tentação é sempre alertar para o facto de termos perdido a essência, concluir que é preciso voltar à ideologia e que há que lançar um debate para recuperarmos o que somos; ou seja, temos que nos deslocar mais para a esquerda, seja isto o que for. Mas, sobre a mesa, não se põem as ideias que justifiquem essa deslocação pelo que as pessoas estão a viver, razão pela qual a distância face a elas é cada vez maior.

A função da liderança nesta realidade tão rapidamente mutante é difícil. Imprescindível, mas sem dúvida difícil. Quando não se pode liderar a mudança necessária, a política ou o poder tornam-se defensivos – «mexamos o mínimo possível» –, lampedusianos² – «que tudo mude para que tudo fique na mesma» – ou reacionários – «não percam os privilégios» –, ou se banalizam, ou então assiste-se a uma mistura de todos estes comportamentos, aproveitando para liquidar avanços indesejados pelos neoconservadores. Precisamente, a banalização do discurso político que já comentei corresponde a essa perda de capacidade para antecipar a realidade vindoura, porque o nosso código ficou velho e não nos serve para o que estamos viver. É precisa, pois, uma nova compreensão da realidade, um novo código de interpretação e, desde logo, uma nova governação para este novo tempo.

UMA NOVA GOVERNAÇÃO PARA UMA NOVA ERA

A nossa Era da Ansiedade é, em grande parte, resultado de tentarmos fazer o trabalho de hoje com ferramentas e conceitos de ontem.

Marshall McLuhan (1911-1980),
professor de Literatura e de teoria da comunicação, canadiano

Como vimos, a revolução da comunicação, a quebra dos conteúdos clássicos da solidariedade e a explosão na liberdade dos movimentos de capital são três das principais consequências que a globalização trouxe a esta nova era, a este mundo interligado e ainda por ordenar. Com estas realidades na mão, a questão que se nos coloca de imediato é a seguinte: qual é a margem de manobra real dos governos? Ou, para o apresentar de forma mais direta, um governo de esquerda pode dispor de margem de manobra para levar a cabo no seu país políticas macroeconómicas que não sejam de equilíbrio? Vale a pena discutir estas questões, mas adianto a minha opinião de que as políticas macroeconómicas sãs são uma exigência para crescer sobre bases sólidas, sem inflação excessiva e sem comprometer as capacidades distributivas do sistema. Ora bem, ainda que a margem de manobra real se tenha reduzido muito, existem elementos diferenciadores entre uns governos e outros. Por um lado, se esta diferenciação se baseia em assumir a necessidade de uma macroeconomia sã – defende-a a direita clássica, a esquerda social-democrata e boa parte do resto das forças políticas –, também é certo que, por exemplo, não há um défice que defina a saúde macroeconómica de um país, o que alimenta o debate: macroeconomia sã, sim, mas a que chamamos macroeconomia sã? Por outro lado, e isto é verdadeiramente substancial, a diferença entre umas políticas e outras radica na política de rendimentos e despesas. Aceite o objetivo macroeconómico do equilíbrio e da estabilidade, a opinião sobre a equidade ou a falta dela nas ações do governo sustenta-se na determinação da origem dos rendimentos e do destino das despesas; quem paga, como e quanto, e para quem dirigimos a despesa do que temos de rendimento. Aí, entram em jogo e manifestam-se as diferenças de enfoque. O caso espanhol na crise e no crescimento é um claro exemplo.

Mas a minha grande preocupação é a definição da margem de atuação da política e do papel do Estado. Com efeito, áreas de consenso à parte, há uma rota de colisão entre o liberalismo económico – entendido como um liberalismo fundamentalista que exclui o papel

do Estado e...
 Poderia dizer-se q...
 que podem estar a pô...
 aberta, a que aspiramo...
 que com as suas imper...
 de regulação e de inter...
 problemas «logo os so...
 que entre em colisão u...
 realização da economia...
 – com algo que é neg...
 integração das nossas...
 que legitima socialme...
 são social. Não poder...
 tentes de um tipo de c...
 liberal, que é a melho...
 fartos que estamos j...
 fogo e 50 anos de fu...
 tanto, que repensem...
 Estado-nação enfren...
 nacionalidade. O cid...
 seus interesses. O E...
 te, entrou em crise o...
 tipo comunista ou c...
 A minha propos...
 culado, bem prepar...
 tantas vezes no pas...
 rios de clientelismo...
 contra ao dispor d...
 o modelo do Esta...
 o enfraquecimento...
 economia de merc...
 dos consumidores

do Estado e ao qual estorva o poder político – e a democracia liberal. Poderia dizer-se que há liberais na economia ou economistas liberais que podem estar a pôr em perigo a democracia liberal e a sociedade aberta, a que aspiramos e a que afortunadamente pertencemos, ainda que com as suas imperfeições. É como se esses liberais pretendessem uma espécie de rutura das regras do jogo e a exclusão de qualquer tipo de regulação e de intervenção política, com o argumento de que os problemas «logo os solucionará o mercado». Mas eu não me resigno a que entre em colisão um processo que parece positivo – a saber, a liberalização da economia, a abertura das economias nacionais ao mundo – com algo que é negativo – o abandono da coesão social e o grau de integração das nossas sociedades. Ninguém deveria esquecer que o que legitima socialmente a democracia liberal, além do voto, é a coesão social. Não podemos resignar-nos a que entrem em colisão as vertentes de um tipo de convivência organizada, a que chamo democracia liberal, que é a melhor de todas as que se experimentaram na História, fartos que estamos já de salvadores e de revoluções «de um dia de fogo e 50 anos de fumo», como dizia André Malraux. Proponho, portanto, que repensemos o papel do Estado, tendo consciência de que o Estado-nação enfrenta uma crise dupla, de supranacionalidade e intranacionalidade. O cidadão deseja ter mais próxima a representação dos seus interesses. O Estado centralista entrou em crise, como, felizmente, entrou em crise o modelo de Estado intervencionista totalitário de tipo comunista ou os estados nacionais populistas.

A minha proposta é que tenhamos um Estado sem gordura, musculado, bem preparado. Não um Estado mole, que – como sofremos tantas vezes no passado – fixe a política social em função dos critérios de clientelismo populista, nem um Estado esquelético que se encontre ao dispor de qualquer interesse setorial. É preciso ultrapassar o modelo do Estado clientelar-populista, mas não podemos aceitar o enfraquecimento do político e do público diante dos interesses da economia de mercado, em que às vezes se confundem os interesses dos consumidores, que somos todos, com os dos grandes grupos

económicos. Naturalmente, estes grandes grupos teimam em alcançar a liberdade plena e, sobretudo, em ter mercados cativos. Os empresários são sempre mais liberais com os outros empresários do que com eles próprios. Reclamam medidas liberais para aplicar aos seus colegas e aos demais países, mas exigem que o seu seja um mercado cativo e que se lhes permitam concentrações que eliminem a competência. O modelo único fez com que a política, aparentemente, começasse a estorvar. Isso conduziu ao seu menosprezo, mas não à sua perda de importância, que é invariável. Portanto, não quero um Estado débil, «mínimo», que não seja capaz de regular a nossa convivência. Não me interessa, porque acaba sempre em fracasso. Quero um Estado forte, não com gorduras.

Ainda que não se deva hipertrofiar o Estado, tampouco se deveria debilitá-lo, porque necessitamos dele. Precisamos e continuaremos sempre a precisar. Ainda assim, há muitas pessoas que defendem teorias que são, do meu ponto de vista, utópicas: ou porque se pelam por uma altíssima intervenção do Estado – como seriam os casos, muito diferentes entre si, da Venezuela de Chávez ou da Coreia do Norte –, ou porque se apoiam em movimentos como o ultraconservador Tea Party norte-americano, que defende um Estado menos que mínimo, raquítico, e que propõe o liberalismo a todo o custo, quase em estilo de radicalismo religioso.

Temos, além do mais, que procurar um novo papel funcional para o poder público. Não o de empresário, mas talvez o de gestor. Em resumo, a tarefa do Estado seria a de dotar os nossos países de capital físico e de capital humano. Ainda que esta linguagem pareça destinada ao empresário e não a uma pessoa de esquerda, é meu desejo expresso que ambos me entendam. Por isso, não falo de despesa social. Estaria a empregar termos que não são familiares para alguns. A fim de que as razões pelas quais a equidade é necessária para a sustentabilidade de um modelo de crescimento penetrem no mundo conceptual dos empresários, prefiro que considerem as despesas com a educação ou com a saúde não como «despesas sociais», mas sim como «investimento em

capital humano», imprescindível para sustentar o seu modelo de crescimento. O seu modelo. Para o sustentar amanhã, e depois de amanhã.

Falemos claro aos empresários e tenhamos-lo claro para nós próprios. Reflitamos e reflitam eles, por exemplo, sobre como contratar um jovem bem preparado dentro de dez anos. Não me refiro às grandes empresas que, inclusive, poderiam decidir-se elas mesmas a dar formação profissional. No caso das milhões de pequenas e médias empresas, não só não podem oferecer formação aos trabalhadores, mas nem sequer os seus empresários possuem muitas vezes o nível adequado: não têm informação, não têm formação e, o que é ainda mais dramático, não têm, neste clima de exaltação do mercado, acesso ao crédito, porque não parecem fiáveis. Enquanto a provisão de capital humano necessário para o bom funcionamento das PME (Pequenas e Médias Empresas) tem de ser uma responsabilidade pública – daí a importância de investir na educação e na formação profissional –, as grandes corporações têm a possibilidade de utilizar ou a sua capacidade para encontrar e contratar no mercado os melhores a sair das universidades, ou de formarem elas mesmas. A responsabilidade social das empresas numa economia que depende 90 por cento do sector privado não se limita a preparar o seu próprio capital humano para o seu próprio êxito; têm uma corresponsabilidade na formação do capital humano para a totalidade do país, incluindo as PME. O que sugiro é que as grandes empresas reflitam e reconheçam que não podem ser eficientes se as pequenas e médias empresas, das quais se abastecem e para as quais descentralizam muitos dos seus serviços, não o são.

Finalmente, o esforço por definir o papel da política e do político deve ser acompanhado pelo êxito em travar um fenómeno de moda em todo o mundo, que considero ancorado num subconsciente fascizante: em muitas das nossas sociedades predomina a imagem do político corrupto, inútil, que faz discursos mas não se preocupa com a realidade, que promete pontes até onde não há rios e que, depois, contrata os seus próximos ou os seus testas-de-ferro para concretizar essa obra inútil. Seguramente, alguns políticos ganharam a pulso esta

reputação. Mas valeria a pena abordar um pouco mais o fenómeno. E também baixar a vaidade dos mercados.

ECONOMIA DE MERCADO, NÃO SOCIEDADE DE MERCADO

O nosso objetivo deve ser encontrar uma nova forma de dar rédea solta à nossa inteligência coletiva, tal como o mercado deu rédea solta à nossa produtividade coletiva.

Al Gore (1948),
político e ecologista norte-americano

A sociedade não cabe por inteiro no mercado. Quando se confunde a economia de mercado com a sociedade de mercado, vivemos momentos tão dramáticos como os atuais. Quando a única coisa que tem valor é um mercado sem regras, não para criar riqueza real, o que sempre tem mérito, mas fictícia, para aumentar as desigualdades existentes e para criar outras ainda mais lacerantes, como se está a passar agora, esse não é o mercado que defendo. Essa é a sociedade ao serviço do mercado e não o mercado ao serviço da sociedade.

No princípio da década de 80, eu defendi precisamente – e com graves tensões no meu partido – a economia de mercado, mas não, como diria Lionel Jospin³, «a sociedade de mercado», que supõe a anulação do papel da política em benefício do mercado. Mantive muitas vezes esta discussão com o velho Bush. Quando caiu o muro de Berlim – quando o derrubaram, que não caiu sozinho – e aconteceu tudo o que aconteceu nos países surgidos da União Soviética, o velho Bush defendia que «se houvesse economia de mercado, seria o bastante». O resto viria a seguir, dizia, porque a economia de mercado por si só garantiria uma evolução democrática. É certo que não existe democracia sem isso a que chamamos mercado ou, se o preferirem, liberdade de iniciativa económica e empresarial. Mas sim, existe o mercado,

mesmo que não haja democracia. A prova disso seria Franco, com a sua política autárquica e intervencionista, que depois se iria liberalizando. Ou Pinochet⁴, que introduziu o liberalismo económico mais implacável, a partir da ditadura. Portanto, o mercado é mesmo compatível com a ditadura.

Mas o mercado e a democracia vivem uma união de facto muito descompensada. Nela, a democracia é fiel até ao fim ao mercado, mas o mercado, pelo contrário, tem o hábito de ser infiel, por ter consciência de que, sem ele, o seu par não sobreviveria, ao passo que ele (mercado) até pode casar-se com o autoritarismo. Às vezes, a democracia interfere e intromete-se demasiado nas questões do mercado, mas o seu poder não passa daí. Quando não lhe convém ou quando o aborrecem as exigências da Dona Democracia, o Senhor Mercado engana-a sem escrúpulo algum. Já o vimos em muitas ocasiões e em muitos cenários históricos. Portanto, esta não é uma relação de paridade.

Em definitivo, acredito na economia de mercado e não na sociedade de mercado. Por isso, não gosto do que estamos a viver, que é uma totalização do conceito de mercado, que inclui a sociedade no seu conjunto. Desde o desaparecimento do bloco comunista, o que hegemoniza o mundo é a aceitação da economia de mercado, com exceções tão pouco significativas como a Coreia do Norte ou Cuba, mas nada mais. Poder-se-ia inclusivamente dizer que vivemos num totalitarismo do mercado. Em vez de a política ditar a norma para que o mercado funcione, é o mercado que impõe a norma para sobreviver: «a mão invisível» ou a ausência de normas. E isso é o pior, porque um mercado sem normas pede hoje o contrário do que pediu ontem e do que pedirá amanhã. Antes, pedia que se resgatasse o sistema financeiro da própria catástrofe que havia criado – e que ainda perdura. Isto é, exigia que se praticasse um descarado intervencionismo à custa do contribuinte e do cidadão com poupanças. Agora, quando isto já se fez e quando o mais grave da catástrofe financeira parece ter passado, o mercado exige que se reduza de forma drástica o défice e o endividamento a que se chegou para o resgatar e para atenuar as suas

consequências sociais. Pede ao seu par, a política, que se endivide e, depois, exigi-lhe que se desendivide, correndo o risco de a penalizar gravemente. Isto é o incompreensível da situação que estamos a viver. Se houvesse poder e decisão para regular o funcionamento do sistema financeiro, não voltaria a suceder o que aconteceu e devolveriam o dinheiro público que lhes foi entregue. Na próxima crise financeira – que, do meu ponto de vista, já está a incubar – os cidadãos não vão tolerar que haja centenas de milhares de milhões de dólares para resgatar os banqueiros dos seus próprios erros. Provavelmente, estamos diante da última oportunidade de uma reforma séria do funcionamento do sistema.

O mundo mudou e a política degradou-se mais do que já estava e a uma muito maior velocidade. Obviamente, há uma grande diferença entre o governo chinês, que continua a considerar-se comunista, e o governo chileno ou dinamarquês, mas há um elemento comum a todos eles, que é a aceitação do mercado. Diz-se que já não há ideias fortes. Mas há-as, sim, ainda que não nos agradem, e aqui temos uma: o mercado como sistema. Portanto, vivemos num só sistema e alguns pensarão que isto é o fim da história. A partir de então, como dizia o velho Bush, o mercado arranjaria tudo. Na realidade, como se viu, o mercado, entregue à sua mão invisível, estragaria tudo.

Quando afirmo que se está a produzir uma crise no Estado-nação, isso irrita muitos políticos. Eu não falo de uma crise terminal, mas sim de uma redefinição da estrutura do Estado-nação e da função da política. É inevitável. Já está a acontecer nos Estados Unidos. Em que é que o poder real do Presidente norte-americano é hoje equivalente ao poder que tinha, há 30 ou 40 anos? Será que a margem de atuação política é exatamente a mesma, sendo o seu poder o mais relevante, o mais importante do mundo? Não, de forma nenhuma. Digo apenas que há que redefinir um novo papel para o Estado-nação e uma nova repartição do poder territorial e funcional. Nessa divisão do poder vão influir três critérios – para não lhes chamarmos princípios – básicos: a subsidiariedade, a identidade e a coesão.

Creio que
do poder político,
do Estado. A política faz
triste. Mas conviria a ec
olharmos por cima da cer
dades são múltiplos.

Temos um desafio ab
das instituições, e uma gr
de medida se deve à end
que também afeta outros
líticos –, que acreditam
eixo, de tal forma que ne
saberem o que se passa o

Neste mundo global
biente para ver o horiz
preciso levantar o olha
líderes que saibam fazê
recordamos aquilo que
ricano de ser «difícil er
seu ouvido colado ao s
do: é difícil ganhar con
televisor.

NOTAS:

1 Nascido a 7 de novem
grandes escritores franceses
romances como *O Estrangeiro*

Mito de Sísifo ou *O Homem*
1957. Morreu a 4 de janei

2 Alusão a Giuseppe Tom
dezembro de 1896 e falec
de *O Leopardo*, de que é r

Creio que a revolução tecnológica está a mudar os conteúdos do poder político, inclusivamente a dimensão política e a estrutura do Estado. A política faz-se pequena, enquanto a globalização torna grande a informação, a economia e os sistemas financeiros. É bastante triste. Mas conviria sublinhar que se não erguermos os olhos e não olharmos por cima da cerca, há pouco futuro. Os desafios e as dificuldades são múltiplos.

Temos um desafio aberto para a reforma e para o fortalecimento das instituições, e uma grave crise nos partidos políticos, que em grande medida se deve à endogamia no seu funcionamento. E isto é algo que também afeta outros agentes nacionais – económicos, sociais, políticos –, que acreditam que o mundo gira em torno do seu próprio eixo, de tal forma que nem tentam debruçar-se por cima da cerca para saberem o que se passa do lado de lá.

Neste mundo globalizado, temos que sair do nosso próprio ambiente para ver o horizonte acima da nossa realidade nacional. É preciso levantar o olhar e ampliar o horizonte, e há que encontrar líderes que saibam fazê-lo porque, ao considerar aqueles que temos, recordamos aquilo que assinalava um célebre humorista norte-americano de ser «difícil erguer a vista para um dirigente que mantém o seu ouvido colado ao solo», e que hoje poderíamos atualizar dizendo: é difícil ganhar confiança em alguém que se nos dirige desde um televisor.

NOTAS:

1 Nascido a 7 de novembro de 1913, na Argélia, Albert Camus foi um dos grandes escritores franceses do século XX e de sempre. Entre a sua obra avultam romances como *O Estrangeiro*, *A Peste* ou *A Queda*, e ensaios filosóficos como *O Mito de Sísifo* ou *O Homem Revoltado*. Ganhou o Prémio Nobel de Literatura em 1957. Morreu a 4 de janeiro de 1960.

2 Alusão a Giuseppe Tomasi di Lampedusa, escritor italiano (nascido a 23 de dezembro de 1896 e falecido a 23 de julho de 1957) e autor, entre outras obras, de *O Leopardo*, de que é retirada a citação.

3 Lionel Jospin, nascido a 12 de julho de 1937, esteve a um passo de ser Presidente de França. Nas eleições de 1995, foi derrotado por escassa margem por Jacques Chirac, de quem seria primeiro-ministro, entre 1997 e 2002. Nesse ano, o socialista voltou a candidatar-se à presidência mas não passou da primeira volta, ao ficar atrás não só de Chirac, mas também de Jean-Marie Le Pen, da Frente Nacional. Anunciou, de imediato, a sua despedida da vida política.

4 Nascido a 25 de novembro de 1915 e falecido a 10 de dezembro de 2006, Augusto Pinochet foi uma das figuras que encabeçaram a conspiração e o golpe militar contra Salvador Allende e o seu governo, em 1973. Pinochet tornou-se ditador chileno entre 1973 e 1990, mantendo a chefia militar por mais oito anos. Mais de 80 mil torturados, cerca de 30 mil presos e acima de cinco mil mortos ficam como a imagem do seu consulado.

TRE
*Nos momentos
conhecimento.*